



10 ANOS

10 TEMAS



ccdr-c

Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.



O DataCentro é a plataforma informática do sistema de monitorização e avaliação da situação da região Centro. Trata-se de uma aposta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P. num serviço público de informação, único ao nível da região, de fácil utilização e direcionado para um público-alvo diversificado.

Organizado por grandes domínios (Centro, PORTUGAL 2020, Conjuntura, Europa, CCDRC e Barómetro), integra mais de 1.000 indicadores estatísticos de diferentes fontes de informação, que podem ser conjugados à medida das necessidades do utilizador ou consultados através de tabelas predefinidas para diferentes níveis de desagregação geográfica e visualizados através de cartogramas.

Para assinalar os 10 anos de existência do DataCentro, a CCDRC lançou, durante 2022 e início de 2023, dez cadernos temáticos que tratam diferentes áreas da realidade regional e que se encontram compilados nesta publicação.

Todos os indicadores analisados neste documento são disponibilizados no DataCentro, que pode ser consultado em datacentro.ccdrc.pt.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

DataCentro - 10 Anos 10 Temas

EDITOR

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Unidade de Planeamento e Desenvolvimento Regional

DATA DE EDIÇÃO

Abril de 2024

ÍNDICE



Demografia	4
Educação	15
Saúde	24
Coesão social	39
Mercado de trabalho	53
Desempenho económico	64
Empresas	74
Ambiente	82
Turismo	99
Inovação	107



DEMOGRAFIA



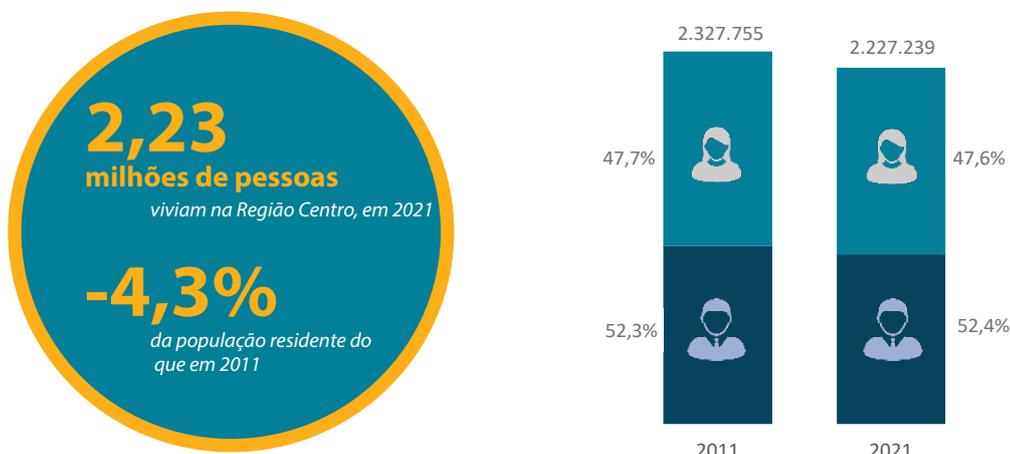
DEMOGRAFIA NO CENTRO

POPULAÇÃO ATUAL É PRATICAMENTE A MESMA DOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Na Região Centro, de acordo com os Censos 2021, viviam 2.227.239 pessoas, 21,5% do total nacional, sendo a terceira região mais populosa do país. Em 1960, a população da região representava 27,4% do total nacional e há 10 anos, em 2011, 22%, (ou seja, 2.327.755 pessoas).

Por cada 100 mulheres existiam 90,9 homens (91,0 em 2011), uma [relação de masculinidade](#) que se manteve estável ao longo da última década. De acordo com os Censos 2021, viviam 1.060.611 homens e 1.166.628 mulheres, na Região Centro.

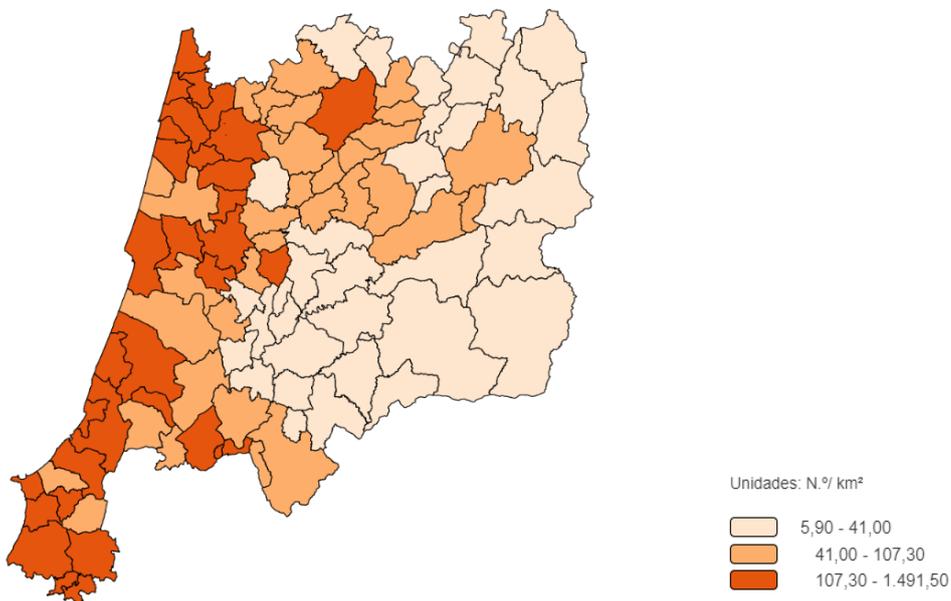
POPULAÇÃO RESIDENTE NA REGIÃO CENTRO



A [população residente](#) no Centro apresentava uma grande disparidade territorial, estando bem patente a dicotomia entre o litoral e o interior. Mais de metade da população regional (59,5%) estava concentrada em apenas 37 municípios do litoral. Adicionalmente, as quatro sub-regiões do litoral (Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria e Oeste) concentravam 65% do efetivo populacional enquanto as quatro restantes sub-regiões os remanescentes 35%. A nível municipal destacavam-se Coimbra (140.816 pessoas) e Leiria (128.603 pessoas) como os mais populosos e Castanheira de Pêra (2.645 pessoas) e Manteigas (2.909 pessoas) como os menos populosos da região.

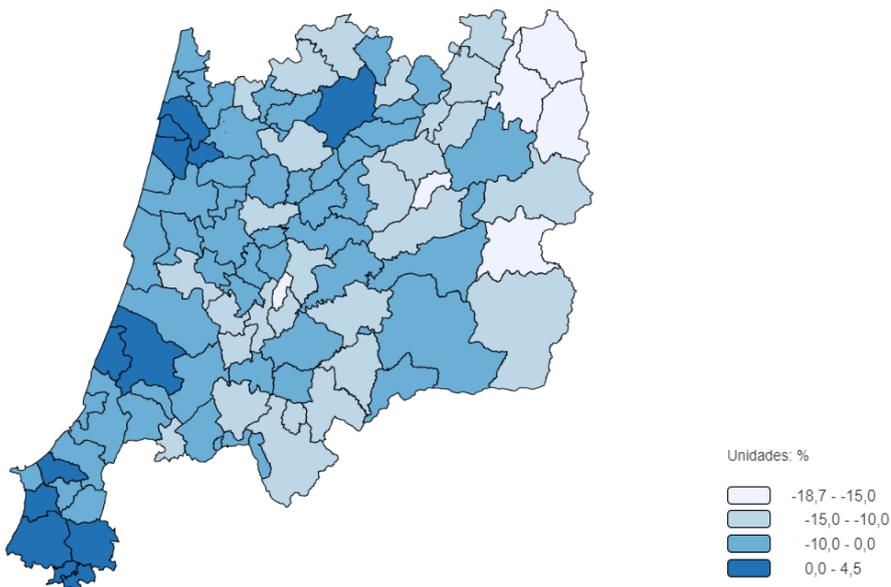
A [densidade populacional](#) na região era de 79,3 habitantes por km² (82,1 em 2011), sendo inferior à média do país (112,2 em 2021 e 114,3 em 2011) e evidenciando, uma vez mais, os desequilíbrios na distribuição da população pela região. Em termos sub-regionais, apenas as quatro NUTS III do litoral registavam uma densidade populacional superior à média regional, sendo que, destas, a Região de Coimbra era a única que registava valores inferiores à média nacional. Destacava-se a Região de Aveiro, com a densidade populacional mais elevada na região (quase o dobro da média nacional e o triplo da média regional, em 2021). O interior revelava uma desertificação populacional cada vez mais acentuada, sendo que a Beira Baixa apresentava o valor mais baixo de densidade populacional (de 17,5 habitantes por Km²). Os municípios com maior e menor densidade populacional, na região, eram o Entroncamento (1.491,5 em 2021) e Idanha-a-Nova (5,9 em 2021), respetivamente. Face a 2011, no município de Aveiro (414,2 em 2021) foi onde mais aumentou (18,9%) a densidade populacional e Peniche (342,2 em 2021) onde mais diminuiu (-13,5%).

DENSIDADE POPULACIONAL POR MUNICÍPIO, 2021



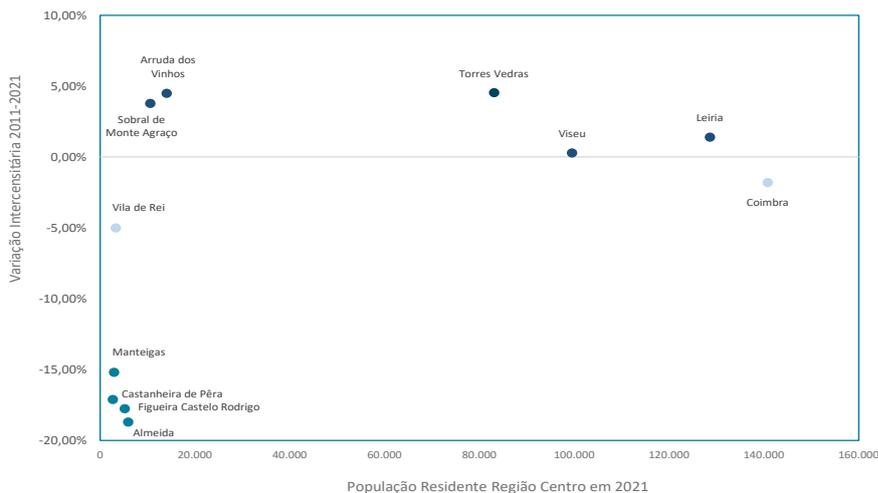
Na última década, a região registou uma diminuição na população, apresentando uma [taxa de variação da população intercensitária](#) de -4,3%, que foi mais acentuada do que a média nacional (-2,1%), tendo apenas o Alentejo (-7%) e a Madeira(-6,4%) piores desempenhos regionais. Face a 2011, apenas 13 dos 100 municípios tiveram crescimento populacional, sendo, na sua generalidade, municípios do litoral e, seis destes territórios fortemente polarizados pela Área Metropolitana de Lisboa. Assim, a grande maioria dos municípios perdeu população, nos últimos 10 anos, e mais de um terço registou quebras superiores a 10% no seu efetivo populacional.

TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO INTERCENSITÁRIA POR MUNICÍPIO, 2011-2021



Arruda dos Vinhos (4,5%), Torres Vedras (4,5%) e Sobral de Monte Agraço (3,8%) foram os municípios que mais aumentaram a sua população e, no lado oposto, Almeida (-18,7%), Figueira de Castelo Rodrigo (-17,8%) e Castanheira de Pêra (-17,1%), os que mais diminuíram a sua população. Destaque, igualmente, para os municípios mais populosos da Região Centro, mais concretamente, Coimbra (-1,8%), Leiria (1,4%) e Viseu (0,3%), que evidenciaram evoluções distintas.

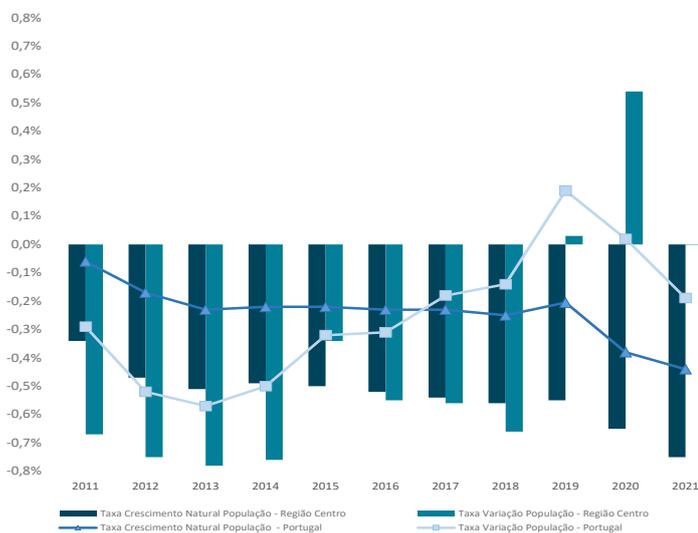
POPULAÇÃO RESIDENTE VERSUS VARIAÇÃO INTERCENSITÁRIA



CRESCIMENTO NATURAL DA POPULAÇÃO NEGATIVO EM TODOS OS MUNICÍPIOS

Na última década, o [crescimento natural da população](#) foi sempre negativo na região e agravou-se em 2021 para -0,75% (-0,34% em 2011), sendo superior à média nacional de -0,44% (-0,06% em 2011). Nos dois últimos anos, todos os municípios, sem exceção, apresentavam taxas de variação negativas. Almeida era o município com o decréscimo natural da população mais acentuado: -2,58%.

TAXA CRESCIMENTO NATURAL DA POPULAÇÃO E TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO



A [taxa de variação da população](#), apesar de praticamente nula em 2021, permaneceu positiva nos dois anos anteriores, em virtude de um crescimento migratório positivo, contrariando as perdas verificadas nos anos anteriores da última década (-0,63% em média, com o máximo de -0,78% em 2013 e o mínimo de -0,34% em 2015). Registou-se uma grande diferenciação municipal da taxa de variação populacional, na última década, com Almeida, Castanheira de Pêra e Idanha-a-Nova a diminuírem de forma sistemática e elevada nos vários anos e, pelo contrário, Arruda dos Vinhos, Entroncamento e Oliveira do Bairro como os únicos municípios a crescer todos os anos entre 2011 e 2021.

A [proporção da população estrangeira](#) na região cresceu significativamente nos últimos 10 anos (1,4 pontos percentuais) e representava, de acordo com os Censos 2021, 3,8% do total da população residente (2,4%, em 2011). Destaque para Pedrógão Grande, município do Centro onde a população estrangeira era mais representativa (9,4%, contra 3,9% em 2011). Em contrapartida, Pinhel registava o valor mais baixo, onde apenas 1,1% da população residente tinha nacionalidade estrangeira.

Indicador	Diversidade Territorial 2021		Região Centro		Tendência 10 anos	Portugal		RC face a PT
Taxa de crescimento natural da população <small>(diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos - Saldo Natural - referido à população média)</small>	-2,58% [Almeida]	-0,19% [Ovar]	-0,34% 2011	-0,75% 2021	▶	-0,06% 2011	-0,44% 2021	↓
Taxa de variação da população <small>(Variação populacional referido à população média)</small>	-1,65% [Almeida]	1,66% [Arruda dos Vinhos]	-0,67% 2011	0,00% 2021	▶	-0,29% 2011	-0,19% 2021	↑
Proporção população estrangeira <small>(população residente nacionalidade estrangeira face população residente total)</small>	1,1% [Pinhel]	9,4% [Pedrógão Grande]	2,4% 2011	3,8% 2021	▶	3,7% 2011	5,2% 2021	↓

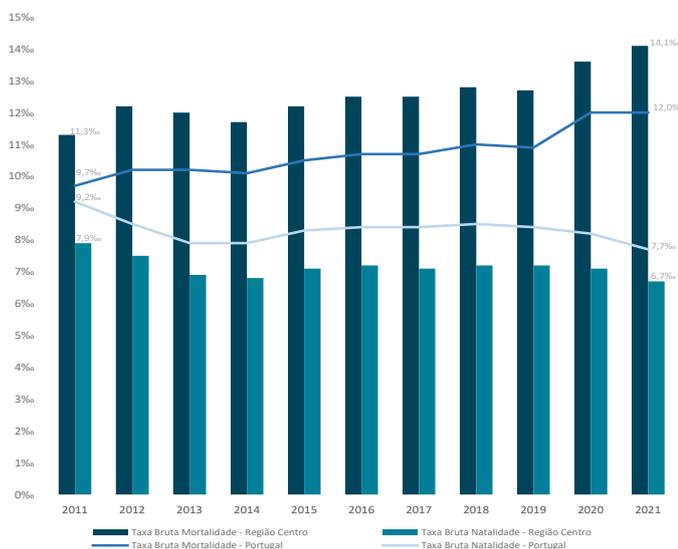
LEGENDA: Melhorou (▶) Piorou (▶) Melhor que PT (↑) Pior que PT (↓)

REGIÃO CENTRO GLOBALMENTE MAIS ENVELHECIDA

No Centro, comparativamente com a média nacional, nascem menos pessoas e morrem mais pessoas.

Na última década, tem-se vindo a assistir a uma diminuição gradual da [taxa bruta de natalidade](#), mais acentuada no início e no final da mesma, o que pode dever-se à crise financeira e à crise pandémica, respetivamente. Ao longo da última década, ao nível das NUTS II, a região apresentou os piores desempenhos de natalidade, observando-se uma única exceção, no ano de 2014, em que a Região Autónoma da Madeira registou uma taxa bruta de natalidade mais baixa do que a Região Centro.

TAXA BRUTA DE MORTALIDADE E TAXA BRUTA DE NATALIDADE



Já ao nível municipal, em 2021, Murtosa (9,1‰) registou a taxa de natalidade mais elevada, enquanto Almeida (2,0‰) a taxa mais reduzida.

Em termos de mortalidade, o facto da população da região ser mais envelhecida do que a média nacional contribuiu para que a Região Centro apresentasse uma taxa de mortalidade também superior à média do país, tendo-se acentuado essa divergência em 2021, possivelmente pelo efeito adicional da pandemia por COVID-19 (e que afetou de forma mais grave a população mais idosa). Ao longo da última década, comparando com as restantes regiões do país, a Região Centro registou sempre a segunda pior taxa bruta de mortalidade, logo a seguir ao Alentejo que apresentou o pior desempenho. Na região, observava-se grande heterogeneidade territorial, com Aguiar da Beira (29,5‰) a registar a taxa de mortalidade mais elevada e Lousã (9,7‰) a mais reduzida, em 2021.

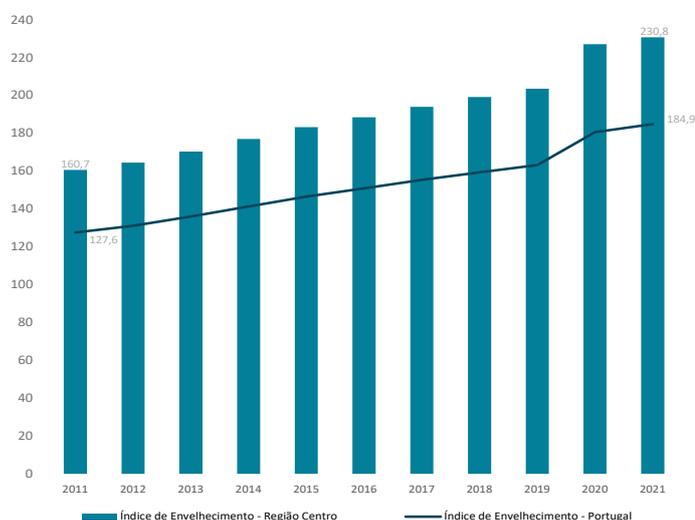
Indicador	Diversidade Territorial 2021		Região Centro		Tendência 10 anos	Portugal		RC face a PT
Taxa de mortalidade <small>(número de óbitos referidos à população média)</small>	29,5‰ <i>[Aguiar da Beira]</i>	9,7‰ <i>[Lousã]</i>	11,3‰ 2011	14,1‰ 2021		9,7‰ 2011	12‰ 2021	
Taxa de natalidade <small>(número de nados vivos referidos à população média)</small>	2,0‰ <i>[Almeida]</i>	9,1‰ <i>[Murtosa]</i>	7,9‰ 2011	6,7‰ 2021		9,2‰ 2011	7,7‰ 2021	

LEGENDA: Melhorou Piorou Melhor que PT Pior que PT

FENÓMENO DO DUPLO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO CARACTERIZADO PELO AUMENTO DA POPULAÇÃO IDOSA E PELA REDUÇÃO DA POPULAÇÃO JOVEM

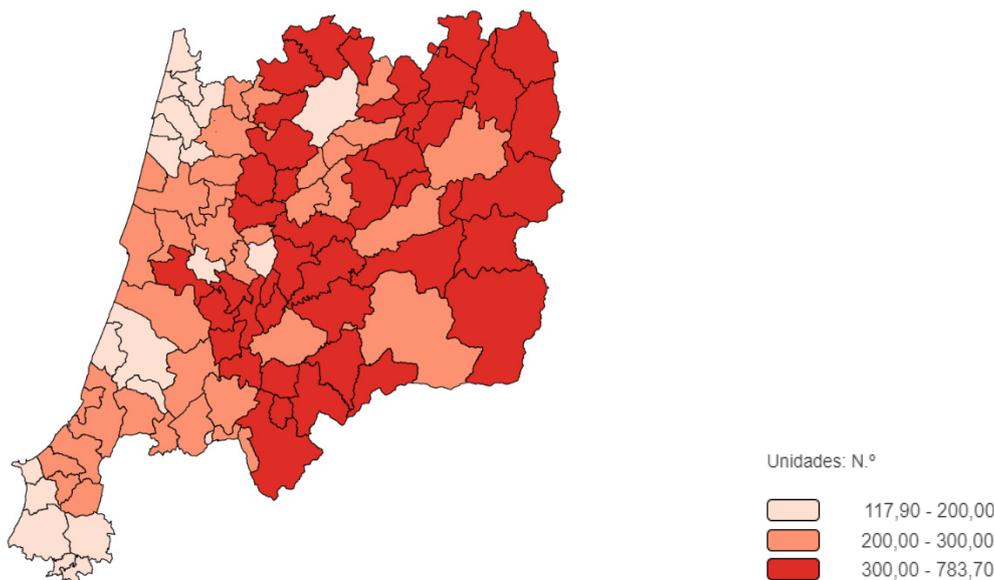
Entre 2011 e 2021, verificou-se uma diminuição da proporção de população jovem de 1,9 pontos percentuais (p.p.), registando, em 2021, 11,8% do total da população (12,8% a nível nacional). A Região Centro registou a mais baixa proporção de população jovem a nível nacional. Apenas dois municípios em 100, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão, aumentaram esta proporção, embora tenham diminuído a população total. Arruda dos Vinhos, apesar da diminuição da proporção de população jovem para 16,8% (18,2% em 2011), continuava a ser o município em que este indicador era mais elevado na região. Oleiros, com 5,9% (7,5% em 2011), era o município com menor proporção de população jovem em 2021.

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO



O número de idosos na região era mais do dobro dos jovens residentes, registando-se, assim, um [índice de envelhecimento](#) de 230,8 (160,7 em 2011). A população da Região Centro era globalmente envelhecida, sem nenhum município com mais jovens do que idosos, e envelhecia a um ritmo cada vez mais rápido. No contexto das NUTS II, a partir de 2020, a Região Centro tornou-se a região com o índice de envelhecimento mais elevado, ultrapassando o Alentejo como a região mais envelhecida.

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO POR MUNICÍPIO, 2021



Em 2021, Oleiros (783,7) e Almeida (723,2) eram os concelhos mais envelhecidos da região, enquanto Arruda dos Vinhos (117,9) e Alenquer (134,7) os menos envelhecidos.

Indicador	Diversidade Territorial 2021		Região Centro		Tendência 10 anos	Portugal		RC face a PT
Proporção população jovem <small>(população residente dos 0 aos 14 anos face população residente total)</small>	5,90% <i>[Oleiros]</i>	16,20% <i>[Arruda dos Vinhos]</i>	13,7% 2011	11,8% 2021	▶	14,9% 2011	12,8% 2021	⬇
Índice de envelhecimento <small>(quociente entre população idosa, +65 anos, e população jovem, 0 aos 14 anos)</small>	783,70 <i>[Oleiros]</i>	117,90 <i>[Arruda dos Vinhos]</i>	160,70 2011	230,80 2021	▶	127,60 2011	184,90 2021	⬇
Índice de dependência <small>(relação entre a população jovem 0-14 anos e idosa +65, e a população em idade ativa 15-64 anos)</small>	117,50 <i>[Vila Velha Ródão]</i>	51,80 <i>[Aveiro]</i>	55,50 2011	63,70 2021	▶	51,40 2011	57,40 2021	⬇

LEGENDA: Melhorou (▶), piorou (◀), Melhor que PT (⬆), Pior que PT (⬇)

O [índice de dependência](#) no Centro, que relaciona população mais jovem (dos 0 aos 14 anos) e mais idosa (com 65 ou mais anos) com a população em idade ativa (dos 15 aos 64 anos) era, a seguir ao Alentejo, o mais elevado entre as regiões do país, com 63,7 (55,5 em 2011) e superior à média nacional, de 57,4 (51,4 em 2011).

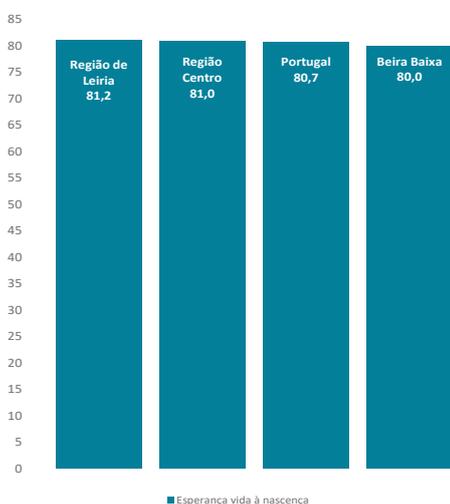
Em termos municipais, registou-se, na última década, um agravamento superior a 25 p.p., em Vila Velha de Ródão, Manteigas, Aguiar da Beira, Oleiros e Almeida. Observou-se, ainda, em 2021, seis municípios (todos do interior) da Região Centro, onde o índice de dependência era mais elevado e superior a 100, sendo eles: Vila Velha de Ródão, Pampilhosa da Serra, Sabugal, Oleiros, Idanha-a-Nova e Penamacor. Por outro lado, o município de Aveiro, com um índice de 51,8, e a NUTS III Região de Aveiro (56,7), destacavam-se a nível regional, por terem o índice de dependência mais baixo.

MAIOR ESPERANÇA DE VIDA E IDADE DA MÃE AO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO CADA VEZ MAIS AVANÇADA

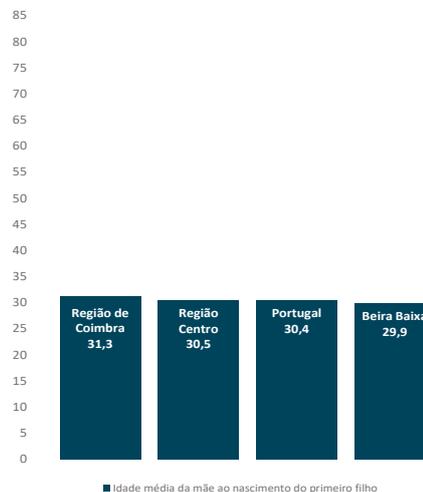
A Região Centro registava uma [esperança de vida à nascença](#) de 81,0 anos, ligeiramente superior ao nacional (80,7 anos), mas com evoluções semelhantes na última década. A Região de Leiria, com 81,2 anos em 2021, era a sub-região com maior esperança de vida à nascença, enquanto a Beira Baixa continuava a registar o valor mais baixo, com 80,0 anos (77,8 em 2011).

Em 2021, a [idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho](#), na Região Centro, foi de 30,5 anos, enquanto que, em 2011, era de 29,5 anos. A nível nacional, na última década, o agravamento foi superior, pois passou de 29,2 anos para 30,4 anos.

ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA



IDADE MÉDIA DA MÃE AO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO



A nível sub-regional, a Beira Baixa registou 29,9 anos, a idade média mais baixa da região (28,4 em 2011), enquanto, no extremo oposto, a Região de Coimbra apresentou a idade média mais elevada (de 31,3 anos e 30,2 em 2011).

A [taxa de fecundidade geral](#), na Região Centro reduziu de 34,8‰ em 2011, para 33,5‰, em 2021, enquanto a nível nacional, a redução foi mais acentuada (de 38,6‰ em 2011 para 35,8‰ em 2021). O município que mais se destacava, na Região Centro, era Vila de Rei, que passou de 28,6‰, em 2011, para 49,8‰, em 2021, registando a maior taxa em 2021 e o maior crescimento entre 2011 e 2021 em toda a região. Por outro lado, Almeida era o município com a menor taxa de fecundidade da região, tendo também registado uma forte diminuição, passando de 29,4‰, em 2011, para 15,9‰, em 2021.

Indicador	Diversidade Territorial 2021		Região Centro		Tendência 10 anos	Portugal		RC face a PT
Esperança de vida à nascença <small>(número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade)</small>	80,00 <i>[Beira Baixa]</i>	81,20 <i>[Região Leiria]</i>	79,90 2011	81,00 2021	▶	79,60 2011	80,70 2021	⬆
Taxa de fecundidade geral <small>(número de nados vivos referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil 15-49 anos)</small>	15,9% <i>[Almeida]</i>	49,8% <i>[Vila de Rei]</i>	34,8% 2011	33,5% 2021	▶	38,6% 2011	35,8% 2021	⬇
Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho	29,90 <i>[Beira Baixa]</i>	31,30 <i>[Região Coimbra]</i>	29,50 2011	30,50 2021	▶	29,20 2011	30,40 2021	⬇

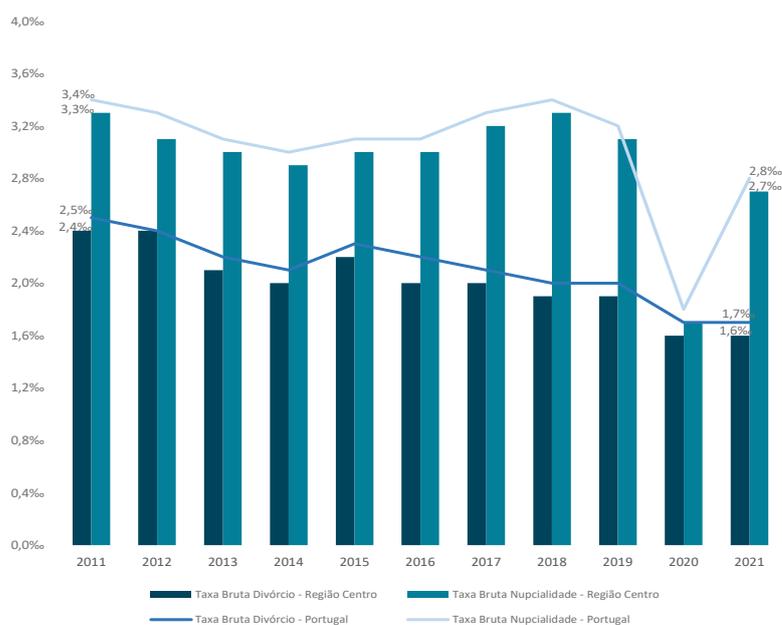
LEGENDA: Melhorou (▶), Piorou (◀), Melhor que PT (⬆), Pior que PT (⬇)

MENOS CASAMENTOS, MENOS DIVÓRCIOS E MAIS FILHOS FORA DO CASAMENTO

No Centro, a [taxa bruta de divórcio](#) diminuiu na última década, sendo 1,6‰ em 2021 (2,4‰ em 2011), mantendo-se abaixo da média nacional (1,7‰). O Alentejo registava a taxa mais baixa com 1,4‰, enquanto os Açores a taxa mais alta (2,5‰). A nível sub-regional, ainda que a amplitude intrarregional fosse reduzida, já que variava entre 1,3‰ (Beira Baixa) e 1,7‰ (Região de Aveiro, Região de Coimbra e Médio Tejo), existia grande heterogeneidade municipal (o mínimo em Fornos de Algodres de 0,2‰ e o máximo em Manteigas de 2,4‰).

A [taxa bruta de nupcialidade](#), que mede o número de casamentos em função da população média, também diminuiu na Região Centro, sendo, em 2021, 2,7‰ (3,3‰ em 2011), próxima da média nacional de 2,8‰ (3,4‰ em 2011). Na Região Centro, o município de Constância (9,4‰) destacava-se por ter a maior taxa bruta de nupcialidade e, no lado oposto, Vila Velha de Ródão (0,6‰) apresentava a menor taxa. O município de Penela foi o que registou maior crescimento na última década, passando de 1,5‰, em 2011, para 6,6‰, em 2021.

TAXA BRUTA DE DIVÓRCIO E TAXA BRUTA DE NUPCIALIDADE



A [proporção de nados vivos fora do casamento](#) aumentou para 59,6% em 2021 (38,8 % em 2011), seguindo a tendência verificada nos anos anteriores, mas permaneceu abaixo da média nacional de 60,0% (42,8% em 2011). Este indicador evidenciava uma evolução regular ao longo da última década, quer na Região Centro, quer a nível nacional. Figueira de Castelo Rodrigo (57,6% em 2021) foi o único município em que a proporção de nados vivos fora do casamento decresceu na última década (-10,2 p.p. face a 2011), enquanto Penela (40,0%) foi o que registou o menor valor deste indicador.

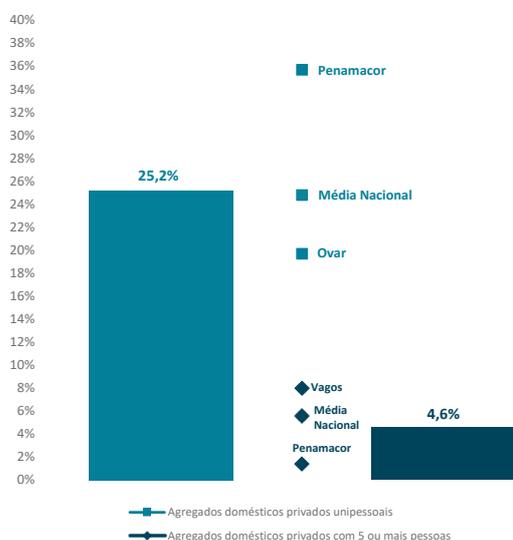
Indicador	Diversidade Territorial 2021		Região Centro		Tendência 10 anos	Portugal		RC face a PT
Taxa bruta de divórcio <small>(número de divórcios, referido à população média)</small>	2,4% <i>[Manteigas]</i>	0,2% <i>[Fornos de Algodres]</i>	2,4% 2011	1,6% 2021	▶	2,5% 2011	1,7% 2021	↑
Taxa de nupcialidade <small>(número de casamentos, referido à população média)</small>	0,6% <i>[Vila Velha Ródão]</i>	9,4% <i>[Constância]</i>	3,3% 2011	2,7% 2021	▶	3,4% 2011	2,8% 2021	↓
Proporção de nados vivos fora do casamento <small>(nados-vivos fora de casamento face ao total de nados-vivos)</small>	88,2% <i>[Vila Velha Ródão]</i>	40,0% <i>[Penela]</i>	38,8% 2011	59,6% 2021	▶	42,8% 2011	60,0% 2021	↑

LEGENDA: Melhorou (▶), Piorou (◀), Melhor que PT (↑), Pior que PT (↓)

909.312 AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS NA REGIÃO CENTRO, MAIS AGREGADOS UNIPESSOAIS E MENOS AGREGADOS COM CINCO OU MAIS PESSOAS

No Centro, em 2021 de acordo com os Censos, existiam mais agregados domésticos privados do que em 2011. Eram 909.312 agregados domésticos privados, traduzindo um acréscimo de 0,5% face a 2011. Nos últimos 10 anos, aumentou também o número de pessoas que viviam sozinhas, representando um quarto do total de agregados domésticos privados da região (25,2% em 2021, contra 21,6% em 2011), ficando ligeiramente acima da média nacional (24,8%). Simultaneamente, os agregados de maior dimensão perderam expressão.

PROPORÇÃO DE AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS EM 2021 NA REGIÃO CENTRO



Os agregados com 5 ou mais pessoas representavam 4,6% (5,6% a nível nacional), quando, em 2011, representavam 5,5% (6,5% a nível nacional). Nestes agregados de maior dimensão, em 2021, apenas a Região de Aveiro (6,2%) apresentava valores, simultaneamente, acima da média da região e da média nacional, destacando-se também o município de Vagos (8,0%), com a maior percentagem de toda a Região Centro. No lado oposto, em Penamacor existiam apenas 1,4% de agregados com 5 ou mais pessoas.

Indicador	Diversidade Territorial 2021		Região Centro		Tendência 10 anos	Portugal		RC face a PT
Proporção de agregados domésticos privados unipessoais <small>(agregados domésticos privados de 1 só pessoa face ao total de agregados domésticos privados)</small>	19,7% <i>[Ovar]</i>	35,7% <i>[Penamacor]</i>	21,6% 2011	25,2% 2021	▶	21,4% 2011	24,8% 2021	↑
Proporção de agregados domésticos privados com 5 ou mais pessoas <small>(agregados domésticos privados de 5 ou mais pessoas face ao total de agregados domésticos privados)</small>	1,4% <i>[Penamacor]</i>	8,0% <i>[Vagos]</i>	5,5% 2011	4,6% 2021	▶	6,5% 2011	5,6% 2021	↓

LEGENDA: Melhorou (▶), Piorou (◀), Melhor que PT (↑), Pior que PT (↓)



Fonte: DataCentro – Informação para a Região (<http://datacentro.ccdrc.pt/>)

Fórmulas de Cálculo:

População Residente = Número de pessoas com residência

Relação de masculinidade = Pessoas sexo masculino / Pessoas sexo feminino x 100

Densidade Populacional = Total de indivíduos / Área (quilómetro quadrado)

Taxa de variação da população intercensitária = [População no momento t - População no momento (t-10)] / [População no momento (t-10)] x 100

Taxa de crescimento natural da população = Saldo Natural no momento t - Saldo Natural no momento (t-1) / [Saldo Natural no momento (t-1)] x 100

Taxa de variação da população = (População no momento t - População no momento t-1) / (População no momento t-1) x 100

Proporção de população residente de nacionalidade estrangeira = (População residente de nacionalidade estrangeira/ População residente) x 100

Taxa bruta de natalidade = Nados vivos / População média x 1.000

Taxa bruta de mortalidade = Óbitos / População média x 1.000

Proporção de população jovem = (População residente dos 0 aos 14 anos) / (População residente total) x 100

Índice de envelhecimento = População com 65 ou mais anos / População entre os 0 e os 14 anos x 100

Índice de dependência = [(População residente com idade entre 0 e 14 anos) + (População residente com 65 e mais anos de idade)] / (População residente com idade entre 15 e 64 anos) x 100

Esperança de vida à nascença = A esperança de vida é derivada de tábuas completas de mortalidade com período de referência de três anos consecutivos

Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho = Idade média das mães ao nascimento do primeiro filho, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil

Taxa de fecundidade geral = Número de nados vivos momento t / Efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) momento t x 1.000

Taxa bruta de divórcio = Divórcios / População média x 1.000

Taxa bruta de nupcialidade = Casamentos / População média x 1.000

Proporção de nados vivos fora do casamento = Nados-vivos fora de casamento / Total de nados-vivos x 100

Agregados domésticos privados = Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento

Proporção de agregados domésticos privado unipessoais = (Agregados domésticos privado de 1 só pessoa/ Agregados domésticos privados) x 100

Proporção de agregados domésticos privado com 5 ou mais pessoas = (Agregados domésticos privado de 5 ou mais pessoas/ Agregados domésticos privados) x 100



EDUCAÇÃO



EDUCAÇÃO NA REGIÃO CENTRO

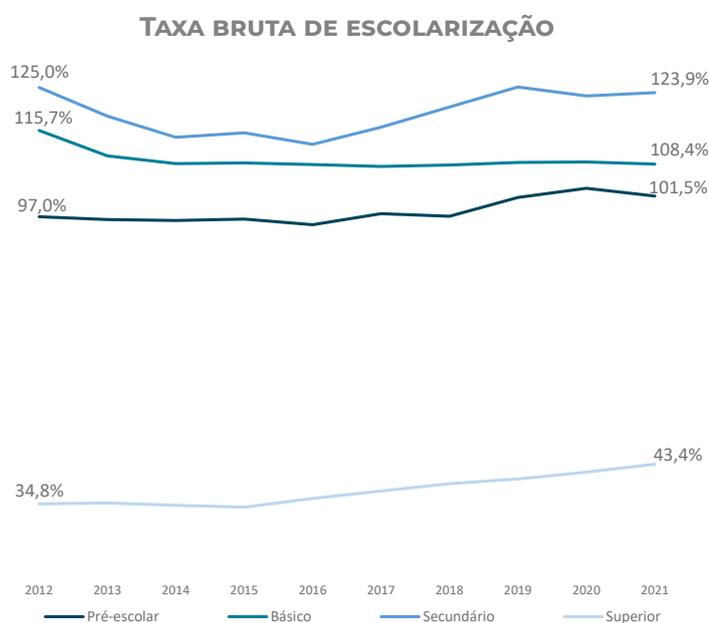
BOM DESEMPENHO NA EDUCAÇÃO, APESAR DA PANDEMIA

A Região Centro apresentou uma evolução positiva, nos últimos dez anos, no setor da educação. Uma década que fica marcada por uma pandemia, tão inesperada como imprevisível, mas também por uma forte mobilização a vários níveis que permitiu assegurar a continuidade do serviço educativo e ultrapassar, tanto quanto possível, as dificuldades inerentes.

Vários indicadores relativos à educação apontam para que a Região Centro seja um exemplo de sucesso nesta matéria. A par da mais baixa taxa de abandono escolar precoce e de elevadas taxas de escolarização, verifica-se uma evolução positiva das qualificações.

TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO COM COMPORTAMENTO POSITIVO

A taxa bruta de escolarização, que traduz a relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade), e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudos, apresentou um comportamento positivo, nos últimos dez anos, nos diversos níveis de ensino na Região Centro.

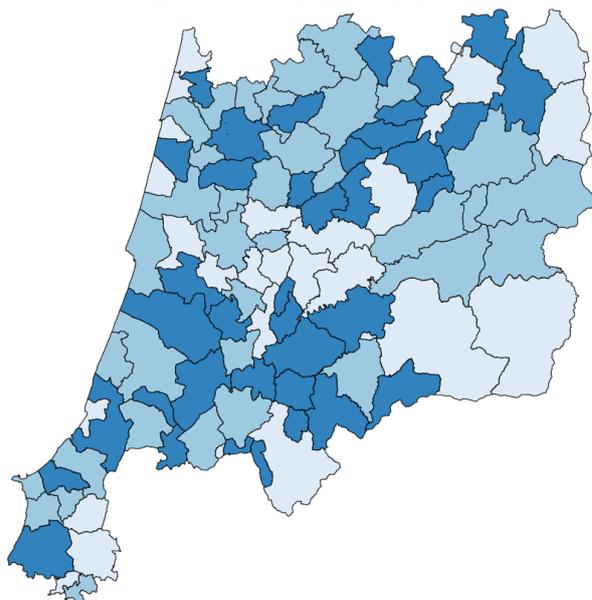


No ensino pré-escolar, observou-se um crescimento sustentado da taxa bruta de escolarização, atingindo, no ano letivo 2020/2021, um valor de 101,5% (97,0% em 2011/2012), superior à média nacional de 95,2% (90,9% em 2011/2012).

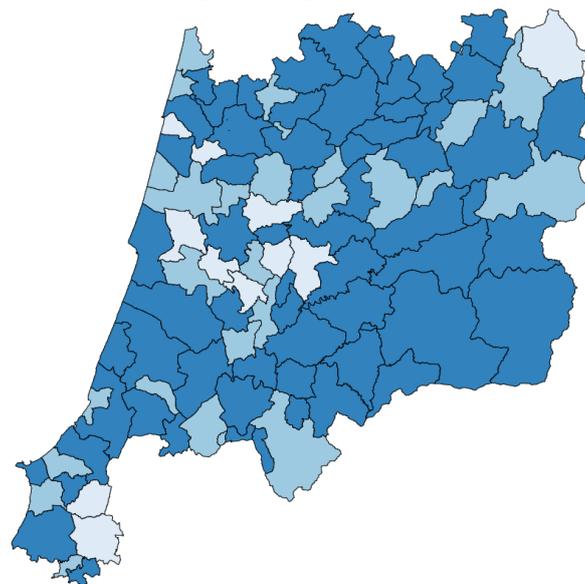
- O [ensino básico](#) (1.º, 2.º e 3.º ciclo) apresentou, em 2020/2021, uma taxa de 108,4% (115,7% em 2011/2012) e, entre as regiões nacionais, o valor mais próximo da média nacional de 107,8% (117,9% em 2011/2012).
- A [taxa bruta de escolarização no ensino secundário](#) registou, no mesmo ano, um valor de 123,9% (125,0% em 2011/2012), sendo a par da Região Norte, o valor mais próximo da média nacional de 123,4% (124,9% em 2011/2012).
- Por outro lado, no [ensino superior](#), observou-se, na Região Centro, em 2020/2021, uma taxa de escolarização de 43,4%, apenas suplantada pela Área Metropolitana de Lisboa, com 50,7% no contexto das regiões portuguesas, sendo igualmente de destacar o crescimento relevante de 8,6 pontos percentuais (p.p.), na última década, e que foi igual ao crescimento da média nacional.
- Na Região Centro, em 2020/2021, a taxa bruta de escolarização no ensino pré-escolar, no ensino básico e no ensino secundário apresentou uma diferenciação municipal que pode ser observada nos mapas seguintes:

TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO POR MUNICÍPIO, 2020 - 2021

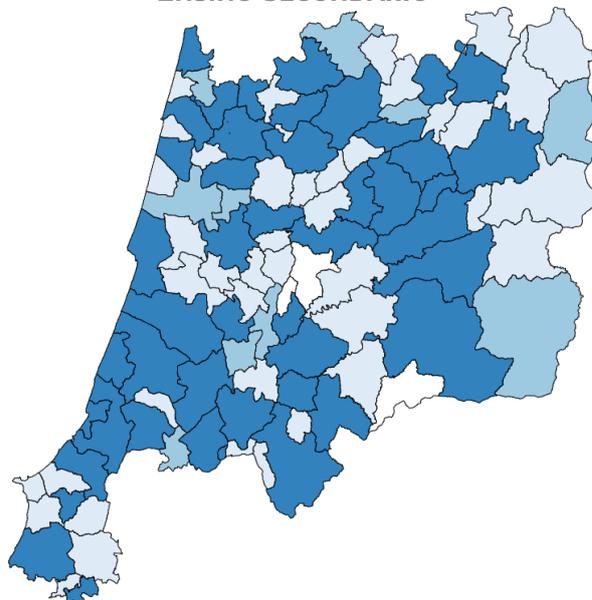
ENSINO PRÉ-ESCOLAR



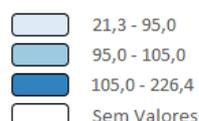
ENSINO BÁSICO



ENSINO SECUNDÁRIO



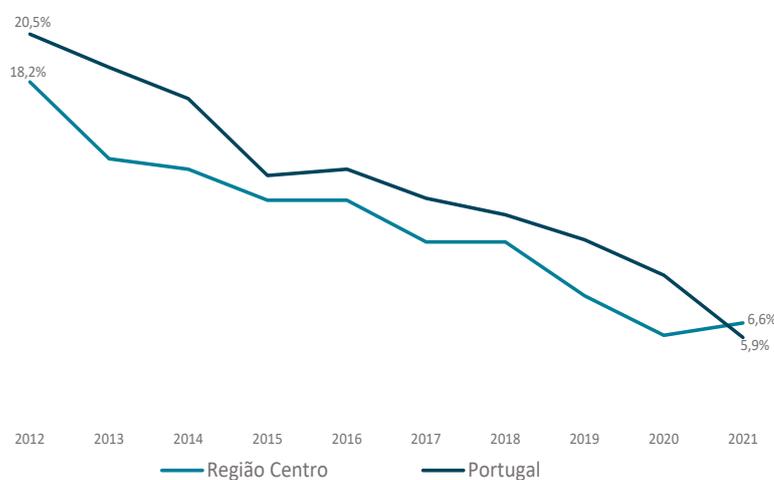
Unidades: %



ABANDONO ESCOLAR COM GRANDE REDUÇÃO NA ÚLTIMA DÉCADA

A taxa de abandono precoce de educação e formação é considerada como um dos principais indicadores do desempenho dos sistemas educativos, permitindo avaliar as desigualdades educacionais a nível europeu. A taxa de abandono escolar tem registado sucessivos decréscimos na Região Centro, apresentando uma trajetória descendente que evidencia a maior mudança estrutural no sistema educativo português na última década.

TAXA DE ABANDONO PRECOCE DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

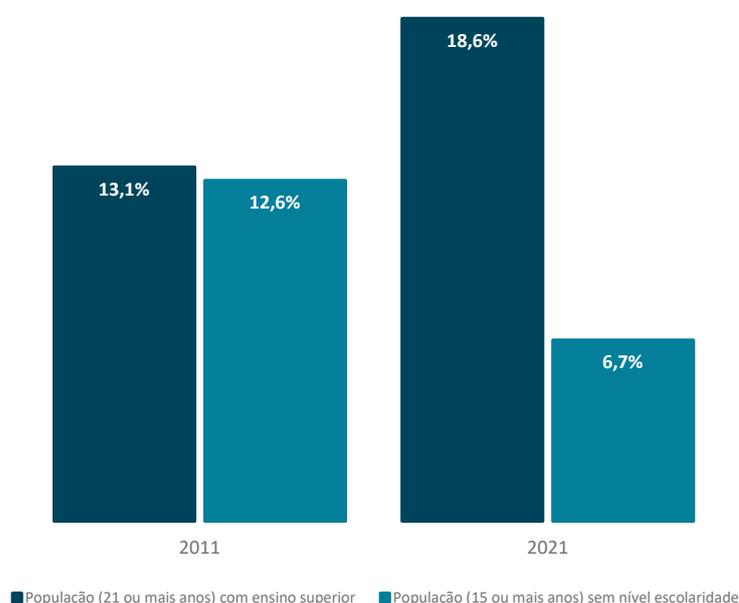


Os esforços na promoção do sucesso escolar, a diversidade dos cursos profissionais e o seu maior alinhamento com o mercado de trabalho contribuíram de forma decisiva para uma evolução notável traduzida na diminuição das retenções e na redução da taxa de abandono escolar, nos últimos 10 anos, de 11,6 p.p. na Região Centro e 14,6 p.p. em Portugal. Entre as várias regiões portuguesas, o Centro tem-se destacado por ser uma das que apresenta menor taxa de abandono precoce de educação e formação, sendo mesmo, em cinco destes anos a região com a taxa mais baixa.

EXCELENTES PROGRESSOS NAS QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

O declínio demográfico e as baixas qualificações da população conferem um constrangimento estrutural à Região Centro. No entanto, na última década, registaram-se progressos significativos na melhoria destas qualificações.

**POPULAÇÃO COM ENSINO SUPERIOR VS
POPULAÇÃO SEM NÍVEL DE ESCOLARIDADE
NA REGIÃO CENTRO**



A [proporção da população com 15 ou mais anos sem qualquer grau de ensino completo](#) registou, na Região Centro, uma redução significativa passando de 12,6% (10,4% em Portugal) em 2011, para 6,7% em 2021, aproximando-se da média nacional de 5,9%. No contexto sub-regional, em 2021, apenas a Região de Aveiro apresentou um valor inferior à média nacional (5,1%). Em termos municipais, salienta-se uma elevada heterogeneidade, com Idanha-a-Nova (17,2%), Penamacor (16,8%) e Aguiar da Beira (14,1%) a registarem os valores mais elevados, por oposição aos municípios de Coimbra e Aveiro (ambos com 3,8%) e Entroncamento (4,1%) que apresentaram os valores mais reduzidos.

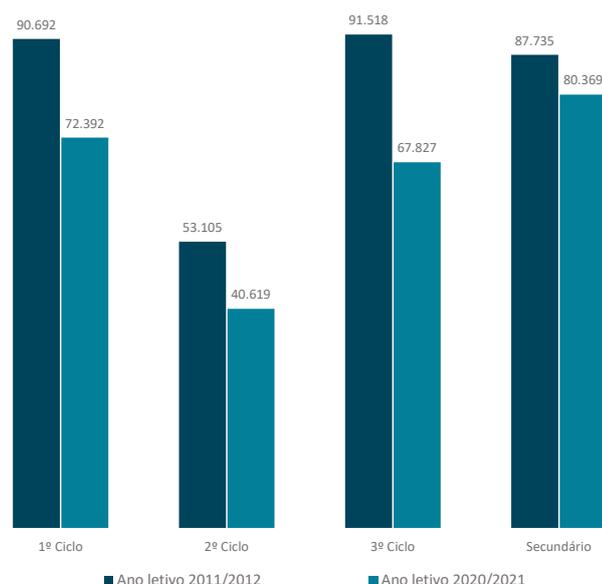
Simultaneamente, na última década, a [proporção da população residente com ensino superior completo](#) na Região Centro, cresceu 5,5 pontos percentuais (p.p.), registando 18,6% em 2021, um valor inferior à média nacional de 21,2%, mas sendo a terceira região com maior proporção, logo a seguir à Área Metropolitana de Lisboa (28,7%) e à Região Norte (19,0%). Ao nível municipal, destaque para Coimbra (36,3%) e Aveiro (30,2%) com valores expressivos na proporção da população residente com ensino superior completo em 2021. Adicionalmente, salienta-se o esforço de crescimento verificado, na última década, nos municípios de Arruda dos Vinhos (mais 8,5 p.p.) e Coimbra e Vila nova da Barquinha (ambos com mais 7,4 p.p.).

ENSINO OBRIGATÓRIO COM PERDA ACENTUADA DE ALUNOS MATRICULADOS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS NA REGIÃO CENTRO

A redução do número de alunos matriculados, observada ao longo da última década, acompanha a redução da população jovem e traduz a variação demográfica na região. Quando comparamos o ano letivo de 2011/2012 e 2020/2021, no primeiro ciclo, o número de alunos caiu 18.300, no segundo ciclo de estudos (5.º e 6.º ano) recuou 12.486, e no terceiro ciclo (do 7.º ao 9.º ano) a redução foi a maior, com menos 23.691 alunos. Já no ensino secundário, a redução foi a menor, registando-se menos 7.366 alunos. No total, o ensino obrigatório na Região Centro perdeu um total de 61.843 alunos, uma redução de 19,1% em 10 anos.

1.º CICLO -18.300 ALUNOS - 20,2 %	2.º CICLO - 12.486 ALUNOS - 23,5 %	3.º CICLO -23.691 ALUNOS - 25,9 %	SECUNDÁRIO - 7.366 ALUNOS - 8,4 %
--	---	--	--

ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO OBRIGATÓRIO
NA REGIÃO CENTRO

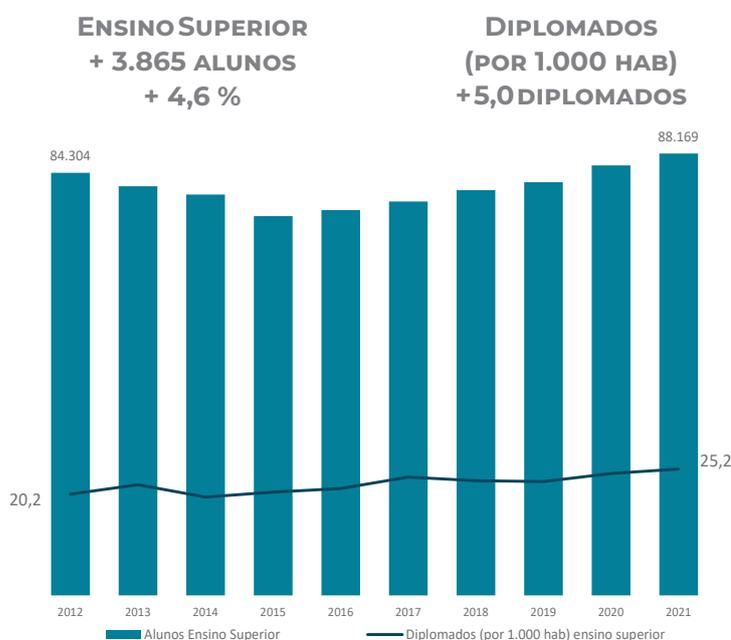


No contexto sub-regional, nos últimos 10 anos, a perda de alunos no ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclo), sentiu-se de forma mais acentuada, em termos absolutos, na Região de Coimbra com menos 9.109 alunos e em termos de variação, na sub-região das Beiras e Serra da Estrela com quebra de 31,6% de alunos. Já ao nível da diferenciação municipal, observaram-se assimetrias relevantes na variação entre o número de alunos matriculados no ano letivo de 2011/2012 e no de 2020/2021, com os crescimentos mais elevados em Vila Velha de Ródão (15,1%), Condeixa-a-Nova (7,1%) e Vila Nova da Barquinha (5,4%) enquanto, no lado oposto, registaram-se decréscimos acentuados em Manteigas (-44,2%), Almeida (-42,0%) e Ansião e Trancoso (ambas com -41,1%). No ensino secundário, destaque para o Oeste, que registou mais 317 alunos (2,5%), por oposição à sub-região Beiras e Serra da Estrela, que perdeu 1.921 alunos (-22,4%). Em termos municipais, salienta-se que Vila Velha de Ródão (em 2013/2014) e Góis (2012/2013) deixaram de ter alunos no ensino secundário, juntando-se a Castanheira de Pêra que já verificava essa situação desde 2011/2012. Com crescimento no número

de alunos no ensino secundário, destacaram-se os municípios de Constância (115,8%), Sobral do Monte Agraço (65,1%) e Penacova (58,1%) enquanto, no lado oposto, com decréscimos acentuados, encontravam-se Belmonte (-75,5%), Penela (-62,5%) e Manteigas (-62,1%).

ENSINO SUPERIOR COM CRESCIMENTO DE ALUNOS E VALOR MAIS ELEVADO DE DIPLOMADOS DA ÚLTIMA DÉCADA

Num contexto de quebra de natalidade que reduziu de forma significativa o número de jovens na Região Centro, o número de [alunos no ensino superior](#), diminuiu entre 2012 e 2015, mas tem vindo a crescer desde então, registando um acréscimo de 3.865 alunos face ao ano letivo de 2011/2012, para um total de 88.169 em 2020/2021. Também, os [diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por 1000 habitantes](#), têm tido uma trajetória de evolução positiva, registando o valor mais elevado da última década, no ano letivo 2020/2021 (25,2 diplomados por 1000 habitantes).



Entre 2012 e 2021, o crescimento do número de alunos no ensino superior, na Região Centro acompanhou a média nacional (4,6% e 5,5%, respetivamente). De igual forma, o peso dos alunos do ensino superior da Região Centro no total nacional permaneceu sem grandes alterações, registando 21,4% no ano letivo 2020/2021 quando era de 21,6 % em 2011/2012. No contexto sub-regional, neste período, destaque para o crescimento mais acentuado dos alunos no ensino superior nas Beiras e Serra da Estrela (19,7%), na Região de Leiria (18,6%) e na Região de Aveiro (10,4%), salientando-se, por outro lado, o decréscimo mais relevante no Médio Tejo (-13,8%), Região de Coimbra (-10,6%) e Viseu Dão Lafões (-6,4%).

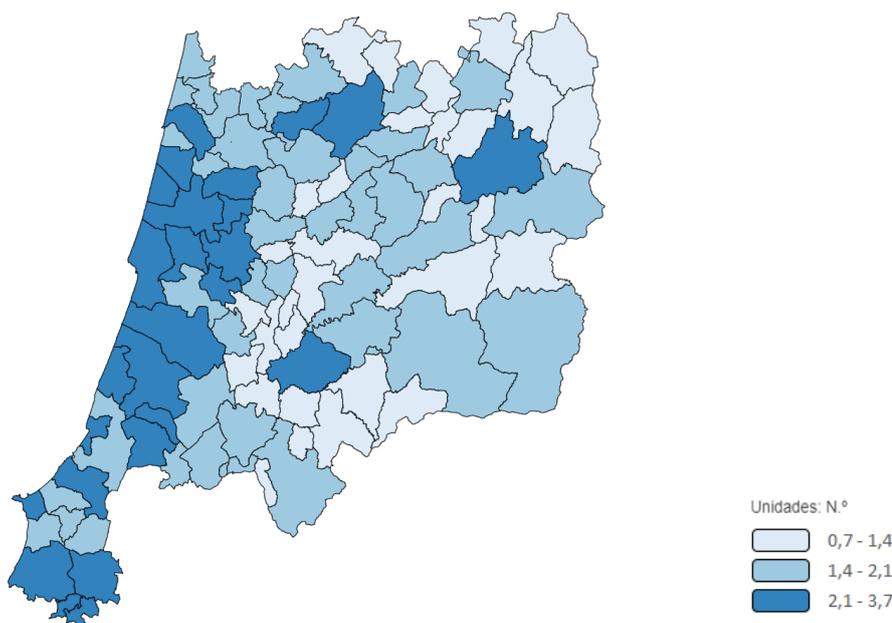
A Região Centro tem permanecido, ao longo dos últimos 10 anos, como a segunda região do país, logo atrás da Área Metropolitana de Lisboa, com o maior número de diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por 1000 habitantes. No ano letivo de 2020/2021, com 25,2 diplomados por 1000 habitantes (mais 5,0 diplomados face a 2011/2012), evidencia um valor superior à média nacional de 22,7 diplomados. Ao nível municipal, no mesmo ano, importa destacar

Coimbra com 198,5 diplomados por 1000 habitantes (mais 60,9 face a 2011/2012), Aveiro com 185,2 (mais 53,2 face a 2011/2012) e Covilhã com 128,6 (mais 54,0 face a 2011/2012).

ALUNOS POR COMPUTADOR COM INTERNET NAS ESCOLAS DA REGIÃO CENTRO REGISTOU, EM 2021, O MELHOR DESEMPENHO DOS ÚLTIMOS ANOS

A literacia digital nas escolas tem sido uma aposta do sistema educativo português, reforçada com a chegada do ensino online em virtude do contexto pandémico que vivemos. A última década revelou uma tendência mista no número de [alunos por computador com internet](#) nas escolas da Região Centro, atingindo o pior desempenho no ano letivo de 2018/2019 com 4,5 alunos por computador com internet. Nos últimos dois anos, assistiu-se a um melhor desempenho verificando-se, em 2020/2021, o melhor desempenho dos últimos 10 anos, com 2,0 alunos por computador com internet.

ALUNOS POR COMPUTADOR COM INTERNET POR MUNICÍPIO, 2021



No ano letivo de 2020/2021, o melhor desempenho atingido na Região Centro observou, contudo, algumas especificidades a assinalar. No contexto sub-regional não existiram assimetrias de relevo, observando-se uma reduzida amplitude (entre 1,7 e 2,2 alunos por computador com internet). Já no contexto municipal, as diferenças foram mais evidentes, com os melhores desempenhos de alunos por computador com internet a registarem-se em Castanheira de Pêra (0,7), Pedrógão Grande (0,8) e Vila de Rei e Figueiró dos Vinhos (ambos com 0,9), por oposição a Arruda dos Vinhos (3,7), Sertã (3,0) e Guarda (2,9), que apresentaram um pior desempenho no número de alunos por computador com internet.



Fonte: DataCentro – Informação para a Região (<http://datacentro.ccdrc.pt/>)

Fórmulas de Cálculo:

Taxa bruta de escolarização = Proporção da população residente que está a frequentar um grau de ensino, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino

Educação pré-escolar = Primeira etapa da educação que se destina a crianças entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico e é ministrada em jardins de infância ou escolas básicas

Ensino Básico = Nível de ensino que visa assegurar aprendizagens num nível elementar ou intermédio de complexidade, permitindo o prosseguimento de estudos ou o ingresso no mercado de trabalho. Engloba 1.º, 2.º e 3.º ciclo de estudos

Ensino Secundário = Nível de ensino que sucede ao ensino básico, caracteriza-se por maior diversidade e complexidade da oferta de educação e formação e visa o aprofundamento de aprendizagens para o prosseguimento de estudos ou o ingresso no mercado de trabalho

Ciclo de estudos Idade normal (anos) = Educação pré-escolar 3 – 5 Ensino básico – 1.º Ciclo 6 – 9 Ensino básico – 2.º Ciclo 10 – 11 Ensino básico – 3.º Ciclo 12 – 14 Ensino secundário 15 – 17

Ensino Superior = Nível de ensino que sucede ao ensino secundário, caracteriza-se por elevada complexidade e visa aprendizagens especializadas orientadas para o ingresso no mercado de trabalho

Taxa bruta de pré-escolarização = (Crianças inscritas na educação pré-escolar/ População residente com idade entre 3 a 5 anos) x 100

Taxa bruta de escolarização do ensino básico = (Alunos matriculados no ensino básico/ População residente com idade entre 6 a 14 anos) x 100

Taxa bruta de escolarização do ensino secundário = (Alunos matriculados no ensino secundário/ População residente com idade entre 15 e 17 anos) x 100

Taxa de escolarização no ensino superior = (Alunos com idade entre 18 e 22 anos matriculados em cursos de formação inicial no ensino superior/ População residente com idade entre 18 e 22 anos) x 100

Taxa de abandono precoce de educação e formação = [População residente com idade entre 18 e 24 anos, com nível de escolaridade completo até ao 3º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação (formal ou não formal) no período de referência/ População residente com idade entre 18 e 24 anos] x 100

Proporção da população com 15 ou mais anos sem qualquer grau de ensino completo = (População residente com 15 ou mais anos sem qualquer nível de escolaridade completo/ População residente com 15 ou mais anos) x 100

Proporção da população residente com ensino superior completo = (População residente com 21 e mais anos com ensino superior concluído/ População residente com 21 e mais anos) x 100

Diplomado = Indivíduo que concluiu com aproveitamento o nível de ensino/curso em que estava matriculado/inscrito, tendo requerido o respetivo diploma

Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por 1000 habitantes = (Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas/ População residente em 31/12 com idade entre 20 e 29 anos) x 1000

Alunos por computador com internet = Alunos matriculados no ensino não superior / Computadores com ligação à internet existentes nos estabelecimentos de ensino



SAÚDE

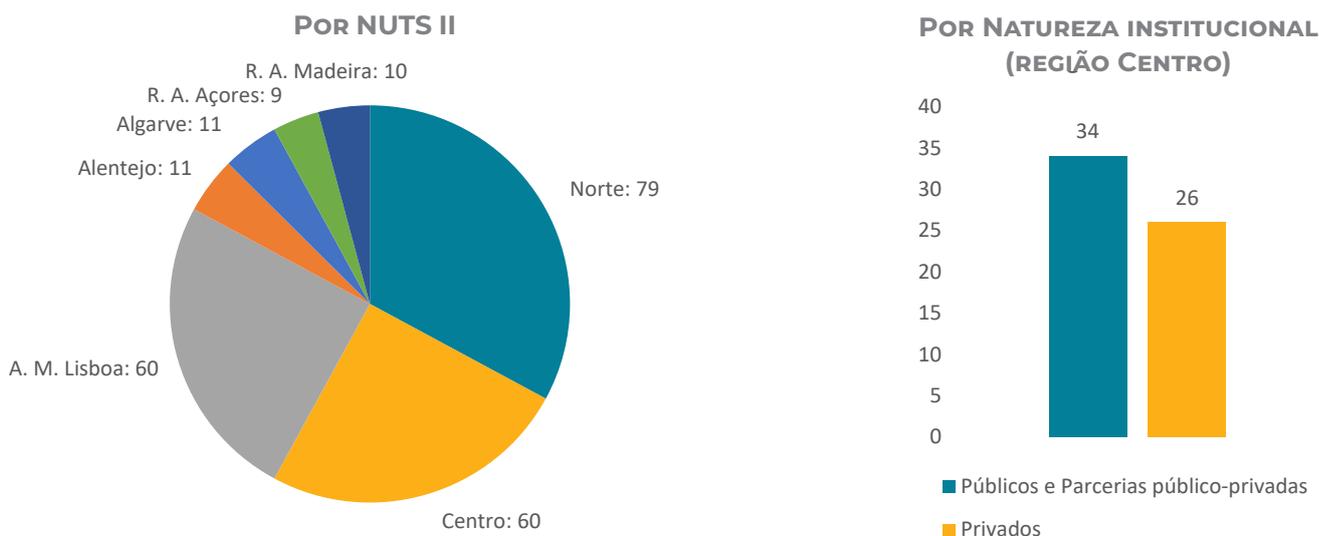


SAÚDE NO CENTRO

CENTRO CONCENTRA 25% DOS HOSPITAIS DO PAÍS E 18,8% DAS CAMAS NOS HOSPITAIS

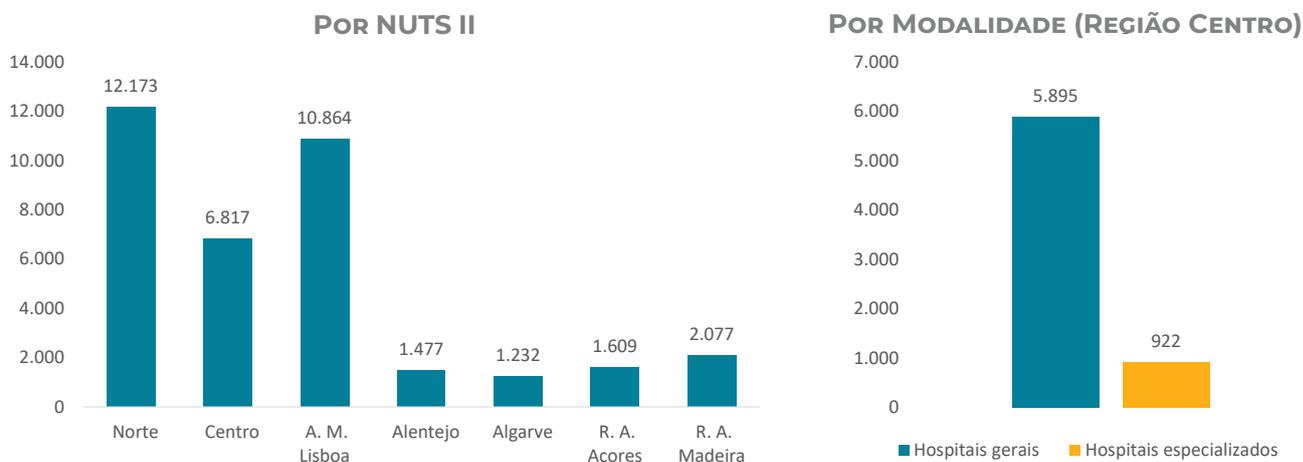
Na Região Centro, existiam 60 hospitais, correspondendo a 25% do total nacional. A Região Centro era a segunda região do país com mais hospitais, depois do Norte e a par com a Área Metropolitana de Lisboa. Dos 60 hospitais instalados na Região Centro, 34 (56,7%) eram, de acordo com a natureza institucional, públicos e parcerias público-privadas e 26 (43,3%) eram privados. A nível nacional, existiam 240 hospitais, sendo 112 hospitais públicos e parcerias público-privadas (46,7%) e 128 privados (53,3%), o que evidenciava um maior peso dos hospitais públicos na Região Centro, comparando com o total nacional.

HOSPITAIS, 2021



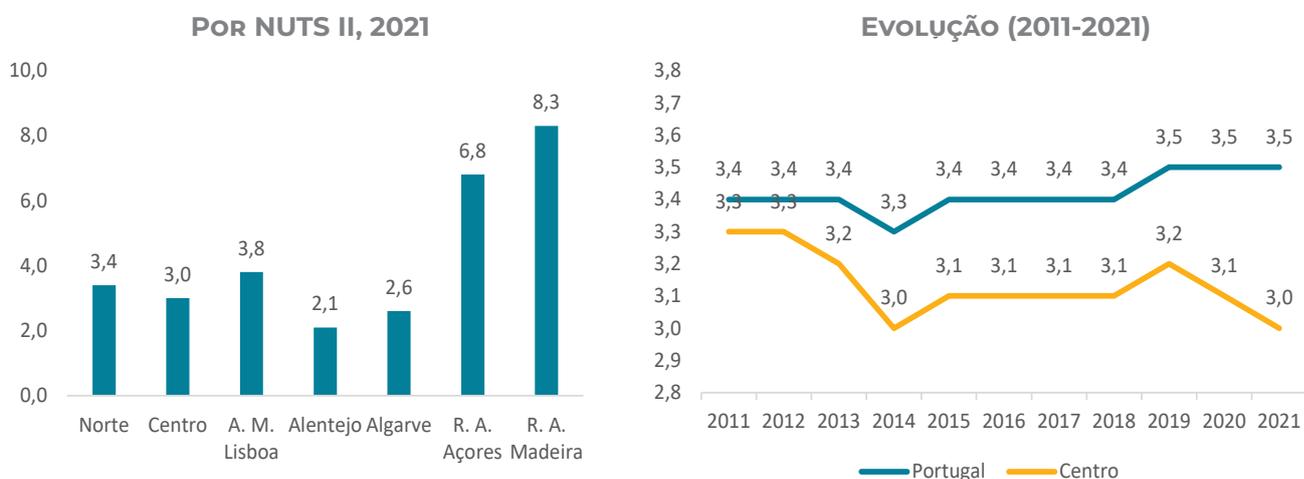
No conjunto dos hospitais existiam, na Região Centro, 6.817 camas, em 2021, correspondendo a 18,8% do total nacional. A Região Centro era a terceira região com mais camas, depois do Norte, com 12.173 camas e da Área Metropolitana de Lisboa, com 10.864 camas (33,6% e 30,0% do total nacional, respetivamente). Estas três regiões disponibilizavam 82,4% das camas nos hospitais em Portugal. Na Região Centro, 13,5% das camas estavam em hospitais especializados, um peso apenas superior à da região do Algarve (0,6%) e do Alentejo (10,6%) e inferior à média nacional (22,3%).

CAMAS NOS HOSPITAIS, 2021



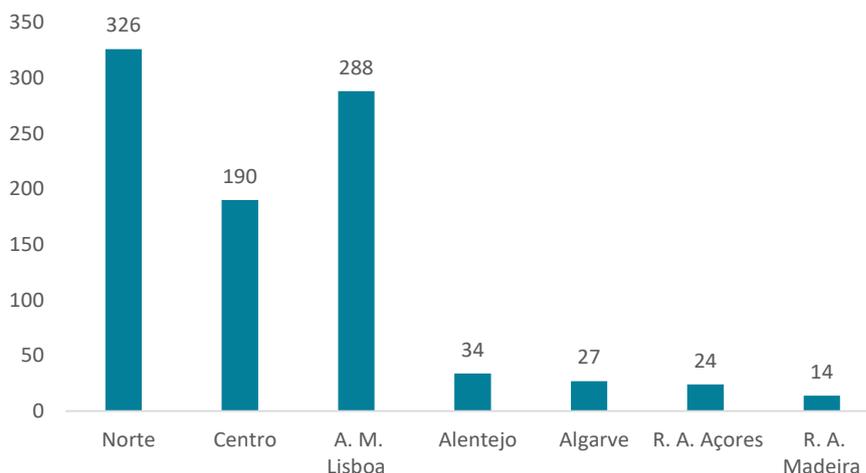
O [número de camas nos hospitais](#) (lotação praticada) na Região Centro era de 3,0 por cada 1.000 habitantes, número inferior à média nacional de 3,5 camas por cada 1.000 habitantes, sendo apenas superior ao das regiões do Alentejo (2,1 camas) e do Algarve (2,6 camas). Era nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores que se registavam os maiores números de camas nos hospitais por cada 1.000 habitantes (8,3 e 6,8 camas, respetivamente). Na Região Centro, a tendência tem sido de diminuição do número de camas nos hospitais nos últimos dois anos, invertendo a tendência de recuperação que se tinha vindo a verificar desde a quebra registada entre 2011 e 2014. O número de camas por 1.000 habitantes na região estava abaixo do registado há 10 anos (era de 3,3 camas em 2011) e da média nacional. Pelo contrário, a nível nacional, os valores eram superiores aos registados há uma década (em 2011 era de 3,4 camas por 1.000 habitantes).

CAMAS NOS HOSPITAIS (LOTAÇÃO PRATICADA) POR 1.000 HABITANTES



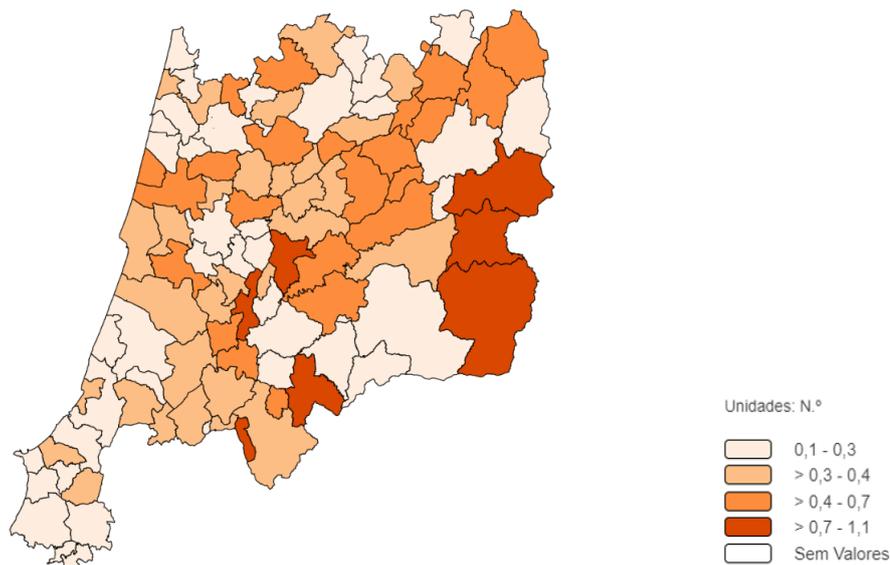
Na Região Centro existiam, em 2021, 190 salas de operação (21,0% do total nacional), sendo a terceira região com mais salas, atrás do Norte (326 salas) e da Área Metropolitana de Lisboa (288 salas). Estas três regiões concentravam 804 salas de operação, ou seja, 89,0% do total nacional.

SALAS DE OPERAÇÃO, 2021



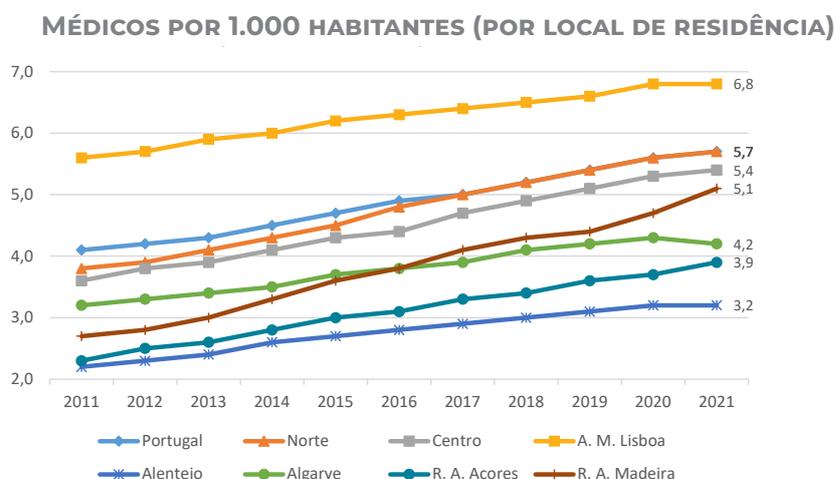
Em 2021, estavam em atividade 735 farmácias e 61 postos farmacêuticos móveis, na Região Centro, que correspondiam a um peso de 25,6% do total a nível nacional. Assim, na Região Centro, existiam 0,4 [farmácias por cada 1.000 habitantes](#), um número ligeiramente superior à média nacional de 0,3 farmácias por 1.000 habitantes e que cresceu ligeiramente face ao registado há 10 anos (era 0,3 em 2011). Os municípios com menor densidade populacional tendem a ter um maior número de farmácias por 1.000 habitantes, como Penamacor (1,1 farmácias), Idanha-a-Nova (1,0 farmácias) e Figueiró dos Vinhos (0,9 farmácias). Por outro lado, o município de Arruda dos Vinhos era o que apresentava o menor número de farmácias face à população residente (0,1 farmácias por 1.000 habitantes).

FARMÁCIAS E POSTOS FARMACÊUTICOS MÓVEIS POR 1.000 HABITANTES POR MUNICÍPIO, 2021

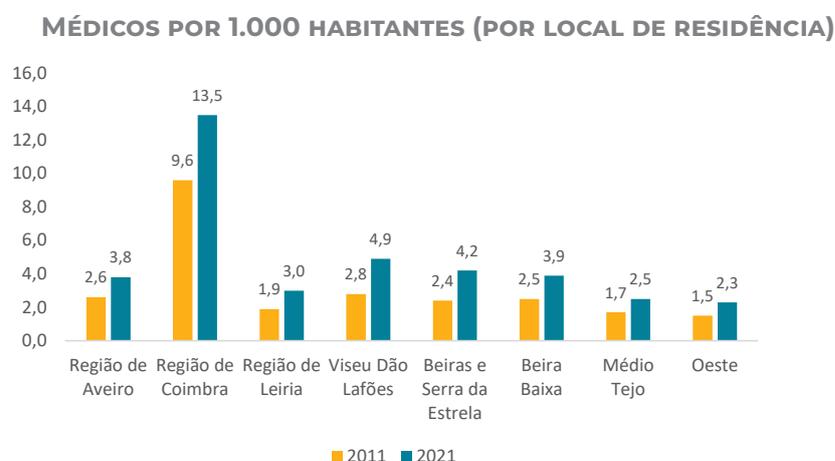


NÚMERO DE MÉDICOS E DE ENFERMEIROS CRESCERAM SIGNIFICATIVAMENTE NA ÚLTIMA DÉCADA

O número de médicos e enfermeiros tem vindo a crescer de forma significativa na última década. Na Região Centro, existiam, em 2021, 5,4 médicos por 1.000 habitantes, sendo a terceira região do país que registava o maior número, depois da Área Metropolitana de Lisboa e do Norte, com 6,8 e 5,7 médicos por 1.000 habitantes, respetivamente. Este indicador tem tido uma tendência de forte crescimento, tendo aumentado 50% na última década. Em 2011, existiam 3,6 médicos por cada 1.000 habitantes na Região Centro. Ainda assim, a região não alcançou a média nacional de 5,7 médicos por cada 1.000 habitantes, sendo que este indicador cresceu 39% no país durante este período.

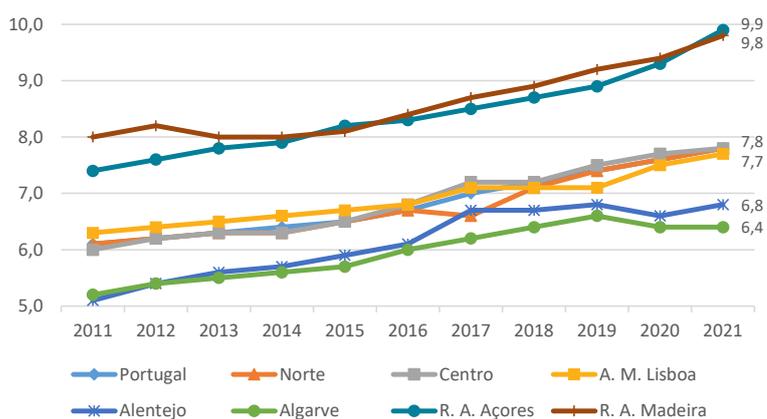


Apesar desta tendência, existiam disparidades territoriais assinaláveis ao nível da Região Centro. A Região de Coimbra foi onde se registou o maior número de médicos por 1.000 habitantes (13,5), seguida de Viseu Dão Lafões (4,9) e Beiras e Serra da Estrela (4,2). As regiões onde se registaram os menores números foram a Região de Leiria (3,0), Médio Tejo (2,5) e Oeste (2,3).



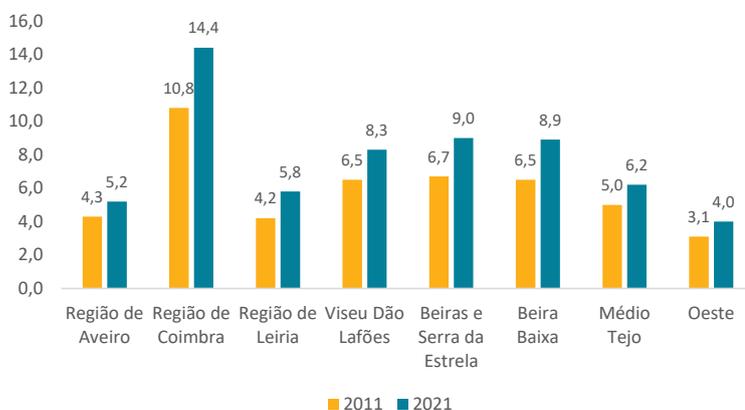
O número de enfermeiros evidenciou a mesma evolução. Em 2021, existiam 7,8 [enfermeiros por cada 1.000 habitantes](#), na Região Centro, sendo a terceira região do país, a par com o Norte, com o maior número de enfermeiros por 1.000 habitantes, atrás da Região Autónoma dos Açores (9,9 enfermeiros) e da Região Autónoma da Madeira (9,8 enfermeiros). Nos últimos 10 anos, assistiu-se a um crescimento deste indicador em 30% no Centro, ligeiramente superior ao crescimento a nível nacional (28%).

ENFERMEIROS POR 1.000 HABITANTES (POR LOCAL DE TRABALHO)



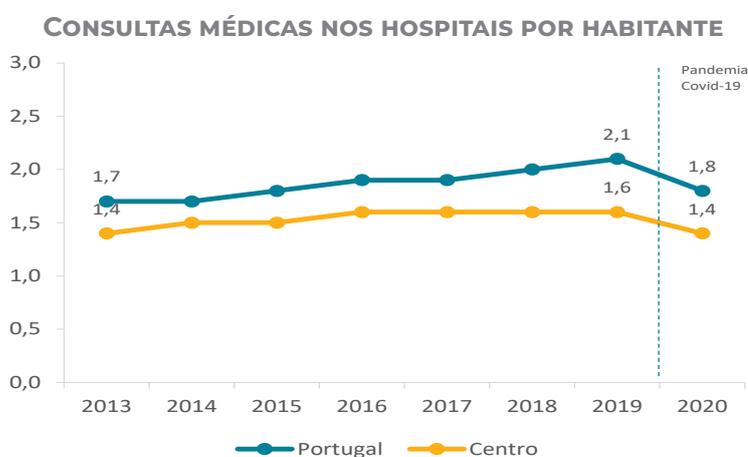
Existiam também disparidades territoriais assinaláveis no número de enfermeiros. A Região de Coimbra foi novamente onde se registou um maior número de enfermeiros por 1.000 habitantes (14,4 enfermeiros), seguida das Beiras e Serra da Estrela (9,0 enfermeiros) e da Beira Baixa (8,9 enfermeiros). Os valores mais elevados de médicos e de enfermeiros na Região de Coimbra dever-se-ão ao facto de aí se localizar o Centro Hospitalar da Universidade de Coimbra (CHUC), que agrega quatro hospitais e duas maternidades, sendo o maior empregador da Região Centro. A Região de Leiria (5,8 enfermeiros), a Região de Aveiro (5,2 enfermeiros) e o Oeste (4,0 enfermeiros) foram os territórios onde se registaram os menores números destes profissionais por cada 1.000 habitantes.

ENFERMEIROS POR 1.000 HABITANTES (POR LOCAL DE TRABALHO)



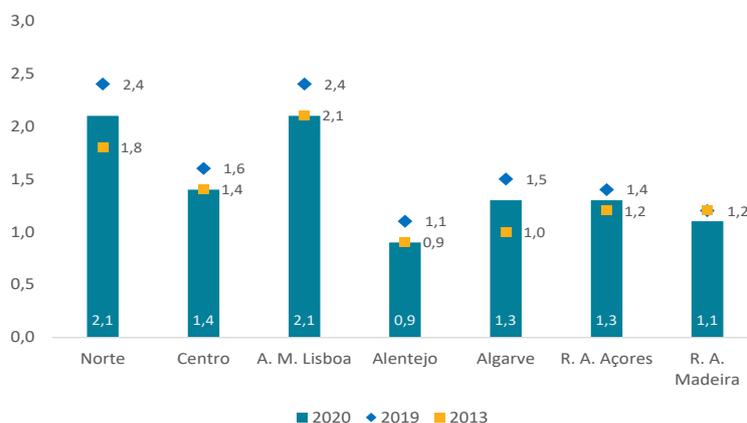
PADEMIAS COVID-19 FEZ DIMINUIR AS CONSULTAS NA REGIÃO

Em 2020, realizaram-se 1,4 consultas médicas por habitante nas unidades de consulta externa dos hospitais na Região Centro, sendo inferior à média nacional de 1,8 consultas por habitante. A pandemia de Covid-19 teve um impacto significativo, fazendo recuar em 13% o número de consultas nos hospitais da região face a 2019 e regressando a valores de 2013. Este efeito esteve em linha com o que sucedeu no resto do país onde, em média, o número de consultas se reduziu em 14%. No entanto, foi bastante superior à diminuição registada nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, que foi de apenas 7% e de 8%, respetivamente.



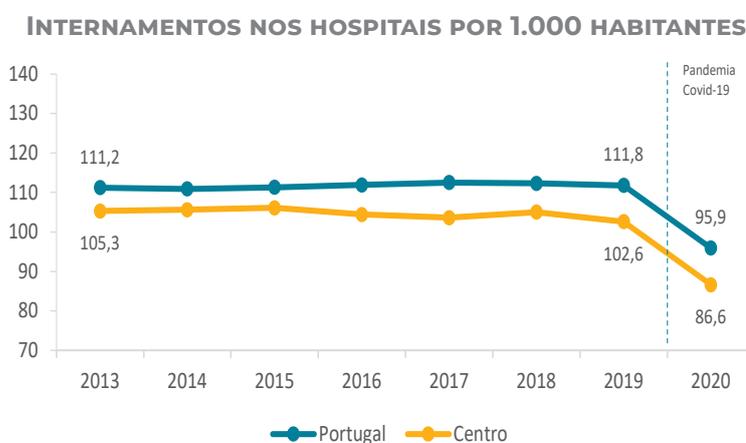
Verificaram-se diferenças relevantes entre regiões ao nível das consultas externas realizadas nos hospitais. O Norte e a Área Metropolitana de Lisboa ultrapassaram o Centro no número de consultas efetuadas, tendo as duas regiões realizado 2,1 consultas por habitante em 2020, ou seja, um valor cerca de 50% superior ao verificado no Centro. Por outro lado, no Alentejo, realizaram-se 0,9 consultas nos hospitais por habitante, menos 36% do que no Centro.

CONSULTAS MÉDICAS NOS HOSPITAIS POR HABITANTE E POR NUTS II



TAMBÉM OS INTERNAMENTOS NA REGIÃO CENTRO DIMINUÍRAM COMO RESULTADO DA PANDEMIA

Em 2020, realizaram-se 86,6 internamentos nos hospitais por 1.000 habitantes na Região Centro, o que resultou numa redução de 16% face a 2019, podendo ser justificado pela alocação de recursos nos hospitais para combate à pandemia. O valor registado foi inferior à média nacional de 95,9 internamentos por cada 1.000 habitantes, que recuou 14% face a 2019. Os valores de número de internamentos tiveram, entre 2013 e 2019, uma tendência de estabilidade sendo, em média, 111,7 por 1.000 habitantes em Portugal e 104,7 por 1.000 habitantes na Região Centro.



Ao nível das regiões, tal como sucede com o número de consultas realizadas, o número de internamentos registou diferenças assinaláveis. Apenas o Alentejo e a Região Autónoma da Madeira tiveram um número de internamentos por 1.000 habitantes inferior ao da Região Centro, ou seja, 65,1 internamentos e 84,8 internamentos, respetivamente. Na Área Metropolitana de Lisboa foi onde se registou o maior número de internamentos, 110,2 por cada 1.000 habitantes, ou seja, 27% superior ao registado no Centro.

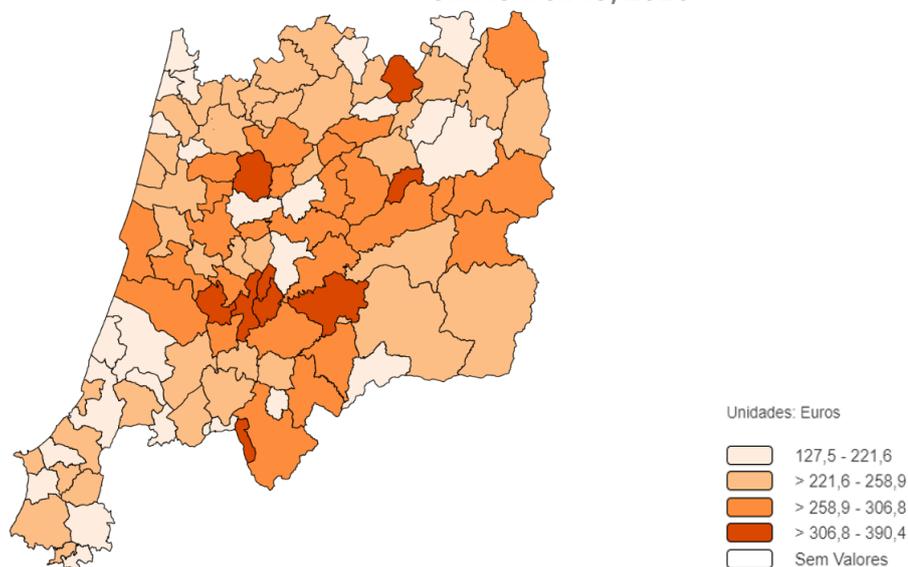
INTERNAMENTOS NOS HOSPITAIS POR 1.000 HABITANTES E POR NUTS II



VALOR DO CONSUMO DE MEDICAMENTOS DIMINUIU EM 10 ANOS

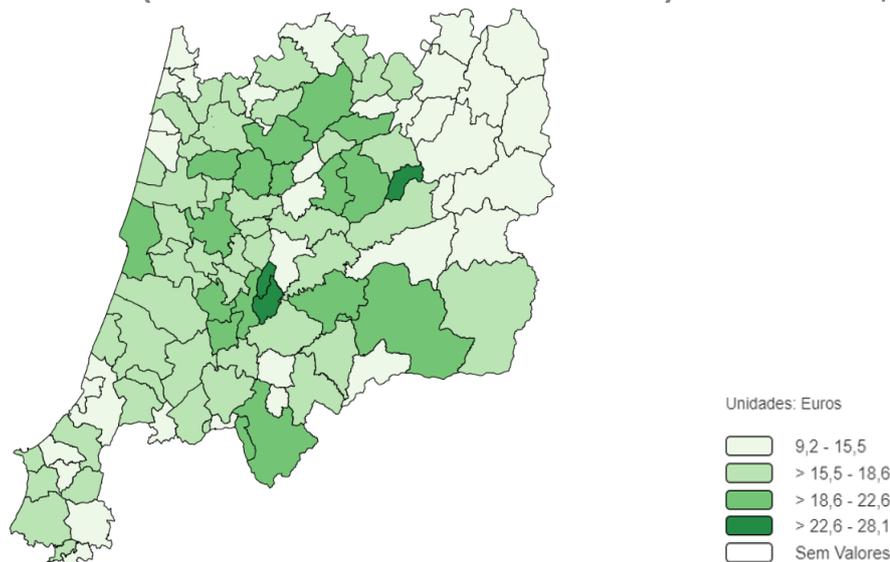
O valor despendido no [consumo de medicamentos por habitante](#) foi inferior ao registado há 10 anos, apesar da subida que se verificou, particularmente a partir de 2016. Em 2020, cada habitante da Região Centro consumiu, em média, 241,7€ em medicamentos, que compara com o valor de 253,6€ registado em 2010. Os municípios que registaram valores mais elevados de consumo de medicamentos por habitante foram Castanheira de Pêra (390,4€), Pedrógão Grande (360,1€) e Ansião (353,9€). Pelo contrário, nos municípios de Ílhavo (183,6€), Óbidos (178,8€) e Arruda dos Vinhos (127,5€) registaram-se os menores valores de consumo de medicamentos por habitante.

CONSUMO DE MEDICAMENTOS POR HABITANTE (NO ÂMBITO DO SNS E EM AMBULATÓRIO) POR MUNICÍPIO, 2020



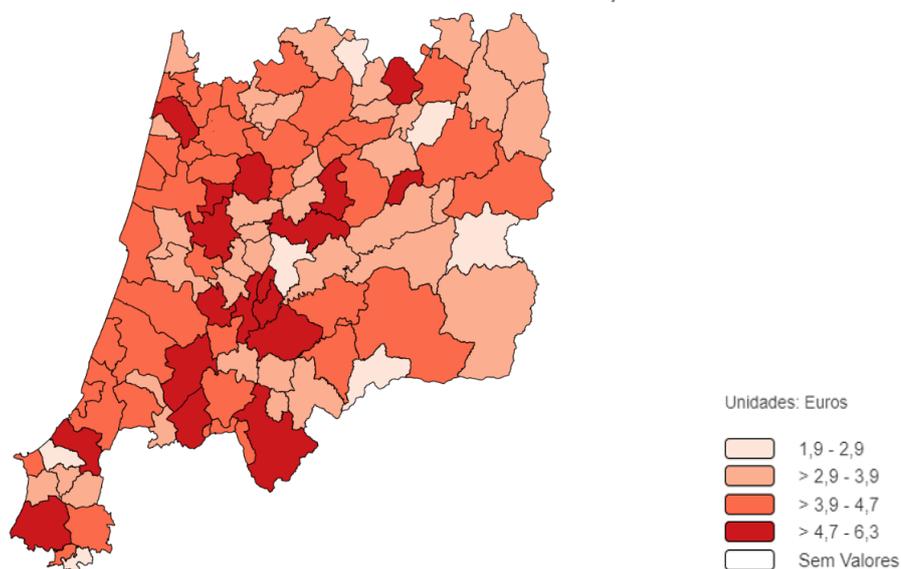
O valor do [consumo de antidepressores, ansiolíticos, sedativos e hipnóticos por habitante](#) na Região Centro também foi inferior ao registado há 10 anos. Em 2020 foi de 17,1€ por habitante, um valor que compara com os 19,5€ gastos em 2010. Pedrógão Grande foi o município onde se registou o montante mais elevado deste tipo de medicamentos por habitante (28,1€), seguido de Manteigas (28,0) e Castanheira de Pêra (25,2€). Pelo contrário, em Arruda dos Vinhos, foi o município onde se registou o menor valor por habitante (9,2€), seguido de Óbidos (11,4€) e Góis (11,8€).

CONSUMO DE ANTIDEPRESSORES, ANSIOLÍTICOS, SEDATIVOS E HIPNÓTICOS POR HABITANTE (NO ÂMBITO DO SNS E EM AMBULATÓRIO) POR MUNICÍPIO, 2020



O [consumo de antibacterianos por habitante](#) reduziu 21% entre 2019 e 2020, de 5,5€ para 4,3€, acentuando a tendência de descida que se tinha vindo a verificar na última década. Este facto poderá ser justificado, em parte, devido à pandemia de Covid-19 e à redução da prevalência de outras doenças infecciosas, em especial durante os períodos de confinamento. Em 2010, o consumo de antibacterianos por habitante era de 8,1€. Os municípios de Góis, Vila Velha de Ródão e Óbidos registaram os menores valores de consumo de antibacterianos por habitante em 2020 (1,9€ nos dois primeiros e 2,4€ no último). Por oposição, os montantes mais elevados de consumo de antibacterianos registaram-se nos municípios de Ansião (6,3€), Pedrógão Grande (5,6€), Arganil e Oliveira do Hospital (5,9€).

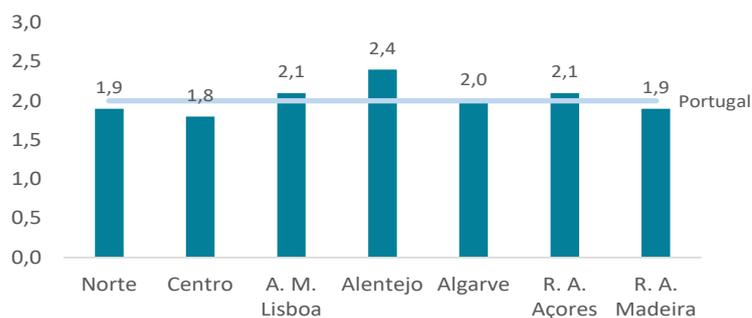
CONSUMO DE ANTIBACTERIANOS POR HABITANTE (NO ÂMBITO DO SNS E EM AMBULATÓRIO) POR MUNICÍPIO, 2020



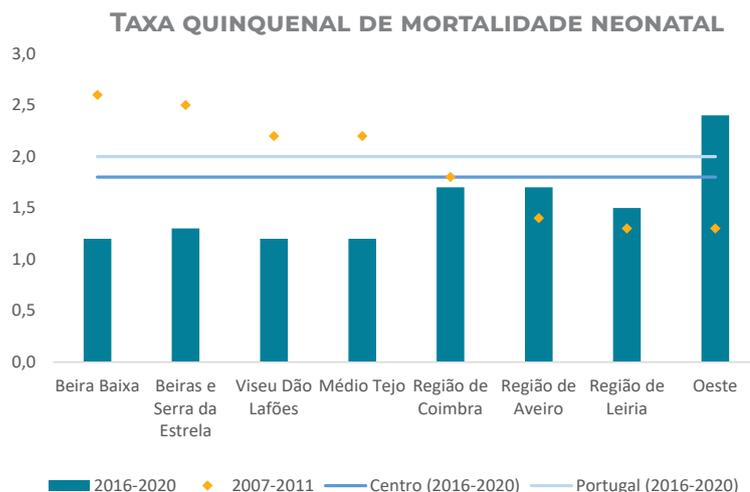
NA ÚLTIMA DÉCADA DIMINUIU A MORTALIDADE NEONATAL E INFANTIL

Ao nível dos cuidados de saúde neonatal e infantil, a Região Centro tem mostrado bons indicadores e uma tendência de melhoria na última década. Em 2020, a [taxa quinquenal de mortalidade neonatal](#) na Região Centro era de 1,8 óbitos por cada 1.000 nados-vivos no somatório dos últimos cinco anos, a menor a nível nacional.

TAXA QUINQUENAL DE MORTALIDADE NEONATAL (2016-2020)

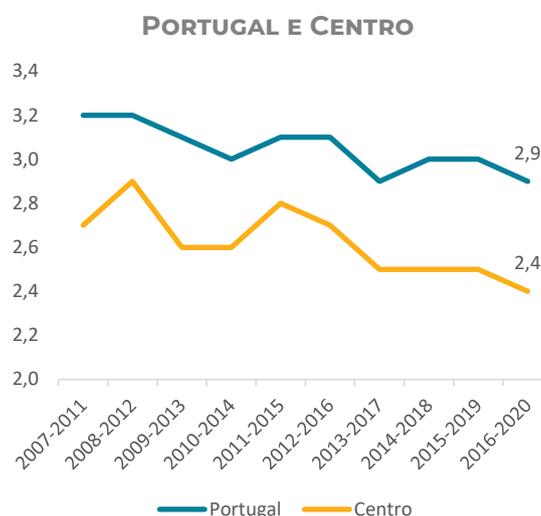
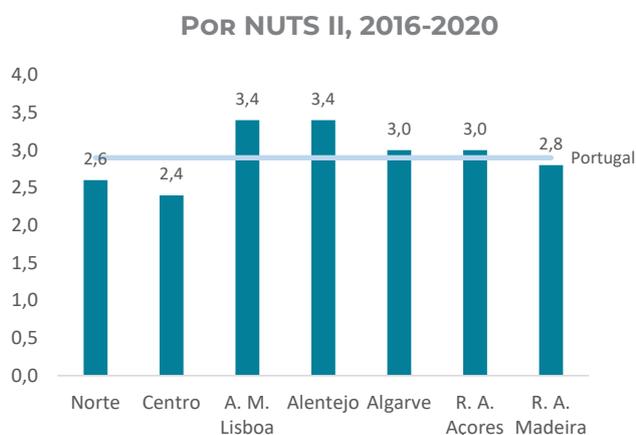


Na Região Centro, a Beira Baixa registou a maior redução na mortalidade neonatal na última década (-54%), seguida das Beiras e Serra da Estrela (-48%), de Viseu Dão Lafões e do Médio Tejo (-45%). Estes territórios conseguiram, na última década, passar de indicadores de mortalidade acima da média nacional para valores em torno de 1,2 óbitos por cada 1.000 nados-vivos, os menores a nível nacional e europeu. Por outro lado, registou-se um aumento na mortalidade neonatal na Região de Aveiro, na Região de Leiria e no Oeste, esta última superando a média nacional de 2,0 óbitos por cada 1.000 nados-vivos no somatório dos últimos cinco anos.

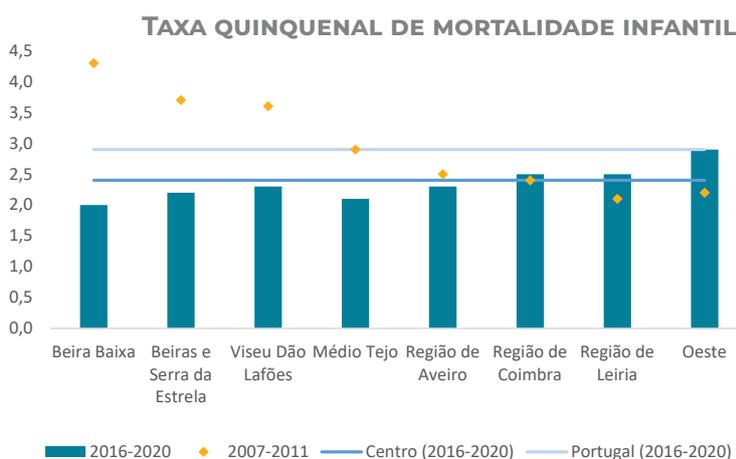


Em 2020, a [taxa quinquenal de mortalidade infantil](#) na Região Centro era de 2,4 óbitos por cada 1.000 nados-vivos no somatório dos últimos 5 anos (a menor a nível nacional). O Norte e a Região Autónoma da Madeira foram as regiões que, tal como o Centro, apresentaram valores inferiores à média nacional, de 2,6 e 2,8 óbitos por cada 1.000 nados-vivos, respetivamente. Este indicador tem vindo a melhorar na última década, passando de 2,7 óbitos por cada 1.000 nados-vivos em 2007-2011 para 2,4 em 2016-2020 (uma diminuição de 11%), uma tendência que se tem verificado a nível nacional, onde o indicador decresceu de 3,2 para 2,9 óbitos por cada 1.000 nados-vivos (uma redução de 9%).

TAXA QUINQUENAL DE MORTALIDADE INFANTIL

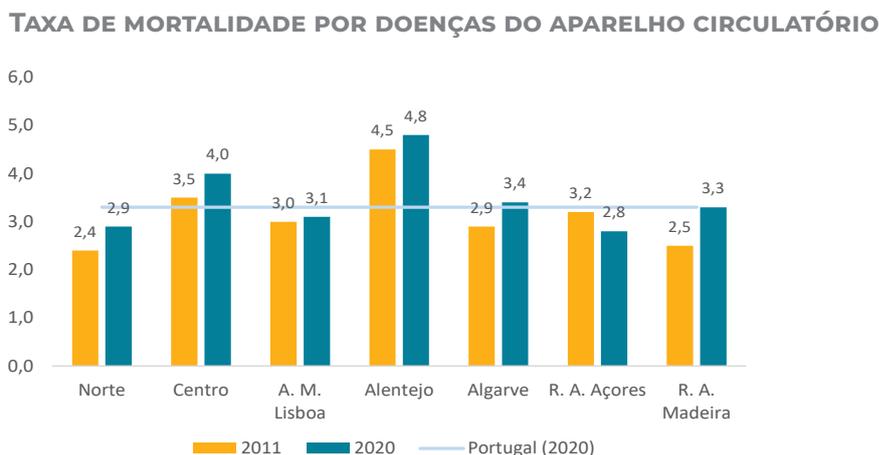


Ao nível da Região Centro, as regiões onde que registaram as maiores reduções na taxa de mortalidade infantil foram, novamente, a Beira Baixa, as Beiras e Serra da Estrela e Viseu Dão Lafões. A redução foi de 53% na Beira Baixa, 41% nas Beiras e Serra da Estrela e 36% em Viseu Dão Lafões, para registos de mortalidade inferiores a 2,4 óbitos por cada 1.000 nados-vivos, um valor abaixo da média nacional (2,9 óbitos). Por outro lado, a Região de Coimbra, a Região de Leiria e o Oeste viram aumentar este indicador na última década, passando esta última região a igualar a média nacional deste indicador.



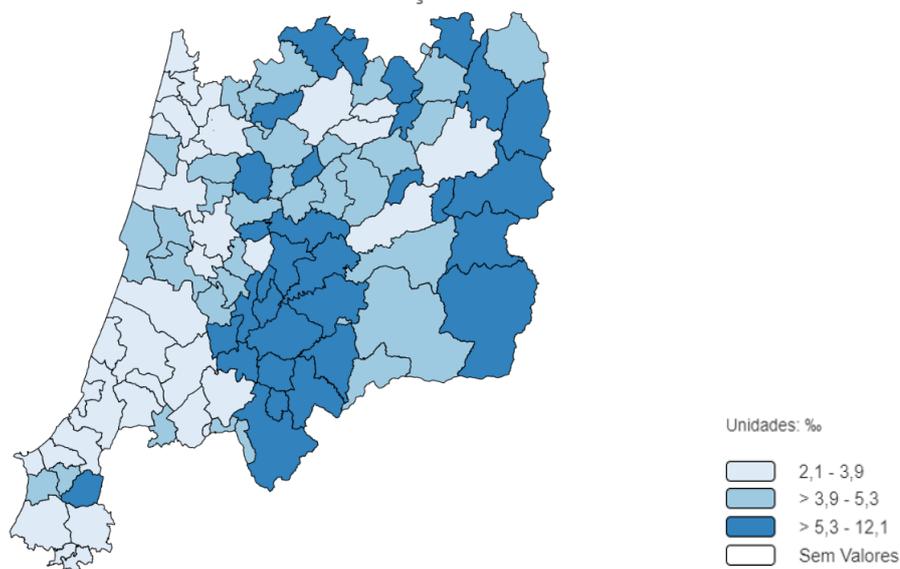
AUMENTO DA MORTALIDADE DEVIDO A DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATORIO E A TUMORES MALIGNOS

Relativamente a outras causas de mortalidade, nomeadamente a mortalidade devido a doenças do aparelho circulatorio e a tumores malignos, os indicadores da Região Centro não são tão positivos. Em 2020, a [taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatorio](#) na Região Centro era de 4,0 óbitos por cada 1.000 residentes, superior à média nacional de 3,3 óbitos por cada 1.000 residentes e apenas inferior ao valor registado no Alentejo (4,8 óbitos por cada 1.000 residentes). Na última década verificou-se uma tendência de subida deste indicador no Centro, que cresceu 14%. Este aumento foi superior ao registado a nível nacional (10%), mas ainda assim menor do que se verificou na Região Autónoma da Madeira (32%), no Norte (21%) e no Algarve (17%).



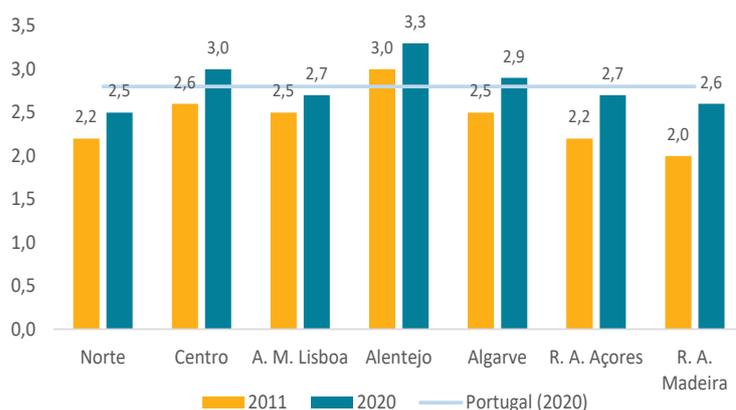
Ao nível municipal, foi em Aguiar da Beira onde se registou, em 2020, a maior taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório na Região Centro (12,1 óbitos por cada 1.000 residentes), seguido de Mação (9,8 óbitos por cada 1.000 residentes) e de Pampilhosa da Serra (9,4 óbitos por cada 1.000 residentes). A prevalência da mortalidade devido a este tipo de doenças está concentrada nos municípios da Beira Baixa, Médio Tejo e Beiras e Serra da Estrela, tendo a Região de Aveiro e a Região de Leiria as menores taxas de mortalidade. Os municípios da Batalha, Leiria e Marinha Grande registaram as menores taxas de mortalidade deste tipo de doenças, ou seja, 2,1 por cada 1.000 residentes no primeiro e 2,6 por cada 1.000 residentes nos dois últimos, respetivamente.

TAXA DE MORTALIDADE POR DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATORIO POR MUNICÍPIO, 2020



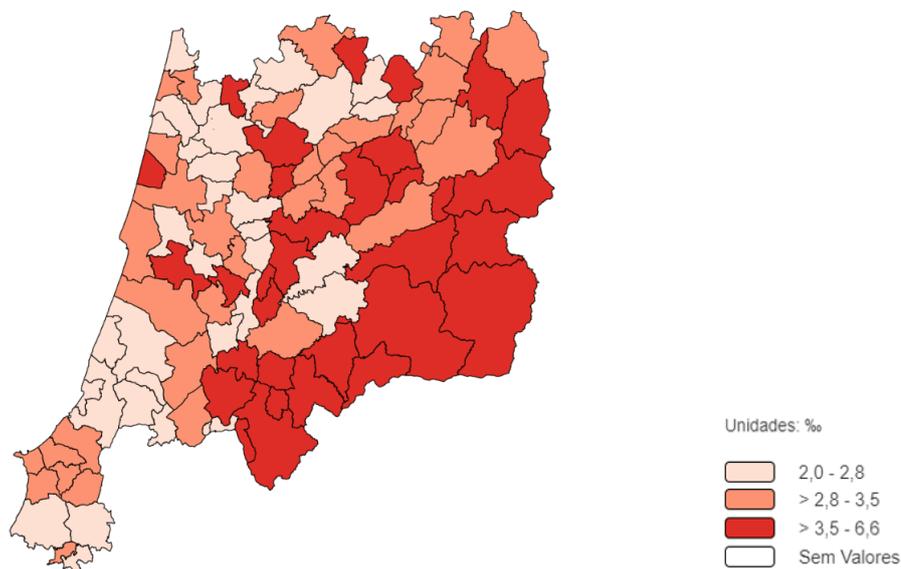
Relativamente à [taxa de mortalidade por tumores malignos](#) as conclusões são semelhantes. A Região Centro registou, em 2020, uma taxa de 3 óbitos por 1.000 residentes, apenas inferior à registada no Alentejo (3,3 óbitos por cada 1.000 residentes). A taxa de mortalidade no Centro foi superior à média nacional que se fixou em 2,8 óbitos por cada 1.000 residentes, tendo-se verificado uma tendência de aumento na última década. Entre 2011 e 2020, a taxa cresceu 15%, ainda assim inferior ao aumento de 17% que ocorreu a nível nacional. A Região Autónoma da Madeira foi onde se registou o maior aumento da taxa de mortalidade por tumores malignos neste período (30%), seguida da Região Autónoma dos Açores (23%) e do Algarve (16%).

TAXA DE MORTALIDADE POR TUMORES MALIGNOS



Ao nível territorial, a Beira Baixa, as Beiras e Serra da Estrela e o Médio Tejo voltaram a destacar-se pela negativa, como as regiões com maior taxa de mortalidade por tumores malignos na Região Centro, tendo a Região de Aveiro e a Região de Leiria registado os melhores valores neste indicador. Idanha-a-Nova foi o município onde se registou a maior taxa de mortalidade por tumores malignos (6,6 óbitos por 1.000 residentes), seguida de Penamacor (6,1 óbitos por 1.000 residentes) e Almeida (5,9 óbitos por 1.000 residentes). Em oposição, os municípios de Penalva do Castelo, Condeixa-a-Nova e Vila Nova da Barquinha registaram as menores taxas de mortalidade por tumores malignos, ou seja, 2,0 óbitos por cada 1.000 residentes nos dois primeiros e 2,1 óbitos por cada 1.000 residentes no último.

TAXA DE MORTALIDADE POR TUMORES MALIGNOS POR MUNICÍPIO, 2020





Fonte: DataCentro – Informação para a Região (<http://datacentro.ccdrc.pt/>)

Conceitos:

Hospital: Estabelecimento de saúde que presta cuidados de saúde curativos e de reabilitação em internamento e ambulatório, podendo colaborar na prevenção da doença, no ensino e na investigação científica.

Cama: Equipamento destinado à estadia de um indivíduo num estabelecimento prestador de cuidados de saúde.

Sala Operatória: Sala equipada e integrada em bloco operatório que permite a execução de cirurgias e de exames que requeiram elevado nível de assepsia e anestesia.

Internamento: Modalidade de prestação de cuidados de saúde a indivíduos que, após admissão num estabelecimento de saúde, ocupam cama (ou berço de neonatologia ou pediatria) para diagnóstico, tratamento ou cuidados paliativos, com permanência de, pelo menos, 24 horas.

Tempo de internamento: Total de dias utilizados por todos os doentes internados nos diversos serviços de um estabelecimento de saúde num período de referência, excetuando os dias das altas dos mesmos doentes desse estabelecimento de saúde.

Farmácia: Estabelecimento de saúde, licenciado por alvará concedido pelo Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED), através de concurso público, apenas a farmacêuticos. O exercício da sua atividade está devidamente regulamentado, competindo aos farmacêuticos, ou aos seus colaboradores, sob a sua responsabilidade, a função de preparar, controlar, conservar e dispensar medicamentos ao público. Pode ter, em condições devidamente regulamentadas, dois postos farmacêuticos novos.

Posto farmacêutico móvel: Estabelecimento destinado à dispensa de medicamentos ao público, a cargo de um farmacêutico e dependente duma farmácia em cujo alvará se encontra averbado. Tem condições especiais devidamente regulamentadas, de instalação e funcionamento.

População residente: Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Médico: Pessoa com pelo menos um diploma básico de medicina e que pratica ou praticou medicina, como médica/o não especialista, especialista médica/o ou cirurgião, sob qualquer condição de trabalho. A prática de medicina é licenciada pela Ordem dos Médicos. Fonte: Estatuto da Ordem dos Médicos, arts. 1.º e 8.º.

Unidade de consulta externa: Unidade orgânico-funcional de um hospital onde os utentes são atendidos para consulta.

Medicamento: Substância ou associação de substâncias que possuem propriedades curativas ou preventivas de doenças e dos seus sinais ou sintomas, com vista a estabelecer um diagnóstico médico ou a restaurar, corrigir ou modificar as respetivas funções fisiológicas. Notas: os dados referem-se aos medicamentos compartilhados e dispensados em regime de ambulatório à população abrangida pelo Serviço Nacional de Saúde. Não estão incluídos os medicamentos relativos ao internamento hospitalar, nem os fármacos dispensados à população abrangida pelos subsistemas de saúde. Antidepressores, ansiolíticos, sedativos e hipnóticos: os grupos e subgrupos foram atribuídos de acordo com a Classificação Farmacoterapêutica (CFT) - Despacho n.º 4742/2014 (2ª série), de 2 de abril, designadamente 2.9.1 como ansiolíticos, sedativos e hipnóticos; e 2.9.3 como antidepressores. Antibacterianos: os grupos e subgrupos foram atribuídos de acordo com a Classificação Farmacoterapêutica (CFT) - Despacho n.º 4742/2014 (2ª série), de 2 de abril, designadamente 1.1. como antibacterianos.

Nado-vivo: O produto do nascimento vivo (a expulsão ou extração completa, relativamente ao corpo materno e independentemente da duração da gravidez, do produto da fecundação que, após esta separação, respire ou manifeste quaisquer outros sinais de vida, tais como pulsações do coração ou do cordão umbilical ou contração efetiva de qualquer músculo sujeito à ação da vontade, quer o cordão umbilical tenha sido cortado, quer não, e quer a placenta esteja ou não retida).

Fórmulas de Cálculo:

Taxa quinquenal de mortalidade neonatal = (Somatório dos óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade nos últimos cinco anos) / (Somatório dos nados-vivos nos últimos cinco anos) x 1.000

Taxa quinquenal de mortalidade infantil = (Somatório dos óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade nos últimos cinco anos) / (Somatório dos nados-vivos nos últimos cinco anos) x 1.000

Taxa bruta de mortalidade = Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1.000 (10³) habitantes).

Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório = (Número de óbitos por doenças do aparelho circulatório/ População residente estimada para o meio do ano) x 1.000

Taxa de mortalidade por tumores malignos = (Número de óbitos por tumores malignos/ População residente estimada para o meio do ano) x 1.000



COESÃO SOCIAL



COESÃO SOCIAL NO CENTRO

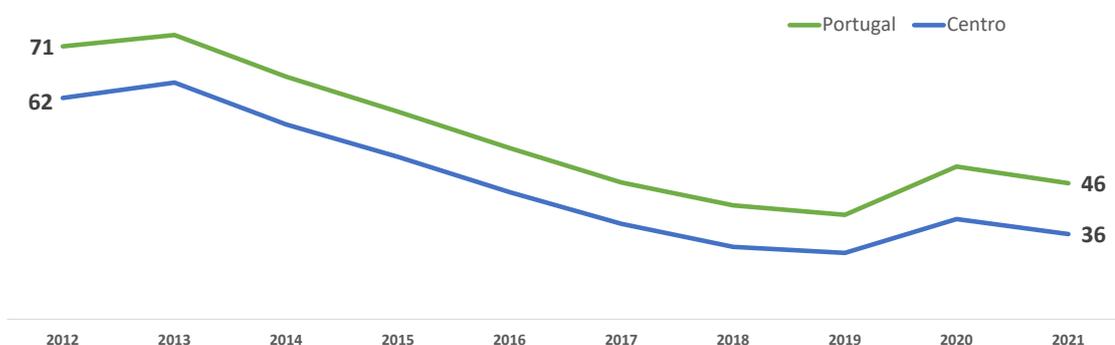
PROTEÇÃO SOCIAL

REGIÃO CENTRO TEM MENOS BENEFICIÁRIOS DE APOIOS SOCIAIS AO DESEMPREGO E À POBREZA FACE AO VALOR MÉDIO NACIONAL

Na Região Centro, o número de beneficiários de subsídios de desemprego por mil habitantes em idade ativa desceu na última década (com exceção do ano em que surgiu a pandemia por COVID-19), registando 36‰ em 2021, e mantendo-se sempre inferior ao registo nacional.

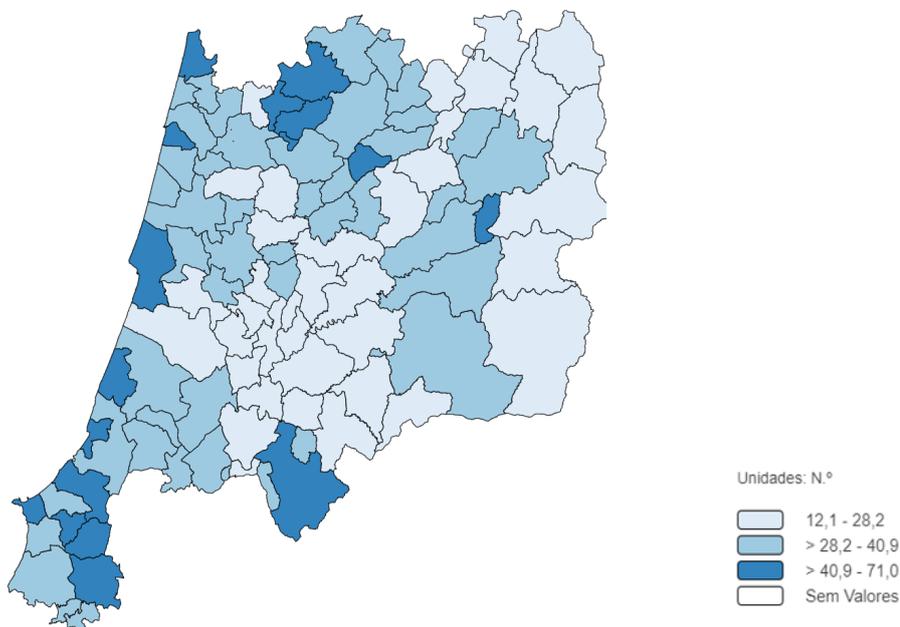
Na comparação com as outras regiões, é o Centro que observa o resultado mais baixo, seguido dos Açores (43‰), em oposição ao Algarve com o valor mais elevado (81‰). É importante referir que 2021 foi ainda um ano pandémico, com setores como o turismo a serem particularmente afetados pelo que com impactos muito mais fortes em regiões muito dependentes deste setor económico.

BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIOS DE DESEMPREGO POR MIL HABITANTES EM IDADE ATIVA, 2012-2021



Dentro da Região Centro, observa-se uma grande dispersão territorial nos resultados, com o litoral a registar maior incidência de beneficiários de subsídios de desemprego por mil habitantes. Peniche, com 71‰, e Pampilhosa da Serra, com 12,1‰, são os municípios com o maior e o menor valor registado neste indicador, respetivamente.

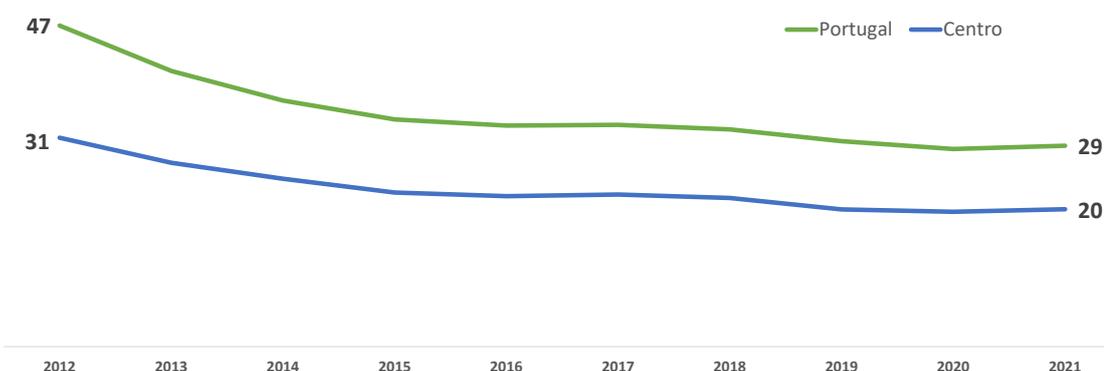
BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIOS DE DESEMPREGO POR MIL HABITANTES EM IDADE ATIVA POR MUNICÍPIO, 2021



Quanto à proteção social face ao risco social da pobreza, o número de [beneficiários de Rendimento Social de Inserção \(RSI\) por mil habitantes em idade ativa](#) na Região Centro é também inferior ao registo nacional (20‰ e 29‰ em 2021, respetivamente), permanecendo relativamente estável desde 2015.

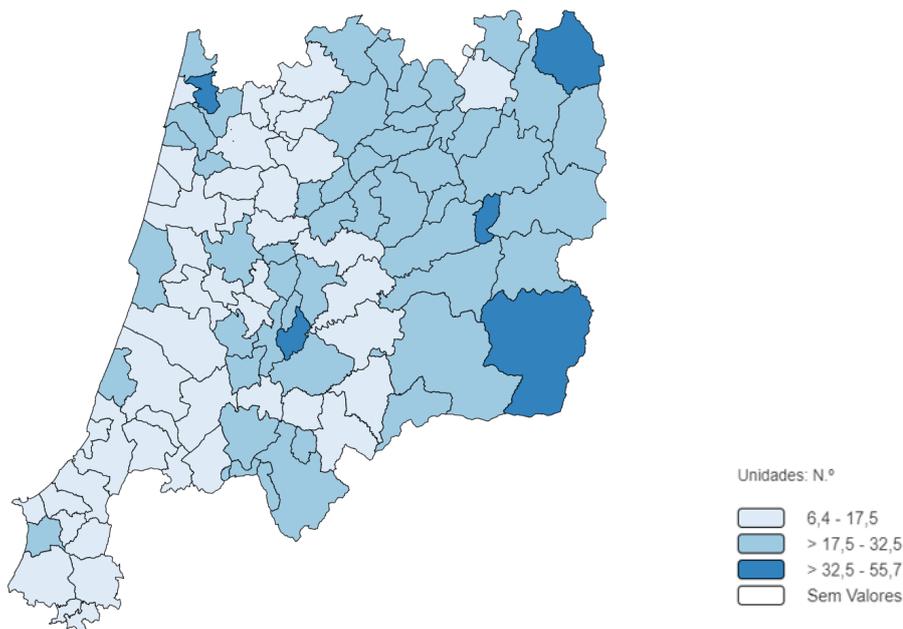
Em 2021, é também o Centro a região com o registo mais baixo (20‰), mas desta vez seguido do Algarve (27‰), e os Açores com o registo mais elevado (84‰). De facto, é na Região Autónoma dos Açores que, anualmente, se registam as taxas de pobreza e exclusão social mais elevadas, explicando-se dessa forma o elevado take up do RSI, pois trata-se de uma prestação social de apoio a indivíduos e famílias mais pobres.

BENEFICIÁRIOS DE RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO POR MIL HABITANTES EM IDADE ATIVA, 2012-2021



Também aqui há uma forte dispersão territorial intrarregional, mas com o interior a registar maior incidência. Figueira de Castelo Rodrigo, com 55,7‰, é o município com o valor mais alto, e Oliveira de Frades, com 6,4‰, é o município com o valor mais baixo. A contração da população em idade ativa e a limitação das oportunidades para gerar rendimento ajudam a explicar estes resultados.

BENEFICIÁRIOS DE RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO POR MIL HABITANTES EM IDADE ATIVA POR MUNICÍPIO, 2021

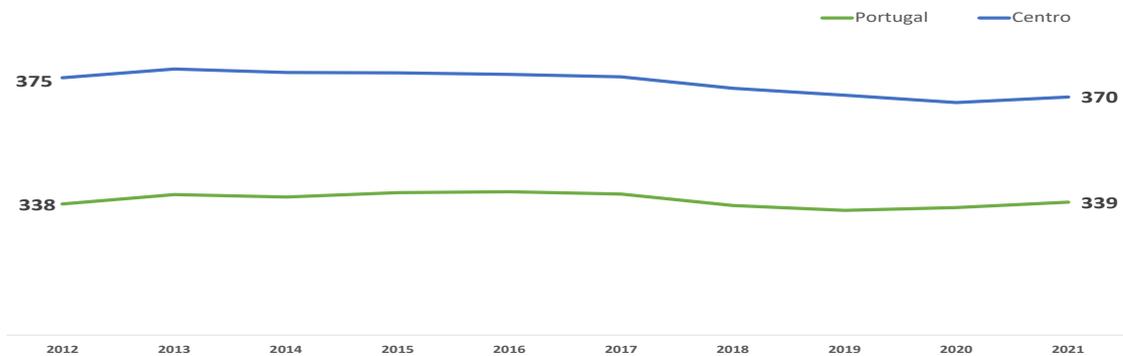


REGIÃO CENTRO TEM MAIS PENSIONISTAS DA SEGURANÇA SOCIAL FACE AO PAÍS

Relativamente à cobertura de riscos sociais como invalidez, velhice, doença profissional ou morte, o número de [pensionistas da segurança social por mil habitantes em idade ativa](#) na Região Centro tem sido superior à média nacional ao longo da última década, mantendo-se ambos os resultados relativamente estáveis neste período. Estes resultados devem ser lidos à luz do triplo desafio demográfico que a região enfrenta, com uma população bastante envelhecida e a envelhecer rapidamente, dificuldades em rejuvenescer a população residente e a necessidade de atrair e reter pessoas no território, sobretudo em idade ativa.

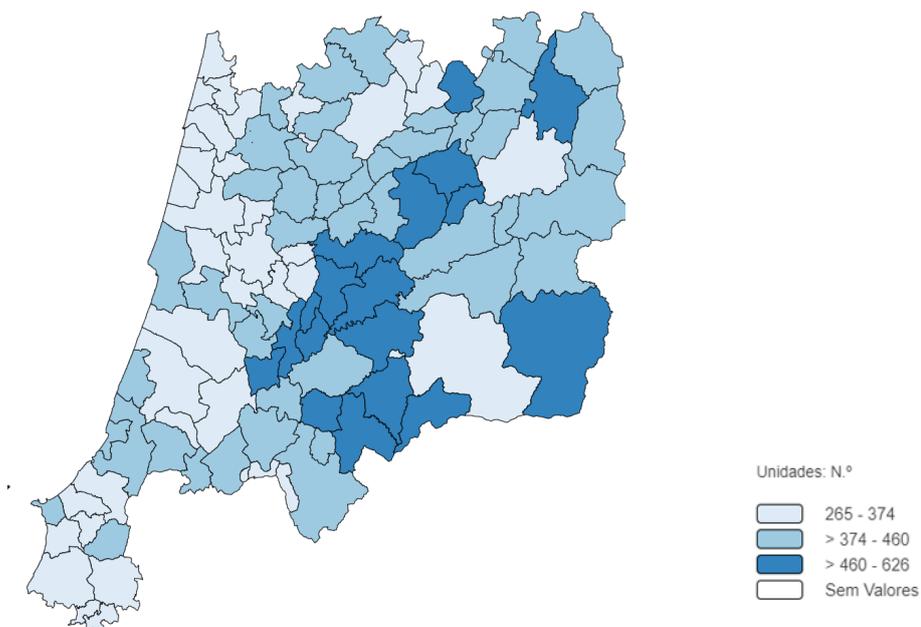
Em termos regionais, e para o ano de 2021, apenas o Alentejo se destaca com um valor superior ao Centro, 415‰ versus 370‰. É na Região Autónoma dos Açores que se encontra o registo mais baixo do país (253‰).

PENSIONISTAS (INVALIDEZ, VELHICE, DOENÇA PROFISSIONAL OU MORTE) DA SEGURANÇA SOCIAL POR MIL HABITANTES EM IDADE ATIVA, 2012-2021



É novamente no interior que se encontram os municípios com mais pensionistas ponderados pela população ativa, com os valores a variar entre o Entroncamento (265‰) e Castanheira de Pêra (626‰). É ainda de relevar que, dos 100 municípios da Região Centro, 64 estão já acima do registo regional de 2021, de 370‰.

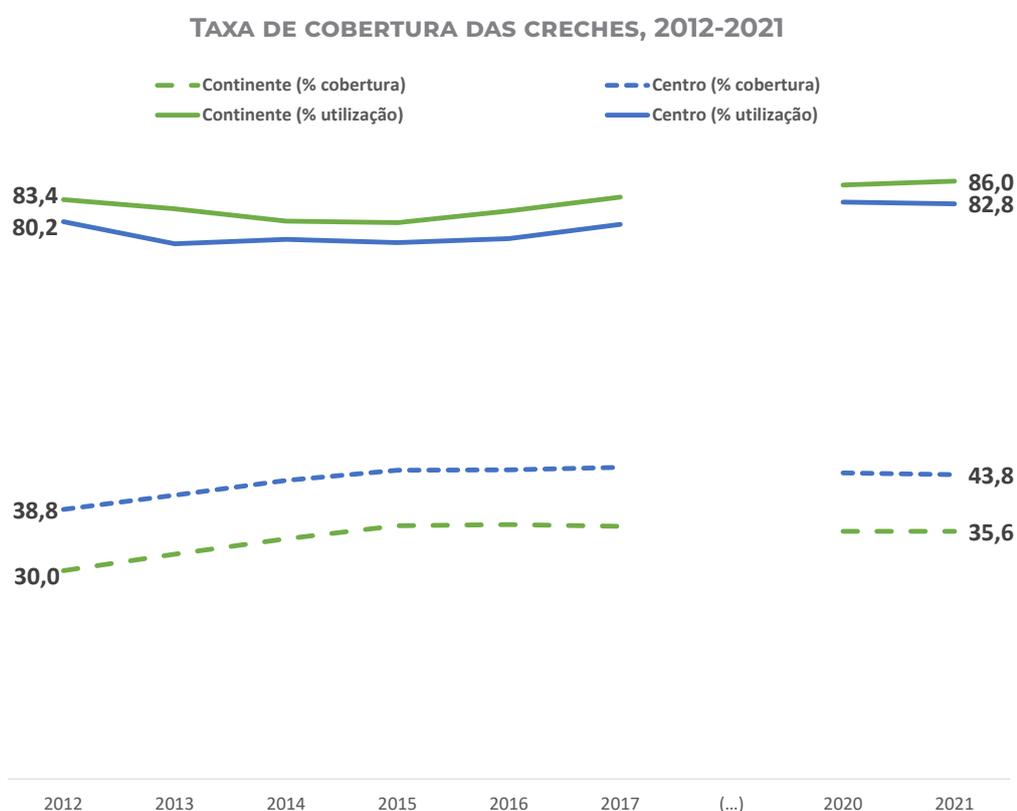
PENSIONISTAS DA SEGURANÇA SOCIAL POR MIL HABITANTES EM IDADE ATIVA POR MUNICÍPIO, 2021



COBERTURA DA REDE DE CRECHES NO CENTRO É SUPERIOR À COBERTURA MÉDIA NO CONTINENTE, MAS UTILIZAÇÃO É INFERIOR

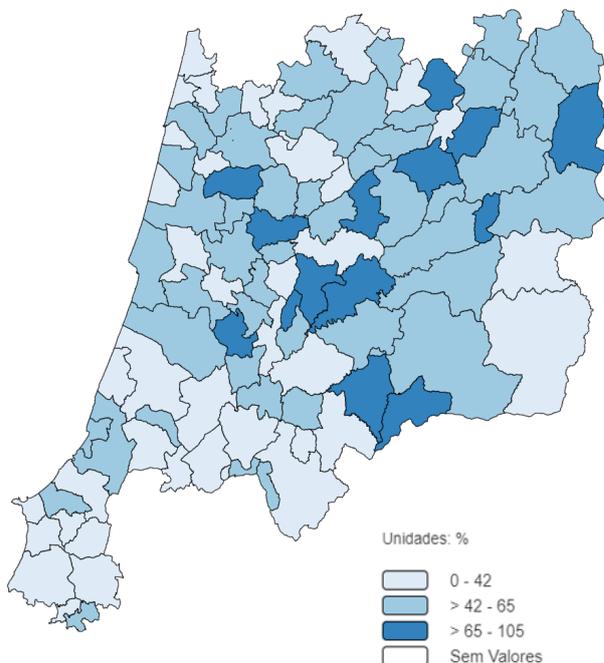
A [taxa de cobertura das creches](#) na Região Centro tem sido superior ao registo médio para Portugal Continental ao longo de toda a década, com ambas a registar aumentos. Entre 2012 e 2021, a taxa regional passou de 38,8% para 43,8%, um aumento de cinco pontos percentuais. Ao nível do Continente, aumentou de 30,0% para 35,6%, mas ainda assim encontra-se cerca de oito pontos percentuais abaixo do registo do Centro.

Já a [taxa de utilização das creches](#) tem sido superior no Continente face à região, com ambas a aumentar e a situar-se em 86,0% e 82,8% em 2021, respetivamente.

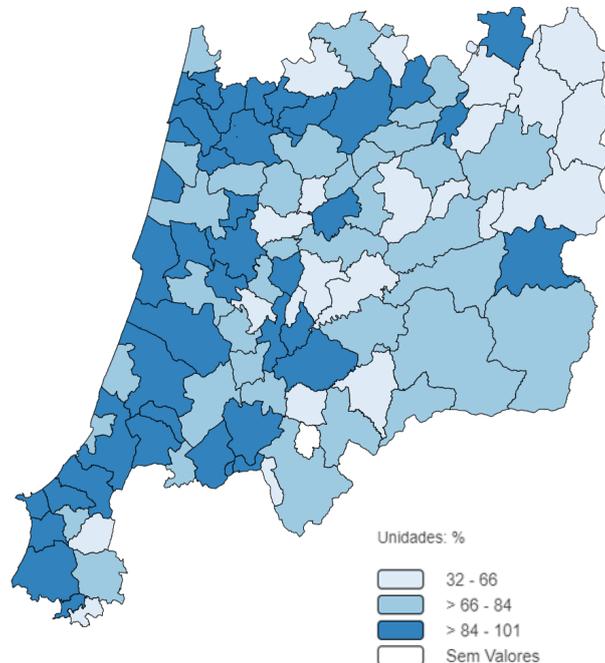


A análise territorial mostra que é o interior da região que tem maior cobertura, podendo este resultado dever-se ao facto de haver menos crianças e redes de suporte familiar.

**TAXA DE COBERTURA DAS CRECHES
POR MUNICÍPIO, 2021**



**TAXA DE UTILIZAÇÃO DAS CRECHES
POR MUNICÍPIO, 2021**

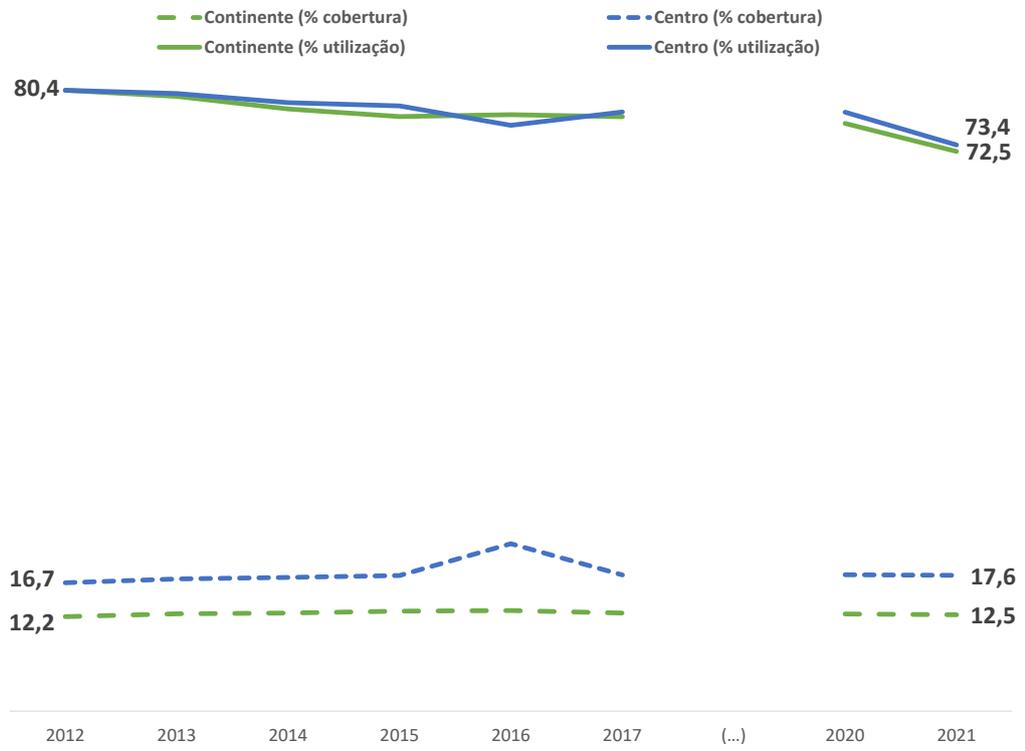


COBERTURA DE RESPOSTAS SOCIAIS PARA IDOSOS NO CENTRO É SUPERIOR À COBERTURA MÉDIA DO CONTINENTE, ENQUANTO A UTILIZAÇÃO É SEMELHANTE

A [taxa de cobertura das respostas sociais para idosos](#) (centros de dia, lares de idosos e serviço de apoio domiciliário) na Região Centro tem sido superior ao registo continental ao longo da década, sendo de 17,6% face a 12,5% em 2021, uma diferença de cinco pontos percentuais.

Já a [taxa de utilização destas respostas sociais para idosos](#) tem sido praticamente coincidente, com ambos os registos a diminuir nos dez anos em análise, porventura devido ao desenvolvimento da Rede de Cuidados Continuados Integrados. Em 2021, rondam os 73% para a região e para o Continente.

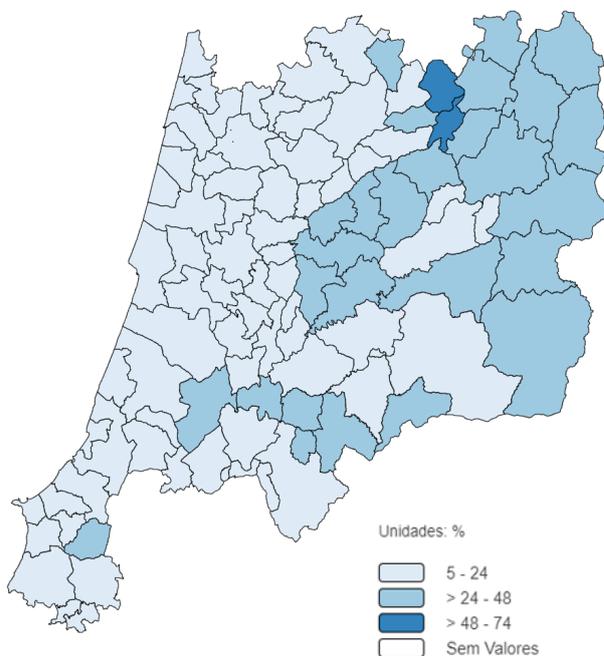
TAXA DE COBERTURA DAS RESPOSTAS SOCIAIS PARA IDOSOS, 2012-2021



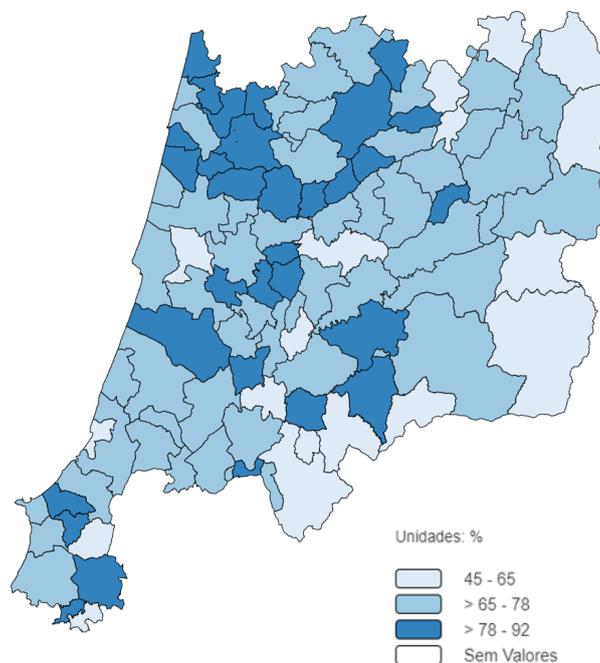
Também aqui, a análise infrarregional mostra que os territórios do interior têm taxas de cobertura mais elevadas. Ainda que a proporção de idosos seja elevada, o crescente despovoamento permitirá disponibilizar mais vagas. Já o litoral, apresenta maior utilização das vagas disponibilizadas.

RESPOSTAS SOCIAIS PARA IDOSOS POR MUNICÍPIO, 2021

TAXA DE COBERTURA



TAXA DE UTILIZAÇÃO



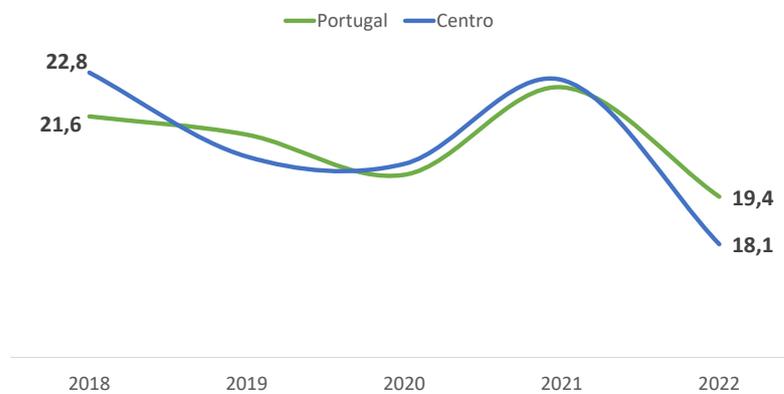
CONDIÇÕES DE VIDA

POPULAÇÃO EM RISCO DE POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL NA REGIÃO CENTRO DIMINUIU E É AGORA INFERIOR AO REGISTO NACIONAL

A proporção de população residente em risco de pobreza ou exclusão social (população em risco de pobreza monetária e/ou em privação material e social severa e/ou em agregados com muito baixa intensidade de trabalho), cuja fonte de informação está apenas disponível para o nível NUTS II desde 2018, inverteu a sua tendência de descida em 2021, fruto do impacte da crise sanitária devido à COVID-19, mas recuperou em 2022. Assim, a Região Centro tem agora 18,1% da sua população em risco de pobreza ou exclusão social, face aos 19,4% em Portugal, mostrando uma recuperação mais acentuada face ao país.

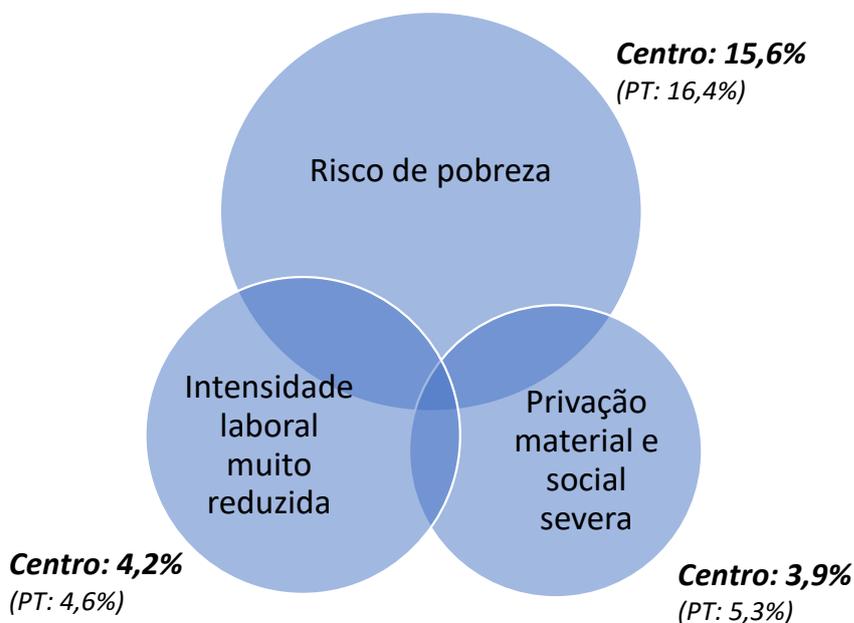
Em termos regionais, é a área Metropolitana de Lisboa que regista a proporção mais baixa, com 13,6%, seguida do Alentejo, com 17,2%. Por outro lado, são as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores que apresentam os valores mais elevados, ambas com 29,6%.

PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM RISCO DE POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL, 2018-2022



O indicador compósito “risco de pobreza ou exclusão social” resulta da combinação de três indicadores: [taxa de risco de pobreza](#) e/ou [taxa de privação material e social severa](#) e/ou [intensidade laboral *per capita* muito reduzida](#). Na Região Centro, a população em risco de pobreza monetária é de 15,6%, a população em privação material e social severa é de 3,9% e a intensidade laboral *per capita* muito reduzida é de 4,2%. Resumindo, 18,1% da população da Região Centro encontra-se a experienciar pelo menos uma das três situações aqui descritas, sendo que o risco de pobreza monetária é claramente o indicador com maior peso no indicador compósito.

PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE: EM RISCO DE POBREZA (2021), EM PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL SEVERA (2022) E EM INTENSIDADE LABORAL PER CAPITA MUITO REDUZIDA (2021), REGIÃO CENTRO



POPULAÇÃO EM PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL NA REGIÃO CENTRO É INFERIOR AO REGISTO NACIONAL

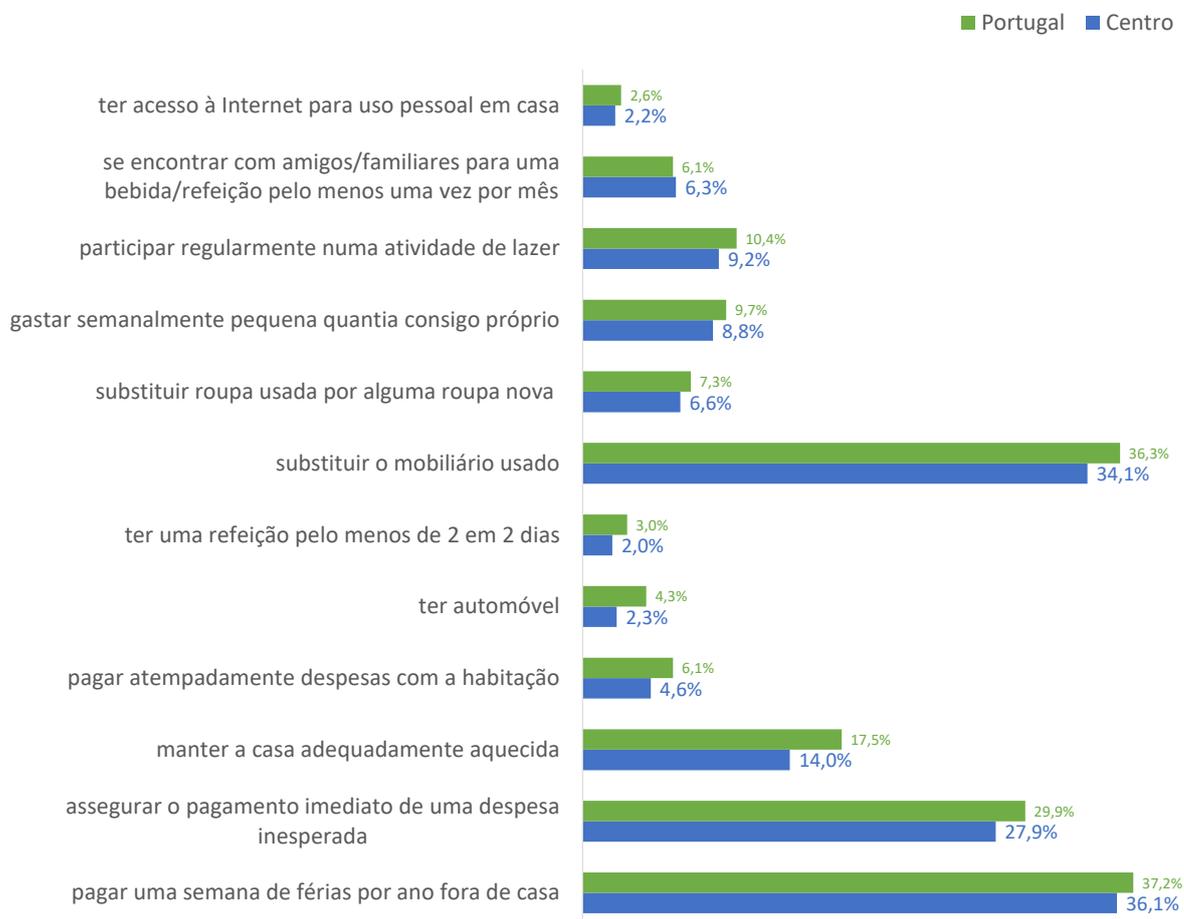
A [proporção de população residente por item de privação material e social](#) na Região Centro diminuiu em 2022 e é globalmente inferior à de Portugal nos vários itens de privação, excetuando ‘sem capacidade económica para se encontrar com amigos/familiares para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês’, estimando-se que 6,3% da população no Centro se encontre nessa situação, ao passo que a taxa nacional é de 6,1%.

Os itens com maior expressão, abrangendo cerca de um terço da população residente, são:

- a capacidade para ‘pagar uma semana de férias por ano fora de casa’, com 36,1% da população do Centro a assumir não ter condições económicas para o fazer, subindo esse valor para 37,2% da população portuguesa – sendo que nos Açores e Madeira ultrapassa mesmo os 50% da população;
- a capacidade para ‘substituir o mobiliário usado’, com 34,1% da população do Centro a registar incapacidade económica para o fazer, face a 36,3% da população nacional;
- a capacidade para ‘assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo)’, com 27,9% da população do Centro a reconhecer não ter capacidade económica para o fazer, contra 29,9% da população nacional – as regiões autónomas destacam-se novamente com taxas superiores a 40%.

**PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO RESIDENTE POR ITEM DE PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL,
CENTRO E PORTUGAL, 2022**

SEM CAPACIDADE ECONÓMICA PARA...





Fonte: DataCentro – Informação para a Região (<http://datacentro.ccdrc.pt/>)

Conceitos:

Beneficiário: Pessoa inscrita como titular do direito a proteção social no âmbito dos Regimes da Segurança Social, contributivos e não contributivo.

Subsídio de desemprego: Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnam, na generalidade, as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem, durante, pelo menos, 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego; contribuam sobre salários reais.

Rendimento social de inserção: Prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

Pensionista: Titular de uma prestação pecuniária nas eventualidades de: invalidez, velhice, doença profissional ou morte.

População ativa: Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

Valência/resposta social: Conjunto de atividades desenvolvidas em serviços e/ou equipamentos sociais para apoio a pessoas e famílias, envolvendo a participação e colaboração de diferentes organismos da administração central, das autarquias locais, das Instituições Particulares de Solidariedade Social e de outras instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos de reconhecido interesse público.

Creche: Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.

Centro de dia: Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio socio-familiar.

Lar de idosos: Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

Serviço de apoio domiciliário: Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

Agregado doméstico privado: Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior.

População Residente: Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Taxa de risco de pobreza: Proporção da população cujo rendimento equivalente, após transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

Privação material severa: Condição da população que vive em situação de carência por dificuldades económicas de, pelo menos, sete de treze itens de privação material e social. Sete dos treze itens são recolhidos ao nível do agregado: a) capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) capacidade para pagar atempadamente rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) capacidade para manter a casa adequadamente aquecida; f) capacidade para ter automóvel (ligeiro de passageiros ou misto); g) possibilidade de substituir o mobiliário usado. Os restantes seis itens são recolhidos ao nível dos indivíduos com 16 ou mais anos: h) possibilidade de substituir



roupa usada por alguma roupa nova (excluindo a roupa em segunda mão); i) possibilidade de ter dois pares de sapatos de tamanho adequado (incluindo um par de sapatos para todas as condições meteorológicas); j) possibilidade de gastar semanalmente uma pequena quantia de dinheiro consigo próprio; k) possibilidade de participar regularmente numa atividade de lazer; l) possibilidade de estar com amigos/familiares para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês; m) possibilidade de ter acesso à internet para uso pessoal em casa.

Item de privação: Condição do agregado doméstico privado no qual se verifica a carência forçada, devido a dificuldades económicas, de capacidade para manter a casa adequadamente aquecida.

Intensidade laboral per capita muito reduzida: Proporção de indivíduos com menos de 65 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares cujos adultos entre os 18 e os 64 anos (excluindo os estudantes dos 18 aos 24 anos, os reformados e/ou pensionistas de velhice ou invalidez e as pessoas inativas com 60-64 anos pertencentes a agregados cuja principal fonte de rendimento são pensões) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho potencial.

Privação material e social: Condição da população que vive em situação de carência por dificuldades económicas de, pelo menos, cinco de treze itens de privação material e social. Sete dos treze itens são recolhidos ao nível do agregado: a) capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) capacidade para pagar atempadamente rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) capacidade para manter a casa adequadamente aquecida; f) capacidade para ter automóvel (ligeiro de passageiros ou misto); g) possibilidade de substituir o mobiliário usado. Os restantes seis itens são recolhidos ao nível dos indivíduos com 16 ou mais anos: h) possibilidade de substituir roupa usada por alguma roupa nova (excluindo a roupa em segunda mão); i) possibilidade de ter dois pares de sapatos de tamanho adequado (incluindo um par de sapatos para todas as condições meteorológicas); j) possibilidade de gastar semanalmente uma pequena quantia de dinheiro consigo próprio; k) possibilidade de participar regularmente numa atividade de lazer; l) possibilidade de estar com amigos/familiares para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês; m) possibilidade de ter acesso à internet para uso pessoal em casa.

Fórmulas de Cálculo:

Beneficiários de subsídios de desemprego por mil habitantes em idade ativa = Beneficiários de subsídio de desemprego / População em idade ativa (com 15 e mais anos) x 1.000

Beneficiários de Rendimento Social de Inserção por mil habitantes em idade ativa = Beneficiários do rendimento social de inserção/ População média em idade ativa) x 1.000

Pensionistas da segurança social por mil habitantes em idade ativa = Pensionistas da segurança social / População em idade ativa x 1.000

Taxa de cobertura das creches = Capacidade da resposta social creche / População alvo (população dos 0 aos 3 anos de idade) x 100

Taxa de cobertura das respostas sociais para idosos (centros de dia, lares de idosos e serviço de apoio domiciliário) = Capacidade das respostas sociais centros de dia, lares de idosos e serviço de apoio domiciliário / População alvo (população com 65 e mais anos de idade) x 100

Taxa de utilização da resposta social = Utentes da resposta social / Capacidade da resposta social x 100

Proporção de população residente em risco de pobreza ou exclusão social = Proporção dos indivíduos em risco de pobreza e/ ou em situação de privação material e social severa e/ ou a viver em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida

Taxa de risco de pobreza = Proporção da população cujo rendimento equivalente, após transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente

Intensidade laboral per capita muito reduzida = Proporção de indivíduos com menos de 65 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares cujos adultos entre os 18 e os 64 anos (excluindo os estudantes dos 18 aos 24 anos, os reformados e/ou pensionistas de velhice ou invalidez e as pessoas inativas com 60-64 anos pertencentes a agregados cuja principal fonte de rendimento são pensões) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho potencial.



MERCADO DE TRABALHO



MERCADO DE TRABALHO NO CENTRO

DESEMPREGO DIMINUI EXPRESSIVAMENTE E EMPREGO AUMENTA NA REGIÃO EM 10 ANOS

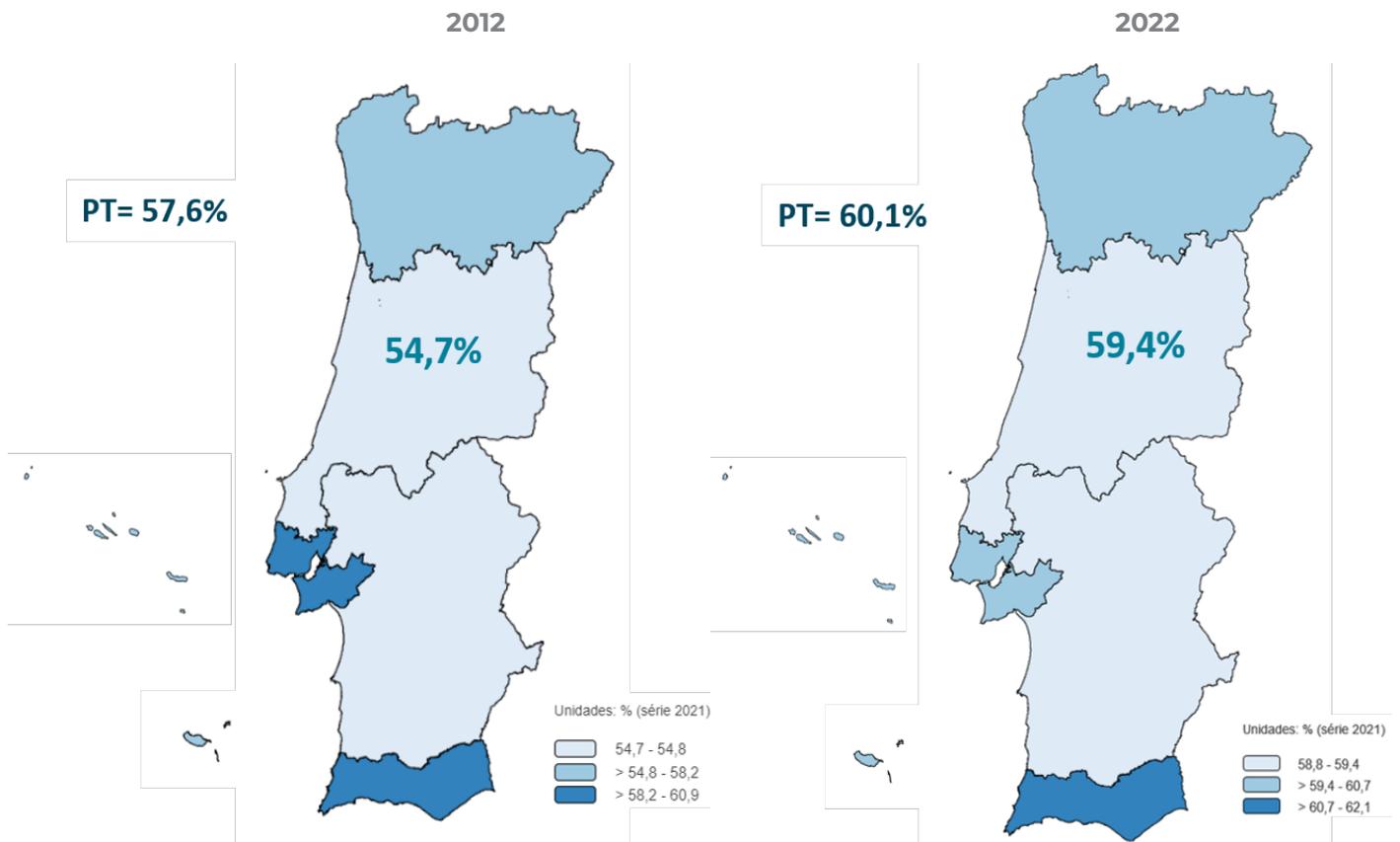
Na Região Centro, assistiu-se na última década a uma evolução favorável do mercado de trabalho, com a população empregada a crescer próximo de 17% e a população desempregada a registar um decréscimo de 59%. Esta evolução regional acompanhou o comportamento nacional, em que ambas as variáveis tiveram variações semelhantes. Assim, no Centro, em 2022, a população desempregada cifrou-se nos 57,7 mil indivíduos e a população empregada nos 1.082,2 mil indivíduos. Também a população ativa cresceu atingindo os 1.139,9 mil indivíduos, valor que representa 21,8% do total nacional e abrange mais 72,5 mil indivíduos em idade ativa do que há 10 anos.

POPULAÇÃO ATIVA, DESEMPREGADA E EMPREGADA NA REGIÃO CENTRO E EM PORTUGAL, 2012 E 2022

Variáveis	Região Centro (milhares)		Variação 2012/2022 (%)	Portugal (milhares)		Variação 2012/2022 (%)	Peso no total nacional (%)	
	2012	2022		2012	2022		2012	2022
População ativa	1.067,4	1.139,9	6,8	5.059,2	5.222,6	3,2	21,1	21,8
População desempregada	141,3	57,7	-59,2	835,6	313,9	-62,4	16,9	18,4
População empregada	926,1	1.082,2	16,9	4.223,6	4.908,7	16,2	21,9	22,0

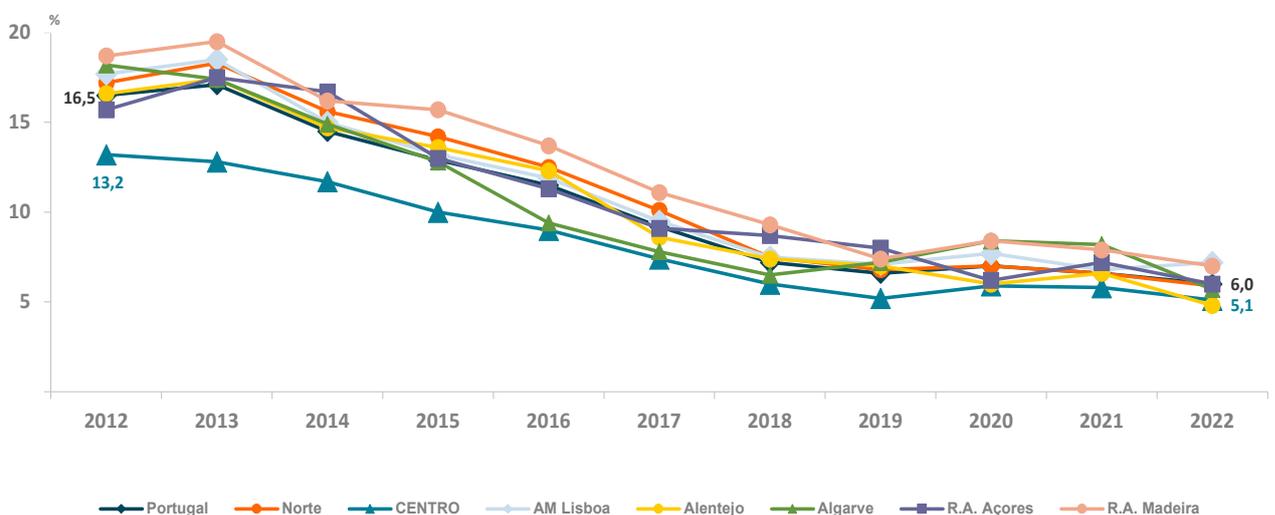
Em 2022, a [taxa de atividade](#) da população em idade ativa da Região Centro é de 59,4%, traduzindo um aumento de 4,7 pontos percentuais (p.p.) em 10 anos. Esta taxa, apesar de continuar a ser uma das mais baixas entre as regiões portuguesas, a par do Alentejo, tem convergido para a média nacional (em 2012 o diferencial era de 2,9 p.p., em 2022 diminuiu para 0,7 p.p.).

TAXA DE ATIVIDADE POR NUTS II



A [taxa de desemprego](#) regional é de 5,1%, correspondendo atualmente a menos de metade da registada em 2012 (decréscimo de 8,1 p.p.). Esta taxa, ao longo dos últimos 10 anos, permaneceu inferior à média do país e foi a mais baixa das sete regiões NUTS II.

TAXA DE DESEMPREGO POR NUTS II ENTRE 2012 E 2022

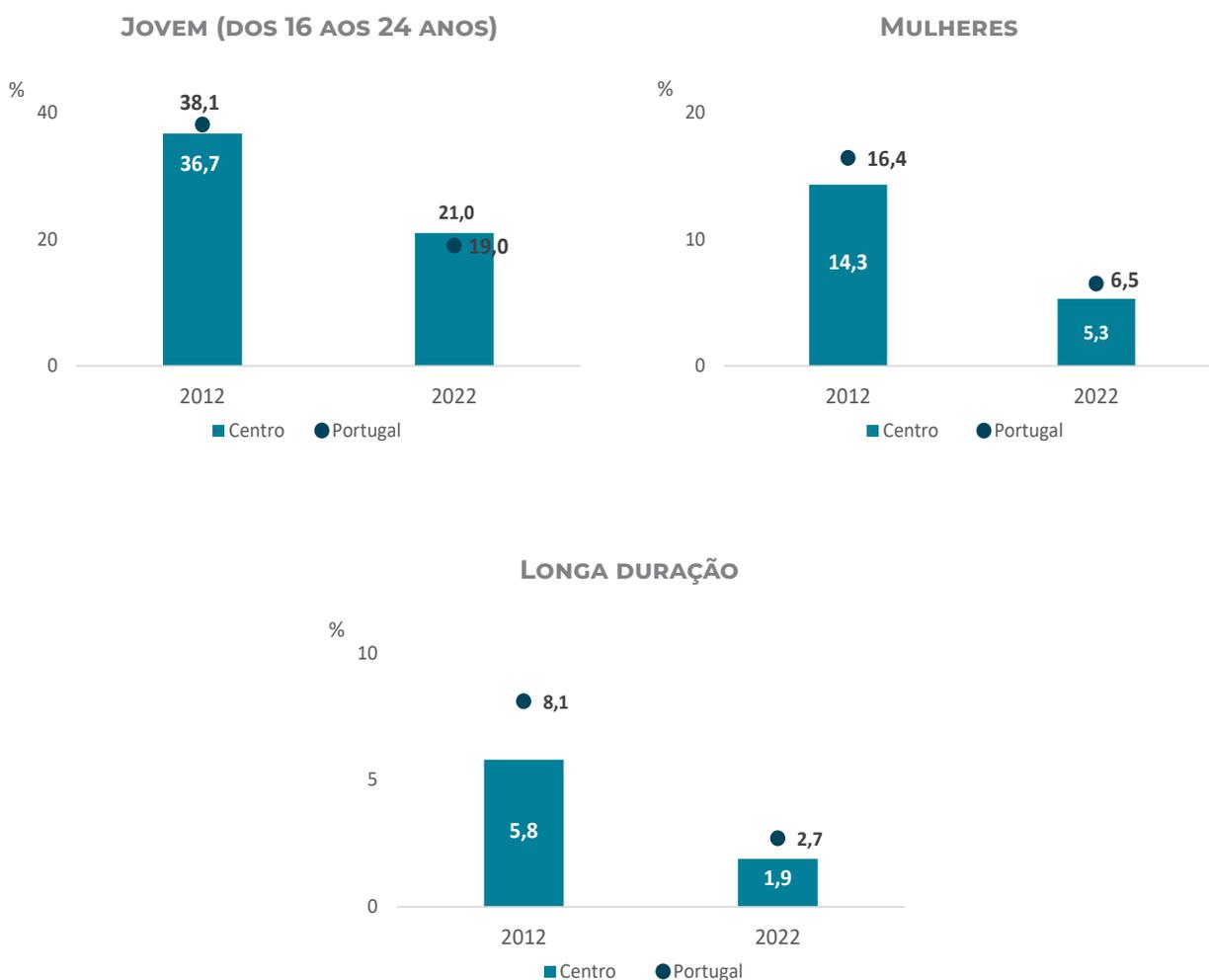


Numa análise do desemprego por categoria, verificou-se que, na última década, houve um decréscimo mais significativo nos jovens desempregados (-15,7 p.p. face a 2012). Porém, apesar desta significativa diminuição da [taxa de desemprego jovem](#) na região, o seu valor mantém-se muito elevado e, contrariamente a 2012, superior à média nacional.

No Centro, a [taxa de desemprego das mulheres](#) é de 5,3%, tendo diminuído 9 p.p. comparativamente a 2012 e mantendo-se inferior ao padrão nacional. As mulheres desempregadas no Centro representavam cerca de 81,5% do total nacional e assumiam a segunda taxa mais baixa entre as regiões portuguesas, a seguir ao Alentejo (4,9%).

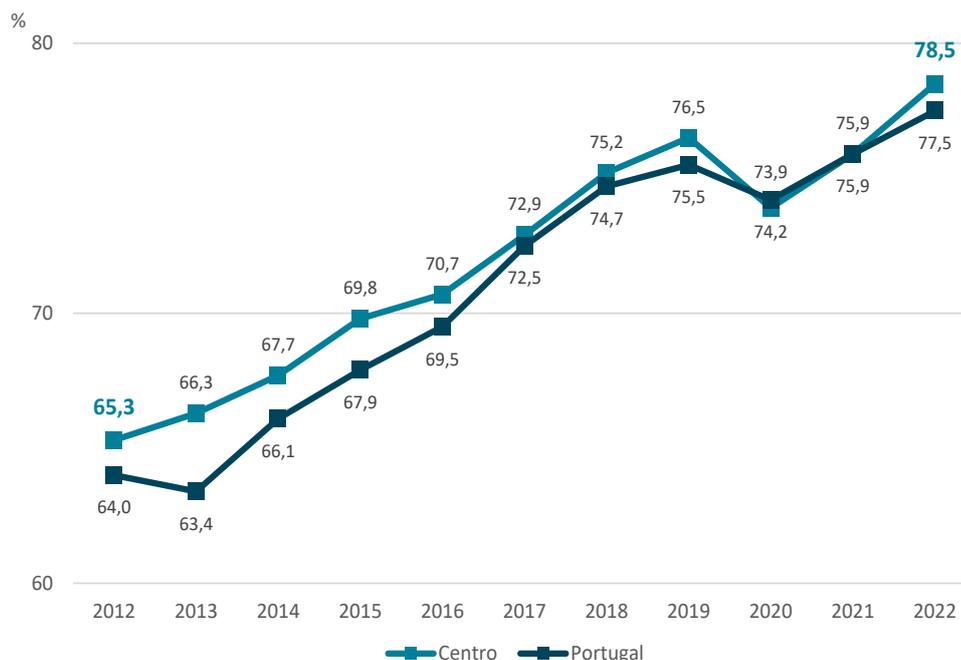
A [taxa de desemprego de longa duração](#) assume atualmente na região um carácter mais residual do que há 10 anos, tendo observado, em 2022, o mesmo valor que a região do Alentejo, que foi, simultaneamente, o mais baixo a nível nacional. Neste indicador, a região continuou a apresentar valores inferiores à média de Portugal, mas com tendência de aproximação.

TAXA DE DESEMPREGO POR CATEGORIA NO CENTRO E EM PORTUGAL, 2012 E 2022



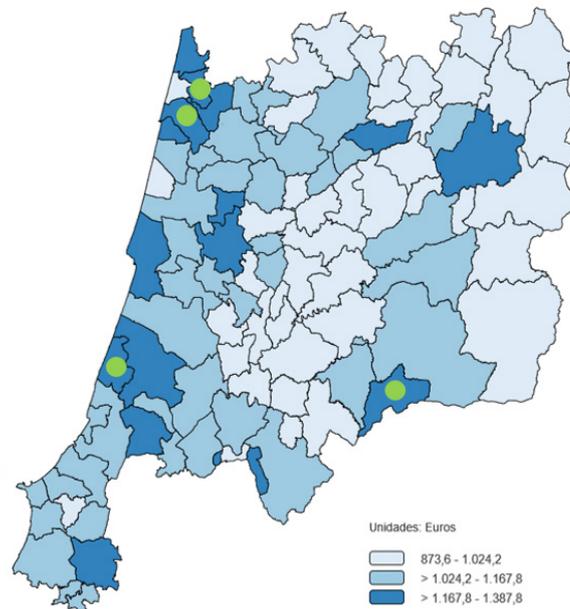
A [taxa de emprego dos 20 aos 64 anos](#) da Região Centro, em 2022, fixou-se nos 78,5%, representando um aumento de 13,2 p.p. face a 2012 e atingindo o valor máximo da série. Durante os últimos 10 anos, a taxa de emprego regional superou a média nacional (com exceção do ano de 2020).

TAXA DE EMPREGO DOS 20 AOS 64 ANOS ENTRE 2012 E 2022



O [ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem \(TCO\)](#) do Centro é de 1.147,10 euros, tendo aumentado 216 euros em 10 anos. Ainda assim, atualmente, este valor regional é inferior em 142 euros ao ganho médio do país. Em termos de distribuição por município, verificou-se que em quatro (Marinha Grande, Vila Velha de Rodão, Estarreja e Aveiro) o ganho médio mensal dos TCO é simultaneamente superior à média regional e nacional. Com valores acima da média da região encontram-se ainda mais 19 municípios. Importa também referir que o município em que o ganho médio mais aumentou na última década foi Celorico da Beira, com um acréscimo mensal de 389 euros, por contraste com Oliveira de Frades em que os TCO receberam, em média, mais 31 euros por mês.

GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRO, 2021



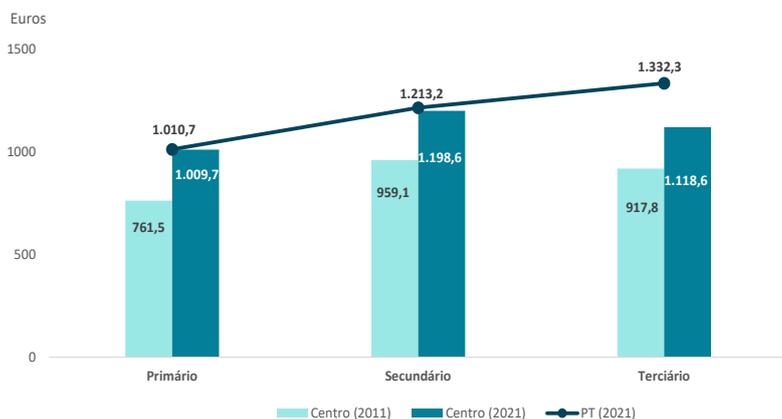
- Marinha Grande, Vila Velha de Rodão, Estarreja e Aveiro com ganho médio mensal dos TCO **acima** da média nacional

Em [termos de atividade económica](#), o ganho médio na região é maior no setor secundário, com os TCO a receberem em média 1.198,6 euros, por mês. Comparativamente com os restantes setores, estes trabalhadores auferem em média mais 189 euros do que no setor primário e mais 80 euros do que no setor terciário. O ganho médio no Centro é inferior ao padrão nacional em todos os setores de atividade, mas este diferencial é mais expressivo no setor terciário, em que os TCO obtêm a nível nacional mais 214 euros do que os trabalhadores empregados na região, sendo praticamente residual no setor primário. Face a 2011, o ganho médio mensal do TCO aumentou, pelo menos 200 euros em todos os setores de atividade.

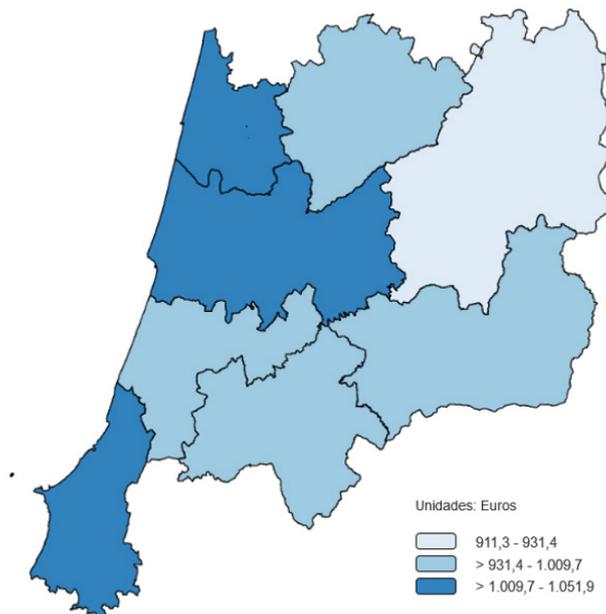
Numa análise em termos de NUTS III do Centro, verificou-se que, em 2021, a Região de Aveiro e a Região de Coimbra são as sub-regiões em que o ganho médio dos TCO é mais elevado nos três setores de atividade, com os seus trabalhadores a auferirem um ganho mensal superior ao valor médio regional. Estas duas sub-regiões estão também acima da média nacional nos setores primário e secundário. No setor primário, destaca-se também a sub-região do Oeste, e no setor terciário, a Região de Leiria, com os trabalhadores a receberem um ganho médio superior ao valor regional. O setor secundário é aquele em que metade das NUTS III da região obtêm um ganho superior à média regional. De referir ainda que em termos sub-regionais, apenas no setor primário existem ganhos médios inferiores aos 1.000 euros mensais.

GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO POR SETOR DE ATIVIDADE NA REGIÃO CENTRO E SUB-REGIÕES NUTS III

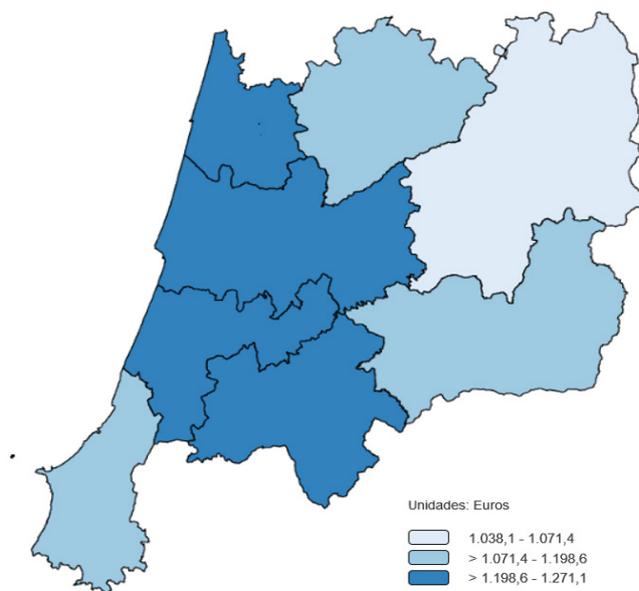
SETORES DE ATIVIDADES, 2011 E 2021



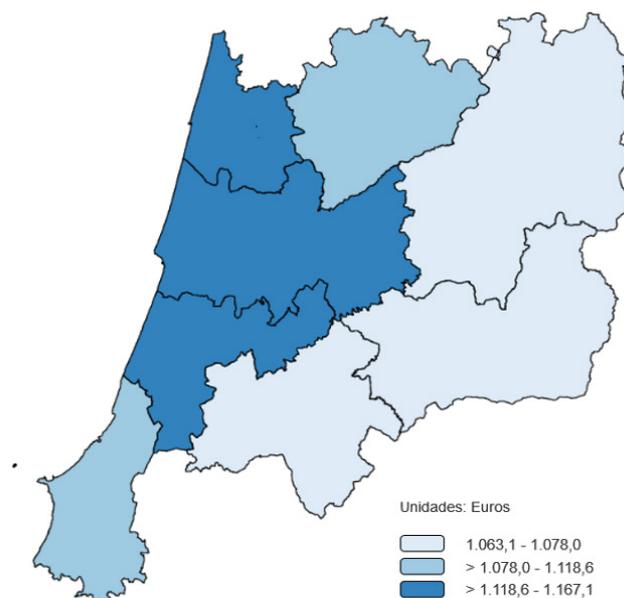
PRIMÁRIO, 2021



SECUNDÁRIO, 2021

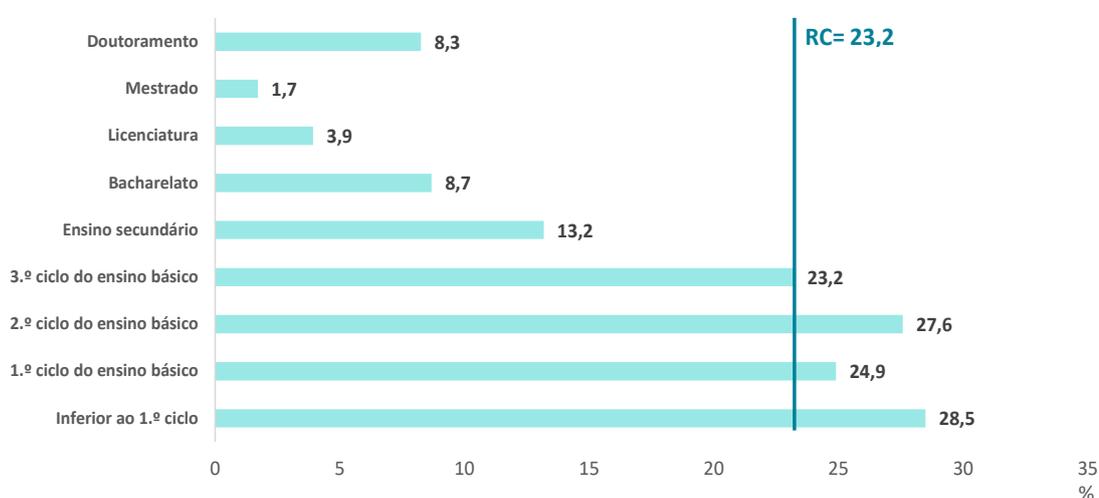


TERCIÁRIO, 2021



Ao analisar-se o [ganho médio por grau de habilitação](#) dos TCO na Região Centro, verificou-se que, para todos os níveis de instrução, ocorreu um aumento face aos últimos 10 anos. Os aumentos mais expressivos, acima dos 20% e do valor regional, ocorreram nos TCO em que a qualificação era apenas o ensino básico ou inferior. Ao nível do ensino superior é de realçar o aumento do ganho médio dos trabalhadores com bacharelato e doutoramento, que observaram um acréscimo acima dos 8% cada.

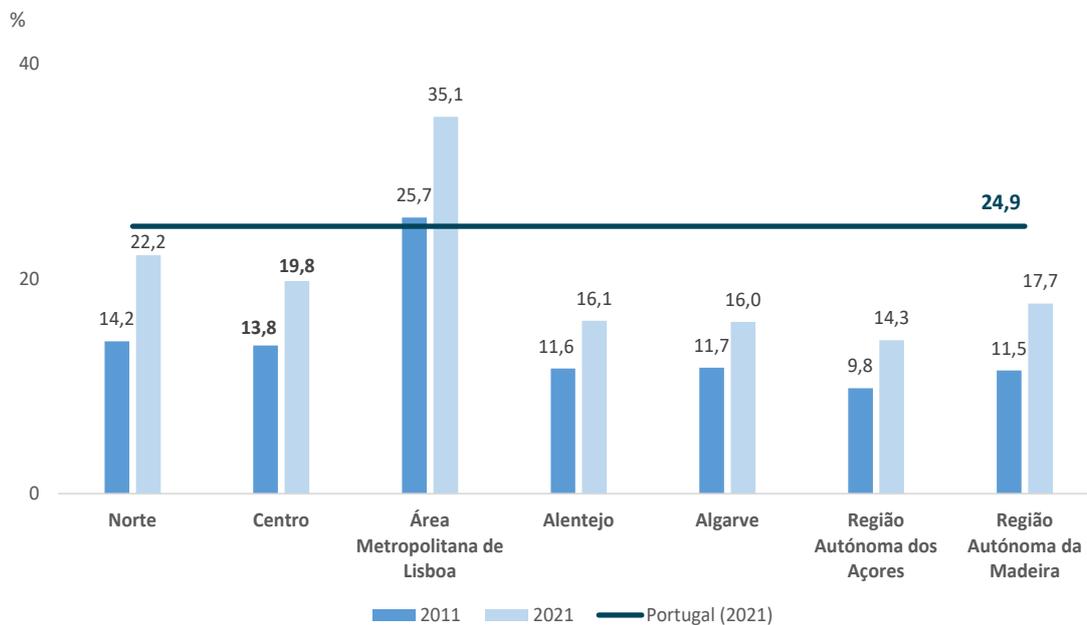
GANHO MÉDIO DOS TCO POR HABILITAÇÃO, VARIAÇÃO ENTRE 2011 E 2021



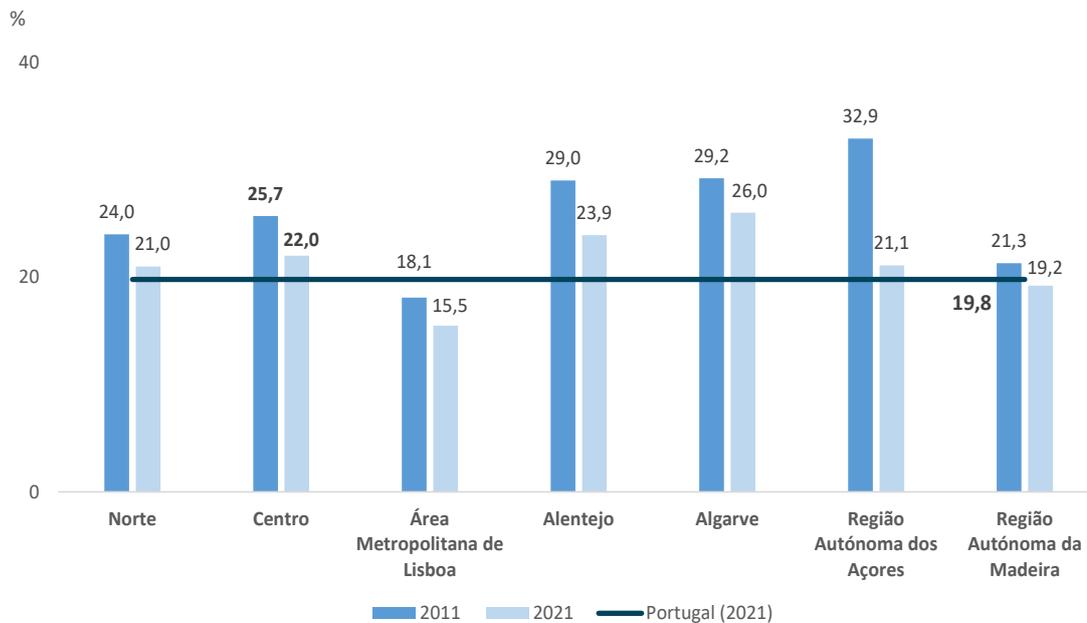
Os TCO, que representam mais de metade da população empregada na região, aumentaram ligeiramente no setor terciário e são atualmente mais qualificados do que há 10 anos. Este comportamento foi uniforme entre as sete regiões portuguesas. O Centro comparativamente às restantes NUTS II, é a terceira região onde os [TCO têm maior nível de instrução superior](#), tendo este peso crescido 6 p.p. na última década. Os [TCO empregados no setor terciário](#), cresceram ligeiramente, mas continuam a representar uma das percentagens mais baixas do país (a par do Alentejo), o que pode indiciar que no Centro há uma maior dispersão destes trabalhadores pelos três setores de atividade económica do que nas restantes regiões do país. Porém, estes valores observados na Região Centro foram inferiores aos valores de Portugal.

TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM POR NUTS II (%)

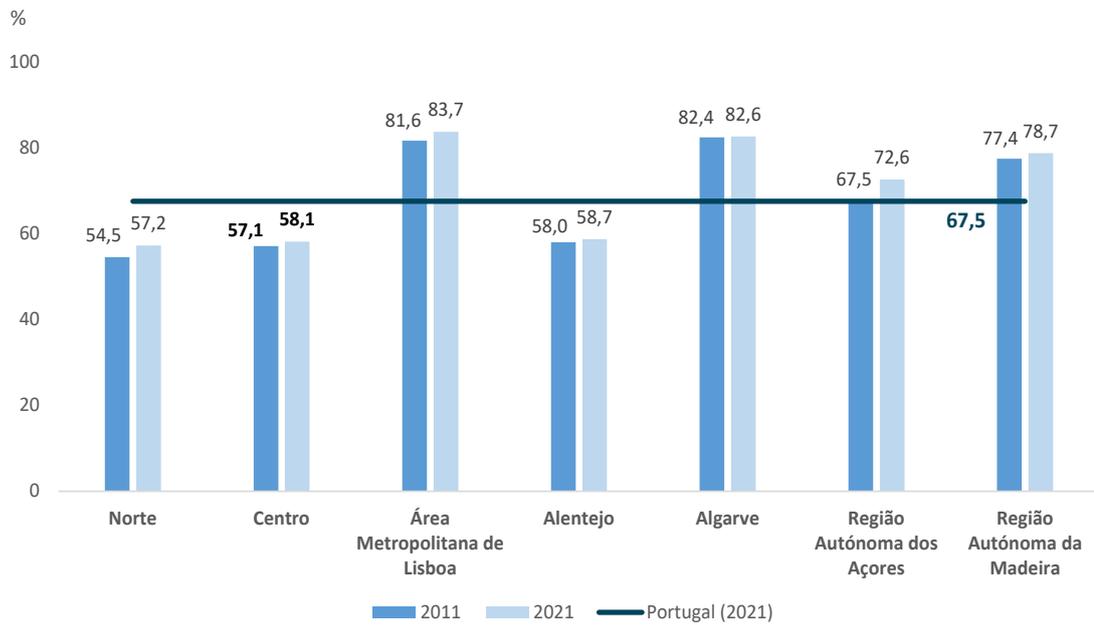
COM NÍVEL DE INSTRUÇÃO SUPERIOR



EM ESTABELECIMENTOS COM MENOS DE 10 TRABALHADORES



EM ESTABELECIMENTOS DO SETOR TERCIÁRIO



Já a [proporção de TCO em estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores](#) diminuiu face a 2011 em todas as regiões NUTS II, o que pode significar que existem menos TCO a trabalhar em microempresas do que há 10 anos. Os valores do Centro neste indicador ultrapassaram a média nacional.



Fonte: DataCentro – Informação para a Região (<http://datacentro.ccdrc.pt/>)

Nota: A informação relativa à atividade, emprego e desemprego respeita à nova série do Inquérito ao Emprego (série 2021), divulgada pelo INE, que, entre outras alterações metodológicas, deixou de considerar como empregadas as pessoas ocupadas em atividades de agricultura e pesca para autoconsumo e restringiu a população ativa ao grupo dos 16 aos 89 anos. Já os dados dos trabalhadores por conta de outrem (TCO) resultam dos quadros de pessoal produzidos pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).

Conceitos:

Ganho: Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas, mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

População ativa: Conjunto de indivíduos com idade compreendida entre os 16 e os 89 anos que, no período de referência, integrava a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (estava empregado e desempregado).

População desempregada: Conjunto de indivíduos com idade dos 16 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; tinha procurado ativamente um trabalho, remunerado ou não, ao longo de um período específico (no período de referência ou nas três semanas anteriores); estava disponível para trabalhar num trabalho, remunerado ou não.

População empregada: Conjunto de indivíduos com idade dos 16 aos 89 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: tinha efetuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou de um benefício, em dinheiro ou em géneros (incluindo o trabalho familiar não remunerado); tinha uma ligação formal a um emprego ou trabalho, mas não estava ao serviço; estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

Trabalhador por conta de outrem: Indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

Fórmulas de Cálculo:

Proporção de TCO com nível de instrução superior = Trabalhadores por conta de outrem com nível de instrução superior (bacharelato, licenciatura, mestrado ou doutoramento) / Trabalhadores por conta de outrem total x 100

Proporção de TCO em estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores = Trabalhadores por conta de outrem em estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores / Trabalhadores por conta de outrem total x 100

Proporção de TCO em estabelecimentos do setor terciário = Trabalhadores por conta de outrem em estabelecimentos do setor terciário (CAE G a U) / Trabalhadores por conta de outrem total) x 100

Taxa de atividade da população em idade ativa = (População ativa / População em idade ativa) x 100

Taxa de desemprego = População desempregada/População ativa x 100

Taxa de desemprego das mulheres = (População desempregada do sexo feminino / População ativa do sexo feminino) x 100

Taxa de desemprego de longa duração = População desempregada há 12 ou mais meses/ População ativa x 100

Taxa de desemprego jovem = População desempregada dos 16 aos 24 anos/População ativa dos 16 aos 24 anos x 100

Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos = População dos 20 aos 64 anos empregada/População dos 20 aos 64 anos x 100

Abreviaturas:

p.p. - Pontos percentuais

TCO - Trabalhadores por conta de outrem



DESEMPENHO ECONÓMICO

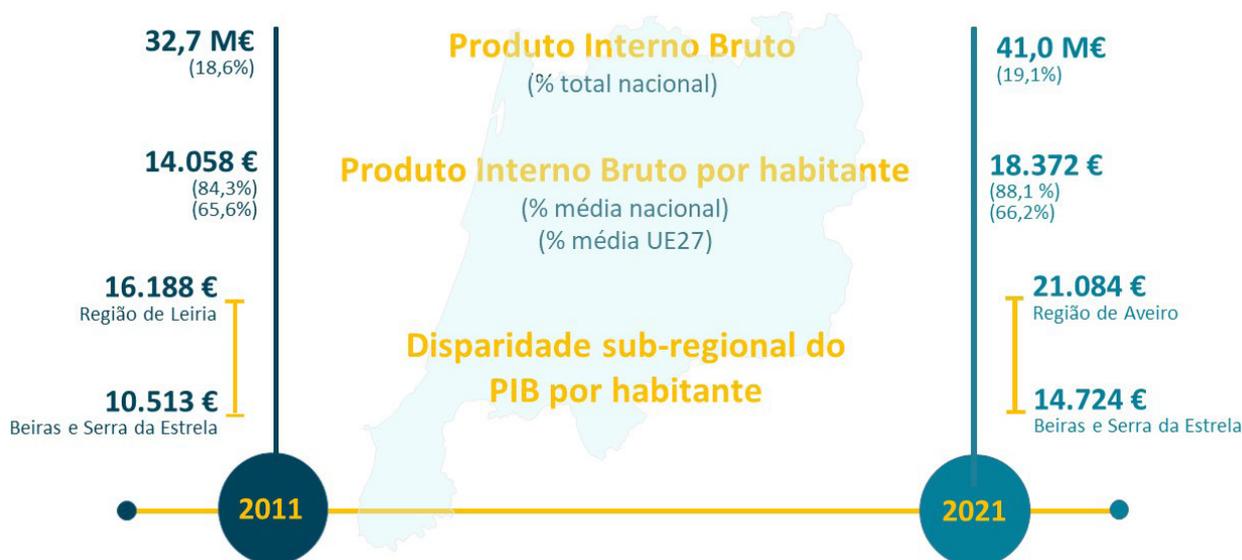


DESEMPENHO ECONÓMICO NO CENTRO

O **Produto Interno Bruto** (PIB) da Região Centro, em 2021, ascendia a 41,0 mil milhões de euros, correspondendo a 19,1% do **total do país** e à terceira posição da hierarquia nacional, depois da Área Metropolitana de Lisboa e da Região Norte. Há 10 anos, a região ocupava a mesma posição, mas detinha menor importância no cômputo nacional (18,6%).

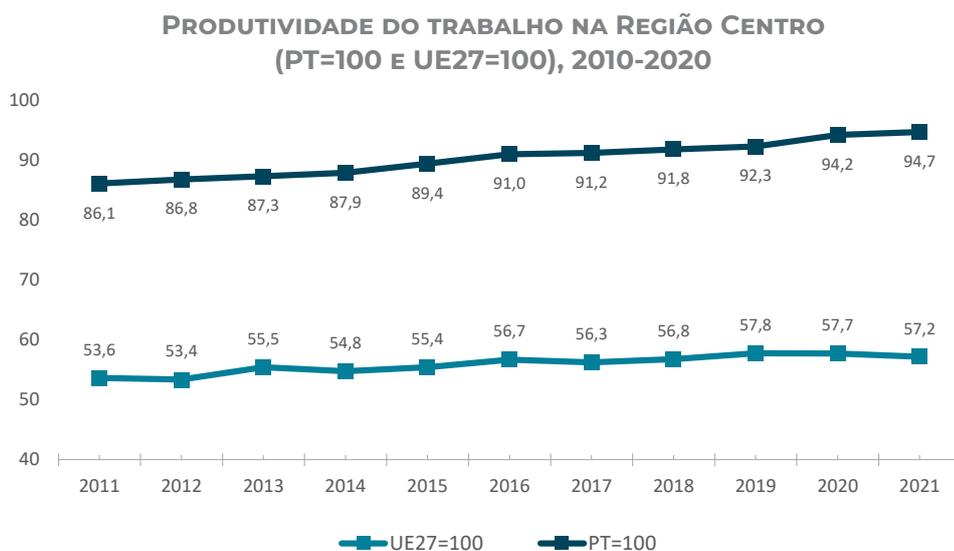
O **PIB por habitante** da Região Centro era de 18.372 euros, em 2021, valor bastante inferior à **média nacional** (88,1%) e **européia** (66,2%)¹ e um dos mais baixos entre as regiões portuguesas (apenas a Região Norte e a Região Autónoma dos Açores apresentavam pior desempenho). Na última década, assistiu-se a uma ligeira melhoria deste indicador (já que, em 2011, o PIB por habitante regional correspondia a 84,3% da média nacional e a 65,6% da média europeia¹). A disparidade sub-regional do PIB por habitante, em 2021, atingia a sua expressão máxima na comparação entre a Região de Aveiro (21.084 euros por habitante), a única sub-região acima da média nacional (de 20.847 euros por habitante) e as Beiras e Serra da Estrela (14.724 euros por habitante). Também em 2011, a sub-região Beiras e Serra da Estrela apresentava o menor PIB por habitante, mas por oposição à Região de Leiria, que sendo a sub-região com o PIB por habitante mais elevado ainda assim não superava a média nacional (de 16.680 euros por habitante).

PRODUTO INTERNO BRUTO NA REGIÃO CENTRO, 2011 E 2021

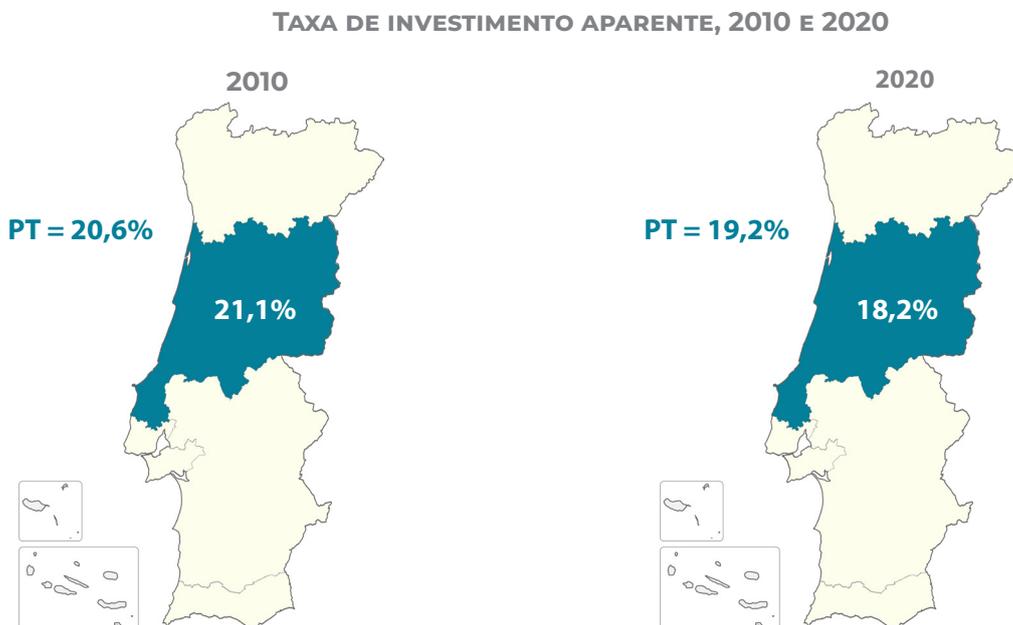


¹ A disparidade do PIB por habitante face à média europeia é calculado tendo por base o PIB expresso em Paridades de Poder de Compra.

A [produtividade do trabalho](#) na Região Centro era de 35,5 milhares de euros por trabalhador, em 2021, representando 94,7% do [total nacional](#) e o terceiro valor mais elevado depois da Área Metropolitana de Lisboa e do Alentejo. Nos últimos anos, a produtividade do trabalho no Centro tem convergido para a média do país (8,6 pontos percentuais em 10 anos): em 2011, correspondia a 86,1% da média nacional e apenas a Região Norte tinha uma produtividade mais baixa. Relativamente ao [padrão europeu](#), a produtividade da região correspondia a 57,2% do conjunto dos 27 países da União Europeia e, nos últimos anos, tem-se aproximado muito lentamente da média europeia já que há 10 anos, representava 53,6% (menos 3,6 pontos percentuais).

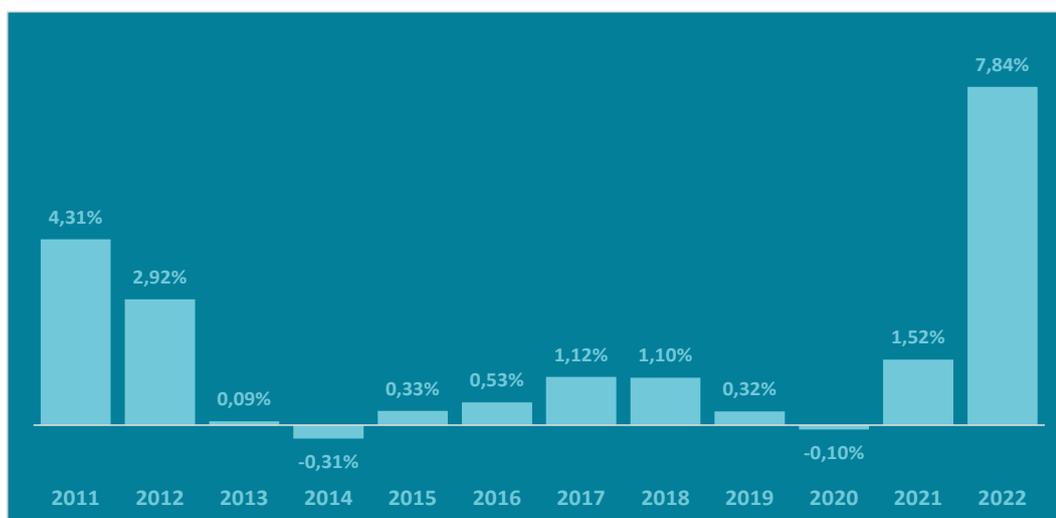


A [taxa de investimento aparente](#) na região, que permite avaliar a proporção da riqueza gerada que é investida, foi de 18,2%, em 2020, valor abaixo da média nacional (de 19,2%) e o mais baixo entre as regiões do Continente. No entanto, este valor foi o mais elevado desde 2011, ano em que a taxa de investimento aparente mais diminuiu face ao registado nos anos anteriores e passou a ser inferior à média nacional. Em 2010, a taxa de investimento aparente, na região ainda superava a média do país, fixando-se nos 21,1%.



A [taxa de inflação](#) na Região Centro, em 2022, foi de 7,84%, ligeiramente acima da média nacional de 7,83% e a terceira mais elevada do país (depois da Área Metropolitana de Lisboa e da Região Norte). Este valor traduz o crescimento mais acentuado do nível médio de preços dos últimos 20 anos, estando bastante afastado da taxa de inflação registada em 2011 (4,31%), que era o anterior máximo desta série.

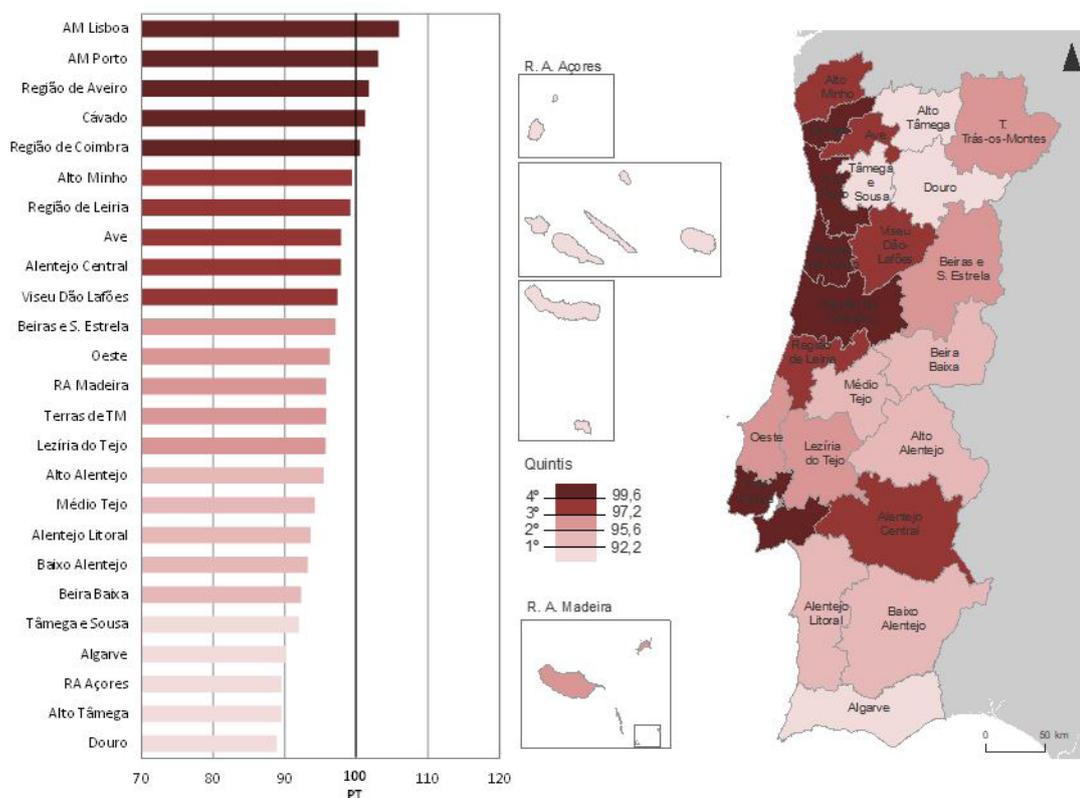
TAXA DE INFLAÇÃO NA REGIÃO CENTRO, 2010 E 2020



No [Índice Sintético de Desenvolvimento Regional](#) (indicador composto apresentado por referência ao contexto nacional (Portugal = 100), que considera uma visão multidimensional do desenvolvimento, integrando as dimensões da competitividade, da coesão e da qualidade ambiental), a Região Centro, em 2020, posicionava-se na terceira posição da hierarquia nacional, depois da Área Metropolitana de Lisboa e da Região Norte, com um valor abaixo da média de Portugal (98,2). A região destacava-se na [coesão](#), com um índice acima da média do País (101,0) e ocupava o segundo lugar nacional. Na [competitividade](#) posicionava-se em terceiro lugar, com um valor inferior à média nacional (94,3), e na [qualidade ambiental](#) ocupava a quinta posição, ainda que com um índice próximo da média de Portugal (99,7). Há dez anos atrás, as posições relativas ocupadas pela região eram as mesmas, com exceção da dimensão ambiental, em que o Centro apresentava o pior desempenho regional.

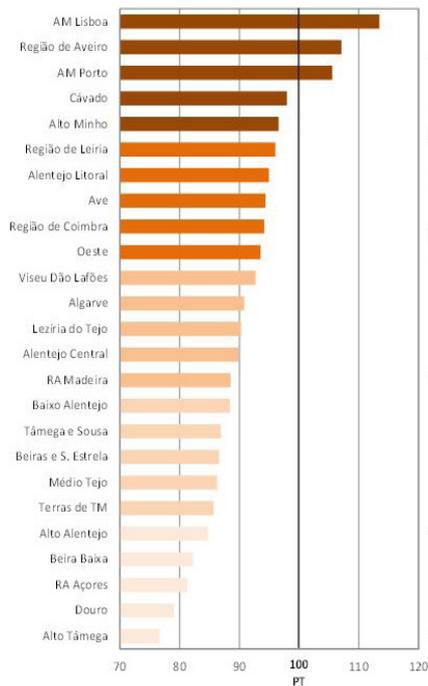
Relativamente às sub-regiões do Centro, no índice global, apenas duas (num total de 5 em todo o País) superavam a média de Portugal: a Região de Aveiro (101,76), que ocupava o terceiro lugar nacional, e a Região de Coimbra (100,50), no quinto lugar. Ligeiramente abaixo da média do país, mas bem posicionadas na hierarquia nacional evidenciavam-se também a Região de Leiria (7.ª posição, com um índice de 99,16), Viseu Dão-Lafões (10.ª posição - 97,38), as Beiras e Serra da Estrela (11.ª posição - 97,11) e o Oeste (12.ª posição - 96,31). A Beira Baixa era a NUTS III do Centro com o pior desempenho (20.ª posição num total de 25 sub-regiões - 92,29).

ÍNDICE SINTÉTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2020

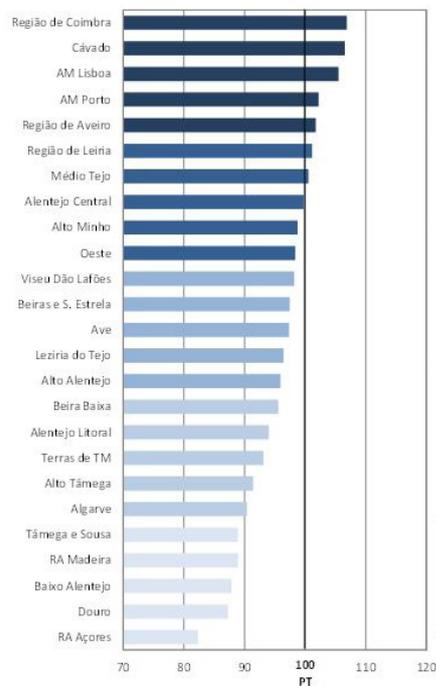


O comportamento bastante diferenciado das sub-regiões nas três dimensões do desenvolvimento demonstra a diversidade territorial da Região Centro. Assim, a dimensão da competitividade apresentava a maior disparidade regional, concentrando-se os melhores desempenhos no litoral. A Região de Aveiro era a NUTS III do Centro mais bem posicionada, ocupando a segunda posição da hierarquia nacional e bastante destacada face às restantes, por oposição à Beira Baixa, que era a sub-região do Centro com o índice mais baixo, a que correspondia a 22.ª posição nacional. O índice de coesão reflete um território mais equilibrado, ainda que os melhores resultados se observassem novamente nas sub-regiões do litoral. A Região de Coimbra apresentava o índice mais elevado do país, enquanto a Beira Baixa voltava a apresentar o índice mais baixo entre as oito sub-regiões do Centro, apesar de se posicionar na 16.ª posição da hierarquia nacional. As sub-regiões do interior destacavam-se pela qualidade ambiental, que tende a melhorar do litoral para o interior da Região Centro, refletindo uma imagem territorial tendencialmente simétrica à da competitividade. A sub-região Beiras e Serra da Estrela ocupava a terceira posição da hierarquia nacional (108,38), enquanto a Região de Aveiro, terceira sub-região mais competitiva do país, apresentava, nesta dimensão, o terceiro pior desempenho a nível nacional.

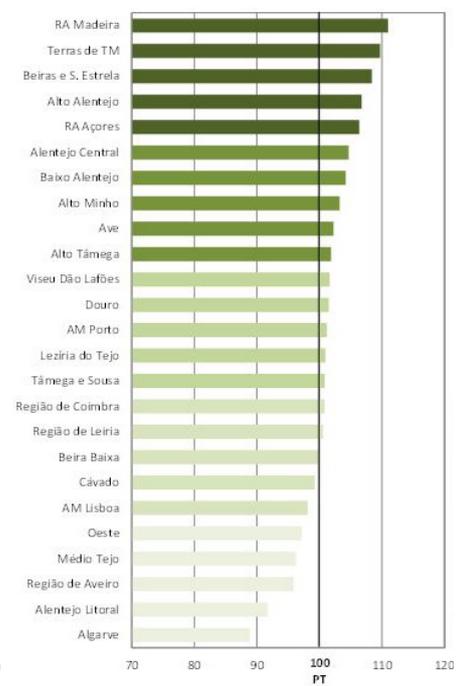
ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE, 2020



ÍNDICE DE COESÃO, 2020

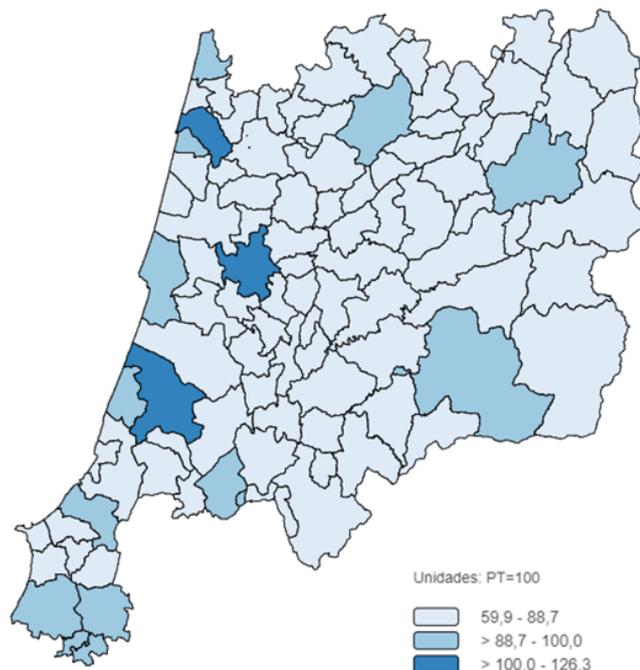


ÍNDICE DE QUALIDADE AMBIENTAL, 2020



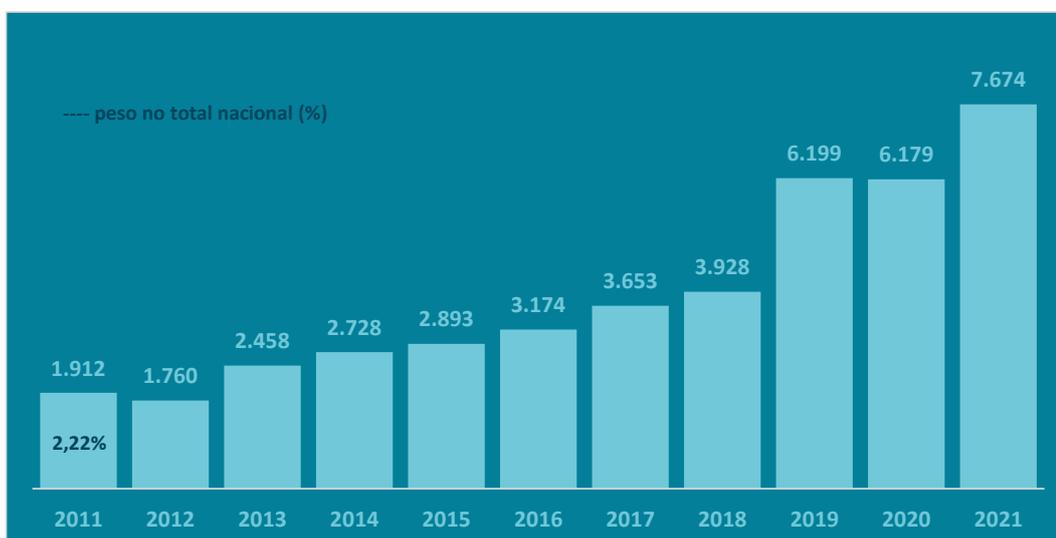
A Região Centro apresentava um [poder de compra per capita](#) inferior à média nacional (88,7, valor de 2019), sendo a região do Continente com o índice mais baixo. Há dez anos atrás era a região portuguesa com o pior poder de compra (84,4, em 2009), tendo, assim, ocorrido uma evolução favorável na última década. Nenhuma das suas NUTS III ultrapassava a média do país (situação que apenas ocorria nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e no Algarve). Ainda assim, as quatro sub-regiões localizadas no litoral (Região de Coimbra, Região de Leiria, Região de Aveiro e Oeste) apresentavam os níveis de poder de compra mais elevados, superando a média regional. A sub-região Beiras e Serra da Estrela apresentava um poder de compra inferior a 80% da média de Portugal, sendo o quarto valor mais baixo na hierarquia nacional. Relativamente ao poder de compra *per capita* municipal, apenas três municípios da Região Centro superavam, simultaneamente, o valor da média nacional e regional: Coimbra (126,28), Aveiro (121,75) e Leiria (103,21). Coimbra e Aveiro encontravam-se entre os 10 municípios com maior poder de compra do país, ocupando, respetivamente, a oitava e nona posição no ranking dos 308 municípios portugueses. Com um poder de compra inferior à média nacional, mas acima da média da Região Centro, identificavam-se 14 municípios, entre os quais as capitais de distrito Guarda, Castelo Branco e Viseu, sendo os restantes 11 maioritariamente da faixa litoral. Os restantes 83 municípios do Centro apresentavam um poder de compra inferior à média regional, sendo maioritariamente territórios do interior e alguns também da orla atlântica (como Vagos, Mira ou Murto). Os três municípios com menor poder de compra *per capita* manifestado, rondando os 60% da média nacional, eram Fornos de Algodres (que ocupa a nona posição entre os 10 municípios com menor poder de compra a nível nacional), Penamacor e Penalva do Castelo.

PODER DE COMPRA PER CAPITA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRO, 2019



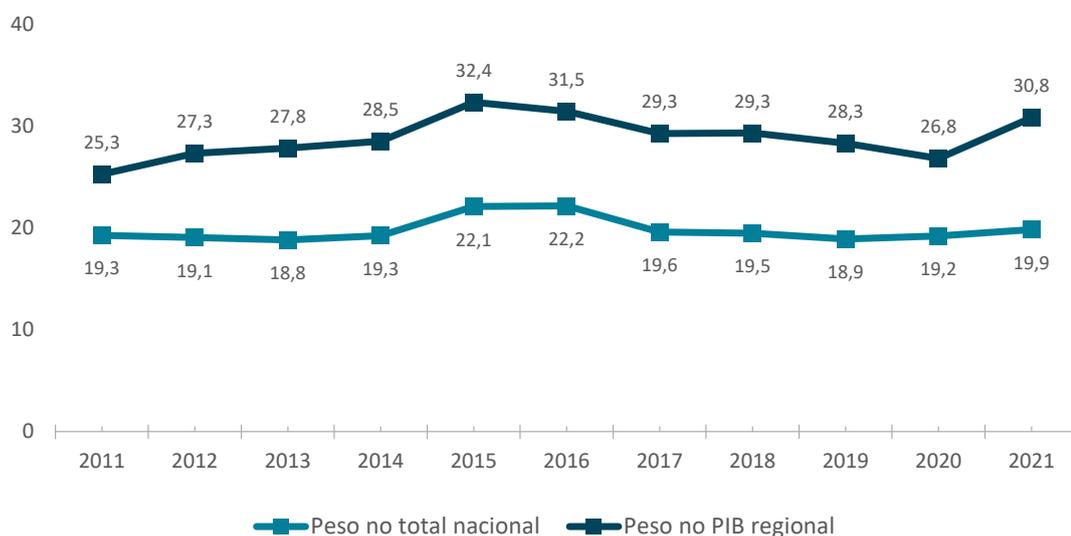
Em 2021, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) na Região Centro atingiu os 7,7 mil milhões de euros, o valor mais elevado da última década, correspondendo a 4,95% do IDE recebido pela economia nacional, o peso mais expressivo de sempre. Em 2001, o IDE na Região ascendia a 1,9 mil milhões de euros, concentrando apenas 2,2% do total nacional. Verifica-se, assim, que, ao longo da última década, a região tem conseguido reforçar a sua atratividade para os investidores externos.

INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NA REGIÃO CENTRO, 2011-2021



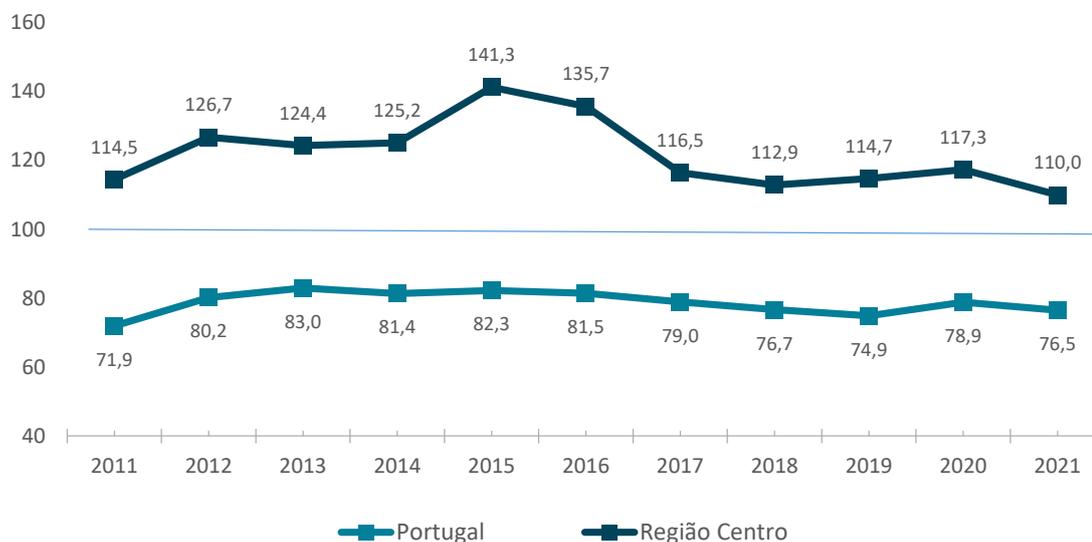
Em 2021, as [exportações de bens](#) da Região Centro foram de 12,6 mil milhões de euros, representando 19,9% do [total nacional](#), o que correspondia à terceira posição da hierarquia nacional, depois da Região Norte e da Área Metropolitana de Lisboa. Este valor correspondia a 30,8% do [PIB regional](#) e situava-se acima da média nacional de 29,7%. Na última década, as exportações de bens da região aumentaram substancialmente, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, tendo a região reforçado a sua intensidade exportadora: em 2011, as exportações de bens ascendiam a 8,3 mil milhões de euros, correspondendo a 19,3% do total nacional e a 25,3% do PIB regional.

PESO DAS EXPORTAÇÕES DE BENS DO CENTRO NO TOTAL NACIONAL E NO PIB REGIONAL, 2011-2021



A Região Centro exporta mais bens do que importa, situando-se a [taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens](#), em 2021, nos 110%. Esta situação é inversa à nacional, onde predominam as importações de mercadorias, sendo a taxa de cobertura nacional de 76,5%. Este cenário tem sido estrutural, com a Região Centro a apresentar, de forma sustentada, uma posição comercial forte na última década. Em 2021, todas as sub-regiões do Centro apresentavam uma taxa de cobertura acima dos 100%, com exceção do Oeste (84%). A Beira Baixa (154%), a Região de Coimbra (141%) e a Região de Leiria (127%) eram as sub-regiões com maior predomínio de exportações de bens.

TAXA DE COBERTURA DAS IMPORTAÇÕES PELAS EXPORTAÇÕES DE BENS, 2011-2021



As [exportações de bens de alta tecnologia](#) da Região Centro, em 2021, atingiram os 3,4%, o valor mais elevado da última década (1,9% em 2011). Ainda assim, este valor posicionava a região abaixo da média do país (de 4,7%) e na quinta posição da hierarquia nacional (apenas os Açores e o Alentejo tinham um desempenho pior).



Fonte: DataCentro – Informação para a Região (<http://datacentro.ccdrc.pt/>)

Nota: Os dados das Contas Nacionais Portuguesas encontram-se apurados na base 2016 e têm como manual metodológico de referência o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010). Os dados de 2021 são provisórios.

Fórmulas de Cálculo:

Investimento Direto Estrangeiro = os valores apresentados referem-se às posições de investimento direto estrangeiro em fim de período, ou seja ao investimento acumulado no final de cada ano

Poder de compra per capita = indicador que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100)

Produtividade do trabalho = Valor Acrescentado Bruto/Emprego

Produto interno bruto por habitante = Produto Interno Bruto/População residente

Proporção de exportações de bens de alta tecnologia no total das exportações de bens = Exportações de bens de alta tecnologia / Total de exportações de bens x 100

Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens = Exportações de bens / Importações de bens x 100

Taxa de inflação = a taxa de inflação equivale à taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor em dezembro de cada ano

Taxa de investimento aparente = Formação Bruta de Capital Fixo da região / Produto interno bruto da região

Abreviaturas:

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

PIB – Produto Interno Bruto

UE27 – União Europeia (27 estados-membros)



EMPRESAS



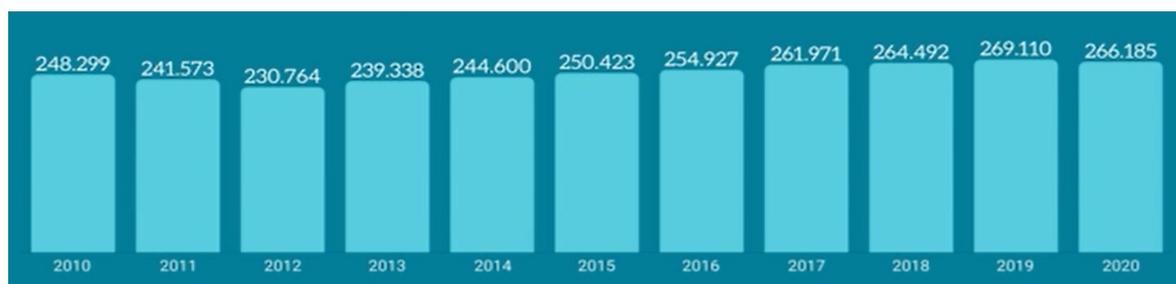
EMPRESAS NO CENTRO

Em 2020, existiam 266.185 [empresas](#) com sede na Região Centro, correspondendo a 20,5% do total nacional. O Centro era a terceira região do país com mais empresas, depois do Norte e da Área Metropolitana de Lisboa. Há 10 anos tinham sede na região 248.299 empresas, tendo a evolução sido tendencialmente crescente nesta última década, mas perdendo peso regional (21,7% do país em 2010).



A distribuição territorial das empresas evidenciava uma grande disparidade, com as quatro sub-regiões do litoral (Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria e Oeste) a concentrarem 67,7% das empresas do Centro. A Região de Coimbra detinha o maior número de empresas (20,2%), seguindo-se o Oeste (17,4%), por oposição à Beira Baixa com apenas 3,4% das empresas com sede no seu território. Entre os municípios, destacavam-se, pelo elevado número de empresas, Coimbra (19.932 empresas), Leiria (17.221), Viseu (11.751), Torres Vedras (11.012) e Aveiro (10.256). Já em 2010, eram estes os municípios com mais empresas, apesar de, há 10 anos, apenas Coimbra, Leiria e Viseu terem mais de 10 mil empresas.

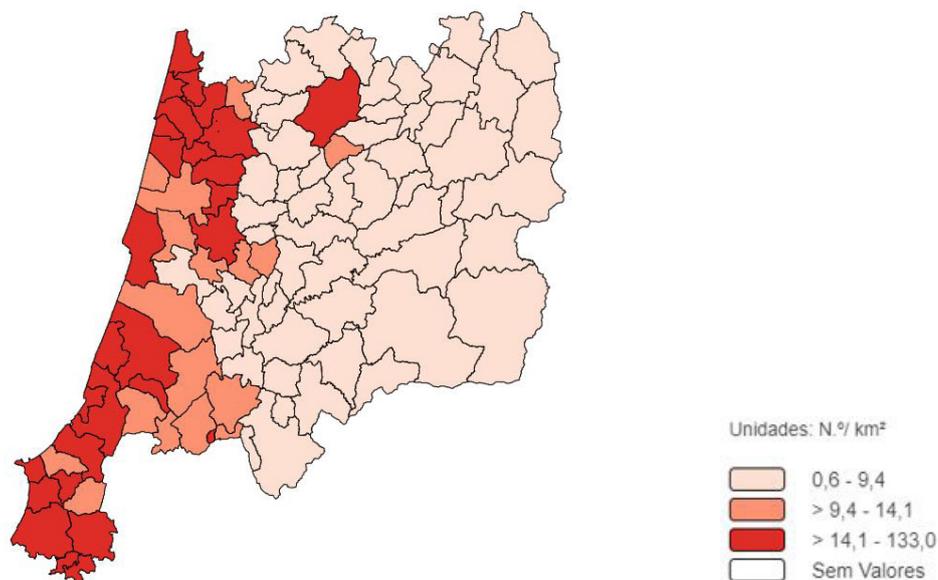
EMPRESAS COM SEDE NA REGIÃO CENTRO, 2010-2020



A [densidade de empresas](#) (que relativiza o número de empresas pela área do respetivo território), na Região Centro, em 2020, era de 9,4 empresas por km² (8,8 em 2010), valor bastante inferior à média nacional de 14,1 (12,4 em 2010). A região ocupava a segunda pior posição face às restantes regiões portuguesas: o Alentejo registava o valor mais baixo (2,7 empresas por km²) e a Área Metropolitana de Lisboa o valor mais elevado (124,1 empresas por km²). Este indicador volta a evidenciar os territórios do litoral com maior densidade empresarial, em contraste com os do interior da região que, genericamente, apresentam um tecido empresarial mais rarefeito. A Região de Aveiro (25,7), o Oeste (20,9) e a Região de Leiria (14,9) eram as sub-regiões com densidades mais elevadas (e

que inclusivamente superavam a média nacional), por oposição à Beira Baixa (1,9) e Beiras e Serra da Estrela (3,9). Dos municípios do interior e da parte central da região, apenas Viseu superava a média nacional (23,2) e Nelas a média regional (9,5). Existiam seis municípios com apenas uma empresa por km²: Pampilhosa da Serra (0,6), Idanha-a-Nova (0,7), Penamacor (0,8) e Vila Velha de Rodão (0,9), Oleiros (1,2) e Almeida (1,3). Os municípios com maior densidade empresarial eram o Entroncamento (133,0), Coimbra (62,4), Ílhavo (57,1) e Aveiro (51,9).

DENSIDADE DE EMPRESAS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRO, 2020

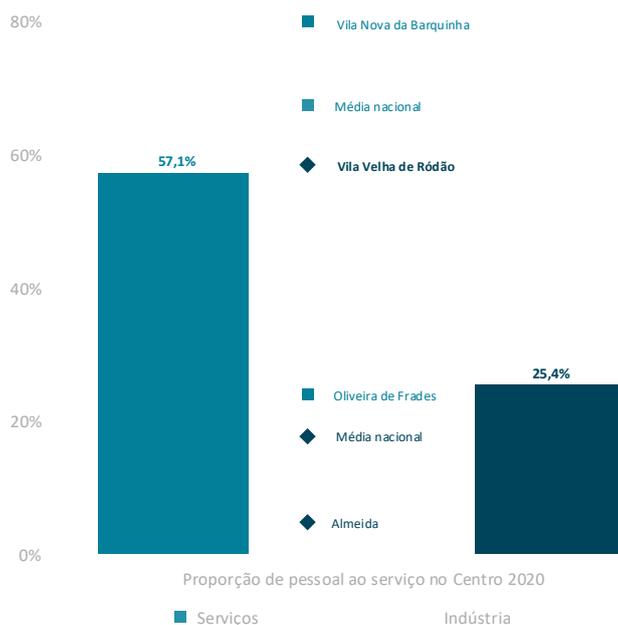


Cada empresa da região tinha, em média, 2,8 pessoas ao serviço, o mesmo valor de há 10 anos, sendo a média nacional de 3,2 pessoas. Existia bastante diferenciação municipal no [pessoal ao serviço por empresa](#), que assumia o seu expoente máximo na comparação entre Tábua, com uma média de 4,8 pessoas por empresa, e Figueira de Castelo Rodrigo, com 1,5 pessoas por empresa. As sub-regiões mostravam menor variabilidade, tendo a Região de Aveiro 3,3 pessoas ao serviço por empresa, por oposição à Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela, com uma média de 2,3 pessoas. Não é, portanto, de estranhar que a esmagadora maioria das [empresas da região tivessem menos de 10 pessoas ao serviço](#): 96,3%, ligeiramente acima da média nacional de 96,2%. Estes valores são próximos dos registados há 10 anos: 96,1% no Centro e 95,8% em Portugal.

Em 2020, 57,1% do pessoal ao serviço nas empresas do Centro trabalhava em [atividades dos serviços](#), valor inferior à média nacional de 67,4% e próximo do registado há 10 anos (56,3%). O peso dos serviços atingia a sua expressão máxima na Região de Coimbra (62,5%) e no Médio Tejo (61,0%) e nos municípios de Vila Nova da Barquinha (81,3%) e Coimbra (79,6%), por contraste com a Região de Aveiro (50,6%) e com o município de Oliveira de Frades (23,9), onde os serviços tinham a menor expressão relativa. A [indústria extrativa e transformadora](#) concentrava 25,4% do pessoal ao serviço nas empresas do Centro, muito acima da média nacional de 17,6%, sendo este peso regional semelhante ao de 2010 (25,5%). Almeida (4,7%) e Figueira de Castelo Rodrigo (7,9%) eram

os municípios com menos proporção de pessoal ao serviço na indústria, por oposição a Vila Velha de Ródão (58,4%) e Águeda (52,3%), com mais de metade do pessoal ao serviço na indústria. De destacar também Vagos, Nelas, Anadia e Ílhavo pelo seu cariz industrial (aproximadamente 40% do pessoal das empresas encontrava-se ao serviço da indústria).

PROPORÇÃO DE PESSOAL AO SERVIÇO NAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS E NA INDÚSTRIA EXTRATIVA E TRANSFORMADORA NA REGIÃO CENTRO, 2020

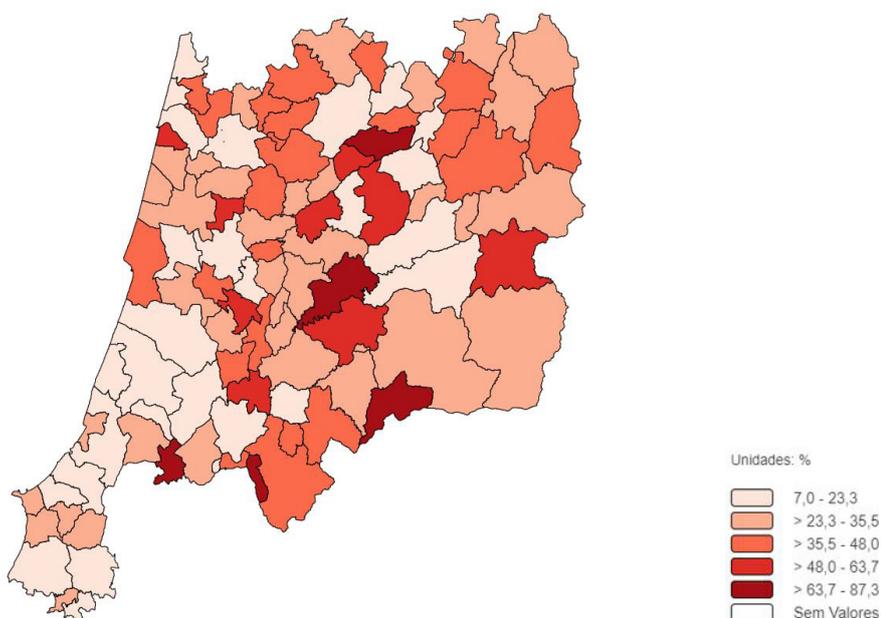


O [volume de negócios médio de cada empresa](#) da região era de 240 mil euros, em 2020. Este valor era inferior à média nacional de 286 mil euros, mas superior aos 222 mil euros de há 10 anos. A região ocupava a terceira posição face às restantes regiões portuguesas, apresentando-se a Área Metropolitana de Lisboa (437 mil euros) e o Norte (243 mil euros) com as médias mais elevadas e o Algarve com a média mais baixa (110 mil euros). O volume de negócios por empresa apresentava-se muito diferenciado territorialmente, com valores extremos de 1,2 milhões de euros em Alcanena e 831 mil euros em Vila Velha de Ródão (os mais elevados), contra 57 mil euros em Figueira de Castelo Rodrigo e 59 mil euros em Idanha-a-Nova (os mais baixos). Nas sub-regiões, esta heterogeneidade era menos acentuada: a Região de Aveiro apresentava o volume de negócios por empresa mais elevado do Centro e bastante acima da média nacional, 326 mil euros, por oposição ao mínimo de 139 mil euros registado nas Beiras e Serra da Estrela.

As quatro maiores empresas da região eram responsáveis por 4,4% do volume de negócios regional em 2020, ligeiramente abaixo da média nacional de 4,3%. Há 10 anos, o [indicador de concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas](#) na região era de 3,9%, verificando-se uma tendência crescente da concentração empresarial na última década. Todas as sub-regiões apresentavam níveis de concentração superiores à média regional e nacional. A Região de Leiria (4,6%) e o Oeste (5,4%) registavam os menores níveis de concentração, por contraste com a Beira

Baixa e o Médio Tejo, onde as quatro maiores empresas eram responsáveis por 24% do volume total de negócios destes territórios. A nível municipal, este indicador apresentava uma heterogeneidade territorial ainda maior. Em Vila Velha de Rodão (87%), Constância (80%), Mangualde (78%) e Alcanena (76%), o peso das quatro maiores empresas no volume de negócios era superior a 75%, revelando uma concentração empresarial elevadíssima e, conseqüentemente, uma grande exposição destes territórios às grandes empresas. Já em Pombal, Águeda, Leiria e Viseu, o peso do volume de negócios das quatro maiores empresas no total do volume de negócios de todas as empresas do município não atingia os 10%.

INDICADOR DE CONCENTRAÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS DAS QUATRO MAIORES EMPRESAS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRO, 2020



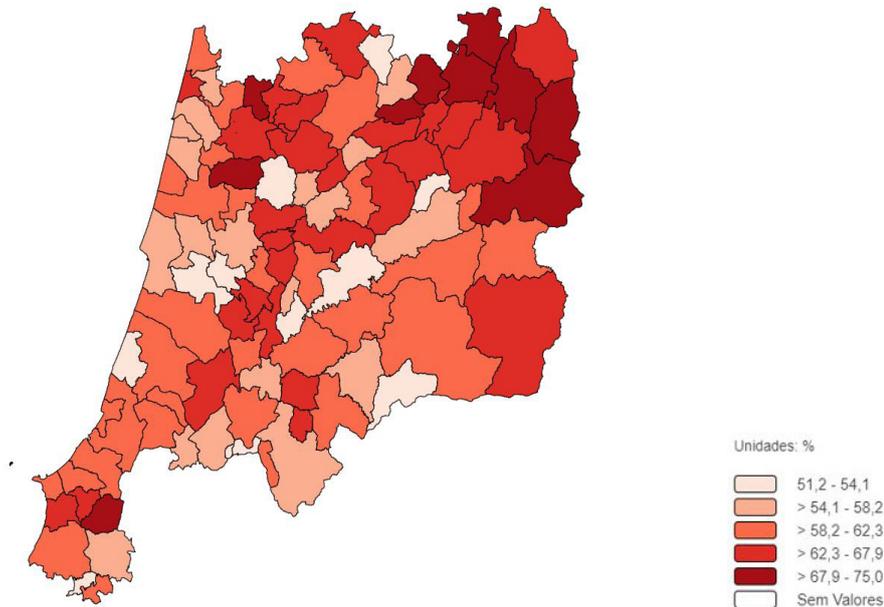
No Centro, em 2020, comparativamente com a média nacional, nasceram menos empresas, mas também morreram menos empresas. De facto, a [taxa de natalidade das empresas](#) na região foi de 10,7%, enquanto a média nacional foi de 11,8%. Este valor foi o mais baixo da última década (apesar de, há 10 anos, o valor ser muito idêntico: 10,8%), refletindo a crise pandémica que afetou profundamente a atividade económica no ano de 2020. Os Açores registaram a taxa de natalidade de empresas mais baixa do país (10,5%), seguindo-se o Centro e o Alentejo. A [taxa de mortalidade das empresas](#) na região foi de 12,2%, abaixo da média nacional de 12,8%, sendo o valor mais elevado desde 2015, mas inferior ao registado há 10 anos (13,8%). Em 2020, o Centro foi a região portuguesa com a menor taxa de mortalidade de empresas.

TAXA DE NATALIDADE DAS EMPRESAS E TAXA DE MORTALIDADE DAS EMPRESAS NA REGIÃO CENTRO E EM PORTUGAL, 2010-2020



Já a [taxa de sobrevivência das empresas \(a 2 anos\)](#) na região, em 2020, foi de 60,1%, o que significa que a maioria das empresas regionais se mantinham em atividade após dois anos de existência. Este valor era inferior à média nacional de 58,4% e bastante mais elevado do que o registado há 10 anos (52,0%). A Região Norte apresentava a taxa de sobrevivência mais elevada do país (61,8%), seguindo-se o Centro e a Madeira. A distribuição territorial deste indicador na região apresentava-se bastante heterogénea. Nas Beiras e Serra da Estrela era onde mais empresas sobreviviam para além dos dois anos (64,3%), enquanto na Região de Coimbra a taxa de sobrevivência das empresas era a menor entre as sub-regiões (57,9%). Em Pinhel, 75,0% das empresas criadas dois anos antes continuavam ativas, existindo vários outros municípios do interior com taxas de sobrevivência acima dos 70%: Sabugal, Sever do Vouga, Meda, Aguiar da Beira, Almeida e Penalva do Castelo. Já no Entroncamento, Vila Velha de Ródão e Pampilhosa da Serra apenas 51% das empresas sobreviviam mais de dois anos, sendo este o valor mais baixo entre os municípios da região.

TAXA DE SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS (A 2 ANOS) NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRO, 2020



No Centro, em 2020, a [proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia](#) era de 2,3%, bastante acima do valor de há 10 anos de 1,4%. A região ocupava a segunda posição na hierarquia nacional, depois da Área Metropolitana de Lisboa (3,5%), mas, ainda assim, posicionava-se abaixo da média nacional de 2,5%. Na Região de Aveiro, Região de Leiria e Viseu Dão Lafões era onde, em termos relativos, nasciam mais empresas de alta e média-alta tecnologia na região (3,1%, 2,7% e 2,6%, respetivamente); a Beira Baixa (1,6%) era a sub-região com esta dinâmica menos evidente.



Fonte: DataCentro – Informação para a Região (<http://datacentro.ccdrc.pt/>)

Fórmulas de Cálculo:

Densidade de empresas = Número de empresas com sede no território / Superfície do território (km²)

Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas = Volume de negócios das 4 maiores empresas / Volume de negócios das empresas x 100

Pessoal ao serviço por empresa = Pessoal ao serviço nas empresas / Número de empresas

Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço = Número de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço / Número de empresas x 100

Proporção de pessoal ao serviço na indústria extrativa e transformadora = Pessoal ao serviço nas empresas da indústria extrativa e transformadora / Pessoal ao serviço nas empresas (total) x 100

Proporção de pessoal ao serviço nas atividades de serviços = Pessoal ao serviço nas empresas de atividades de serviços / Pessoal ao serviço nas empresas (total) x 100

Proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia = Nascimentos reais de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia / Nascimentos reais de empresas x 100

Taxa de natalidade de empresas = Número de nascimentos reais de empresas no ano n / Número de empresas ativas no ano n x 100

Taxa de mortalidade de empresas = Número de mortes reais de empresas no ano n / Número de empresas ativas no ano n x 100

Taxa de sobrevivência de empresas (a 2 anos) = Número de empresas ativas no ano n que tendo nascido no ano $n-2$ sobreviveram no ano n / Número de empresas nascidas no ano $n-2$ x 100

Volume de negócios por empresa = Volume de negócios das empresas / Número de empresas



AMBIENTE

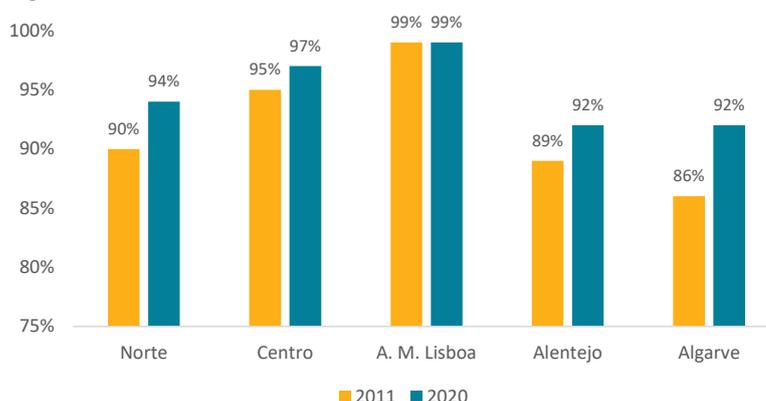


AMBIENTE NO CENTRO

No CENTRO, em 2020, 97% dos alojamentos eram servidos por abastecimento de água e 79% por drenagem de águas residuais

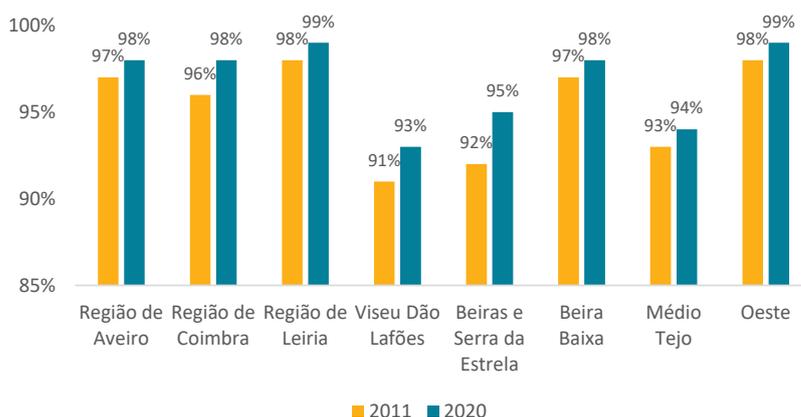
Na Região Centro, em 2020, 97% dos alojamentos eram servidos por abastecimento de água. O Centro era a segunda região do Continente com a maior percentagem, a seguir à Área Metropolitana de Lisboa (99%), sendo superior à média de Portugal Continental (96%). Apesar de registar valores já muito elevados em 2011, este indicador tem vindo a ter uma evolução positiva na última década, uma vez que todas as regiões se têm vindo a aproximar dos 100% de fornecimento de água à população. O Algarve e o Norte foram os territórios que mais aumentaram a cobertura, com aumentos de seis e quatro pontos percentuais entre 2011 e 2020, respetivamente.

PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS SERVIDOS POR ABASTECIMENTO DE ÁGUA



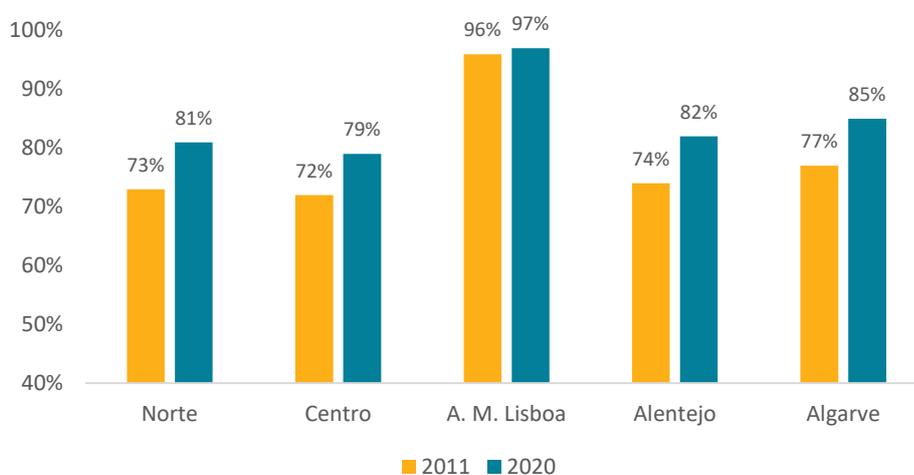
Ao nível da Região Centro existiam, em 2020, algumas diferenças entre territórios. No Oeste e na Região de Leiria a quase totalidade dos alojamentos (99%) eram servidos por abastecimento de água. Em oposição, em Viseu Dão Lafões e no Médio Tejo as percentagens desciam para 93% e 94%, respetivamente, sendo inferiores à média nacional, mas ainda assim registando uma melhoria face a 2011.

PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS SERVIDOS POR ABASTECIMENTO DE ÁGUA E POR SUB-REGIÕES NUTS III



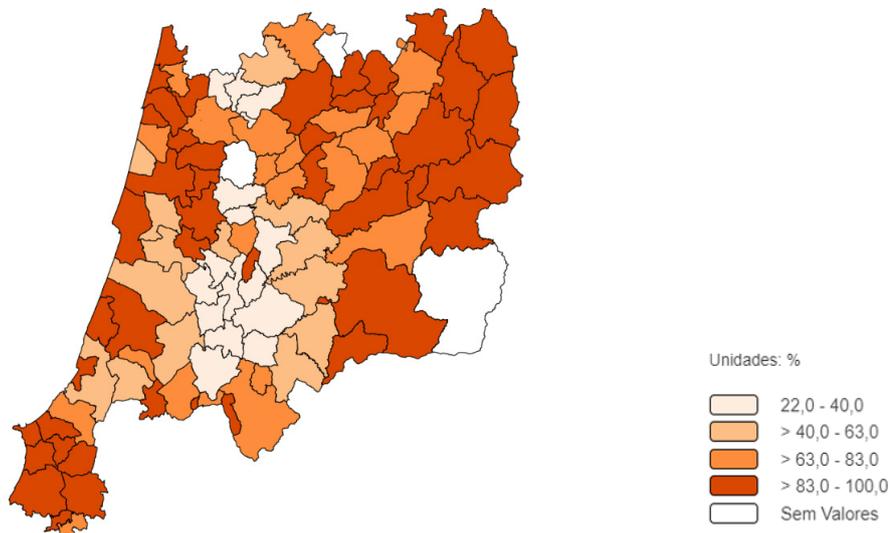
Quanto à proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais, a Região Centro era a que apresentava, em 2020, a menor percentagem a nível nacional (79%), apesar do aumento verificado na última década (era 72% em 2011). A Área Metropolitana de Lisboa destacava-se neste indicador face às restantes regiões, pela quase totalidade dos alojamentos serem servidos por drenagem de águas residuais (97%). Comparando com 2011, o Norte, o Alentejo e o Algarve registaram um aumento de oito pontos percentuais neste indicador, ligeiramente superior ao crescimento verificado no Centro (sete pontos percentuais).

PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS SERVIDOS POR DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS



A nível territorial, a Região de Aveiro e as Beiras e Serra da Estrela destacaram-se pela positiva, com 87% e 86% dos alojamentos servidos por drenagem de águas residuais em 2020, respetivamente. Os municípios de Entroncamento, Aveiro, Figueira de Castelo Rodrigo e Sátão foram os que apresentaram os valores mais elevados neste indicador (iguais ou superiores a 99%). A Região de Aveiro foi a que mais melhorou a cobertura na última década, aumentando 17 pontos percentuais, passando de terceira região em 2011 para a primeira posição neste indicador. Por outro lado, em 2020, registaram-se as menores percentagens no Médio Tejo (59%) e na Região de Leiria (73%), ainda assim aumentando três e nove pontos percentuais face a 2011. Os municípios que apresentaram percentagens mais reduzidas de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais foram Figueiró dos Vinhos (22%), Ferreira do Zêzere (23%), Vila Nova de Poiares (26%), Alvaiázere (27%) e Sever do Vouga (29%).

PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS SERVIDOS POR DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS POR MUNICÍPIO, 2020



EM 2020 ATINGIU-SE O VOLUME MAIS ELEVADO DE ÁGUA DISTRIBUÍDA POR HABITANTE, NA ÚLTIMA DÉCADA, NA REGIÃO CENTRO

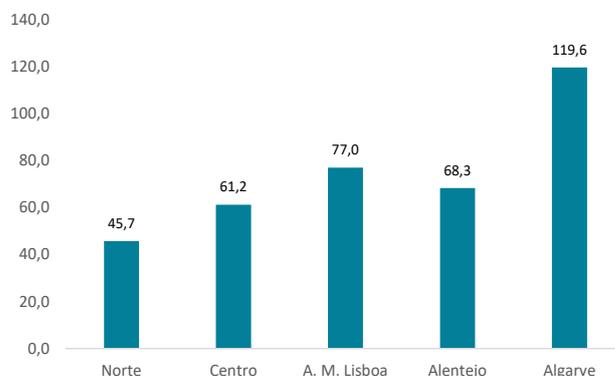
A água distribuída por habitante atingiu, em 2020, 61,2 m³ na Região Centro, o valor mais elevado em 10 anos. Entre 2012 e 2020, este indicador registou um crescimento médio de 18,6%. Ainda assim, o Centro não atingiu a média nacional de 64,7 m³ de água por habitante, apesar de se ter vindo a aproximar da mesma nos últimos anos. Foi no Algarve que se registou o maior volume de água distribuída por habitante (119,6 m³), quase o dobro do valor registado na Região Centro, seguido, no Continente, da Área Metropolitana de Lisboa (77,0 m³) e do Alentejo (68,3 m³).

ÁGUA DISTRIBUÍDA POR HABITANTE (M³)

EVOLUÇÃO (2011-2020)

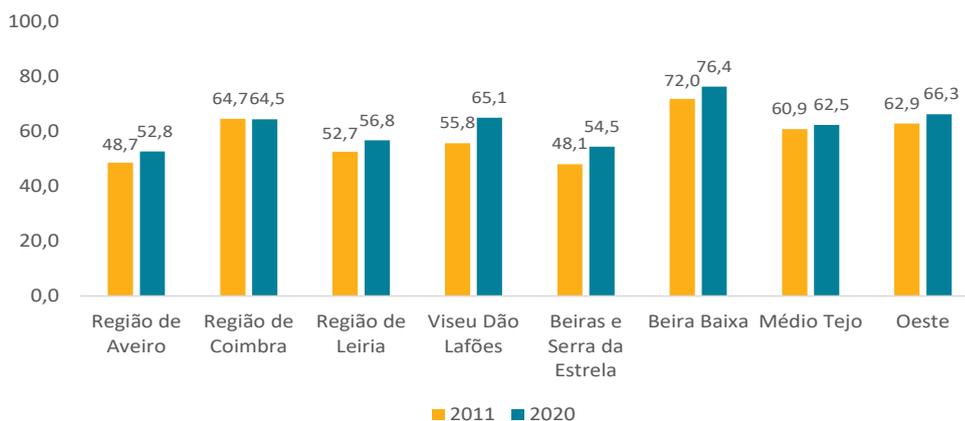


POR NUTS II, 2020



A nível territorial, a Beira Baixa, o Oeste e Viseu Dão Lafões registaram os maiores volumes de água distribuída por habitante, ou seja, 76,4 m³, 66,3 m³ e 65,1 m³, respetivamente. Por outro lado, a Região de Aveiro, as Beiras e Serra da Estrela e a Região de Leiria registaram os menores valores de água distribuída por habitante, 52,8 m³, 54,5 m³ e 56,8 m³, respetivamente. À exceção da Região de Coimbra, todas as regiões registaram um aumento da água distribuída por habitante na última década, que foi, em média, de 4,8 m³.

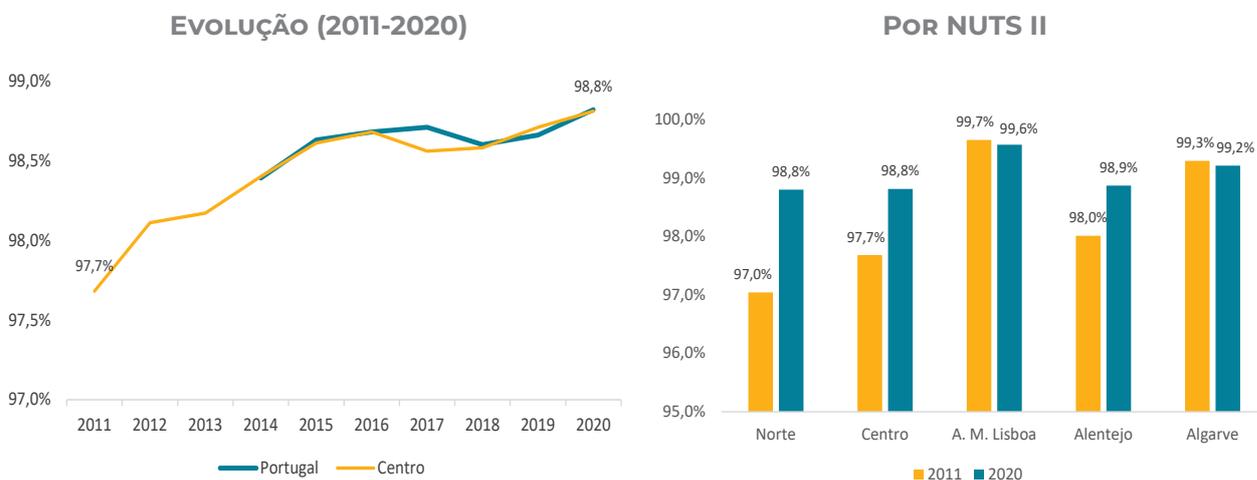
ÁGUA DISTRIBUÍDA POR HABITANTE (M³) E POR SUB-REGIÕES NUTS III



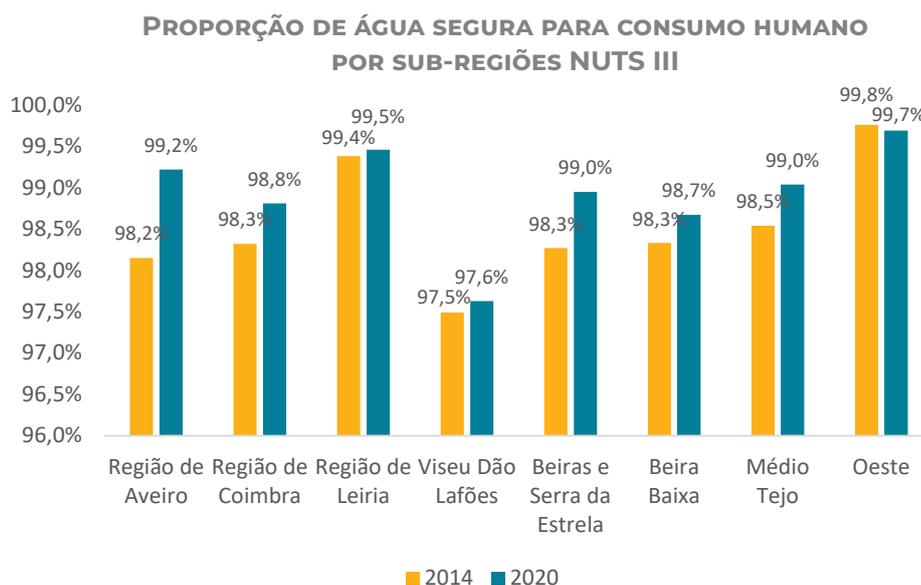
98,8% DA ÁGUA ERA SEGURA PARA CONSUMO HUMANO NA REGIÃO CENTRO, EM 2020

Na Região Centro, 98,8% da [água era segura para consumo humano](#) em 2020. Há 10 anos a proporção era inferior (97,7%), tendo este indicador vindo a acompanhar a tendência de melhoria que se tem verificado a nível nacional. Ainda que seja um valor elevado e que as várias regiões tenham valores muito próximos, o Centro era, a par do Norte, a região com a percentagem mais reduzida a nível nacional.

PROPORÇÃO DE ÁGUA SEGURA PARA CONSUMO HUMANO



A nível territorial, verificou-se uma melhoria no indicador de segurança da água para consumo humano na generalidade das regiões, no entanto subsistiam diferenças, ainda que pouco significativas. O Oeste, a Região de Leiria e a Região de Aveiro foram os territórios com maior proporção de água segura para consumo humano em 2020, superior a 99%. Por seu lado, Viseu Dão Lafões e a Beira Baixa registaram percentagens de 97,6% e 98,7%, respetivamente, que ainda assim melhoraram face a 2014.

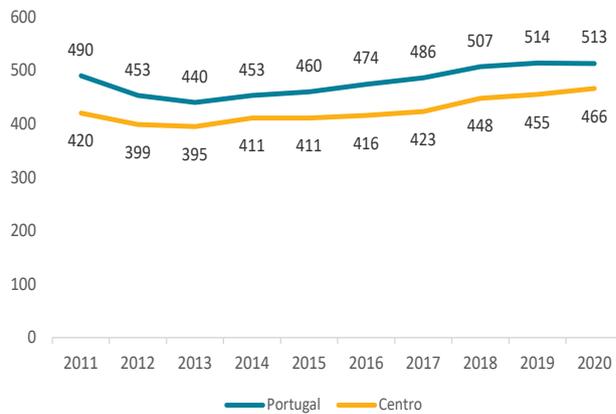


FORAM RECOLHIDOS 466 KG DE RESÍDUOS URBANOS POR HABITANTE NA REGIÃO CENTRO EM 2020

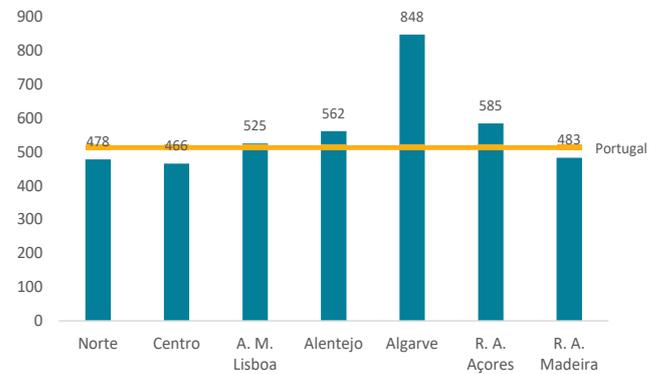
Na Região Centro foram recolhidos, em 2020, 466 kg de resíduos urbanos por habitante. Este valor tem tido uma tendência de crescimento nos últimos anos, após a quebra verificada entre 2011 e 2013, estando acima do valor verificado há 10 anos (420 kg por habitante). Ainda assim, o indicador estava abaixo da média nacional, que se situou em 513 kg por habitante em 2020. Comparando com as restantes regiões, o Centro apresentava a menor quantidade de resíduos urbanos recolhidos por habitante. Em oposição, as regiões que registaram os maiores valores foram o Algarve (848 kg), a Região Autónoma dos Açores (585 kg) e o Alentejo (562 kg).

RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS POR HABITANTE (KG)

EVOLUÇÃO (2011-2020)

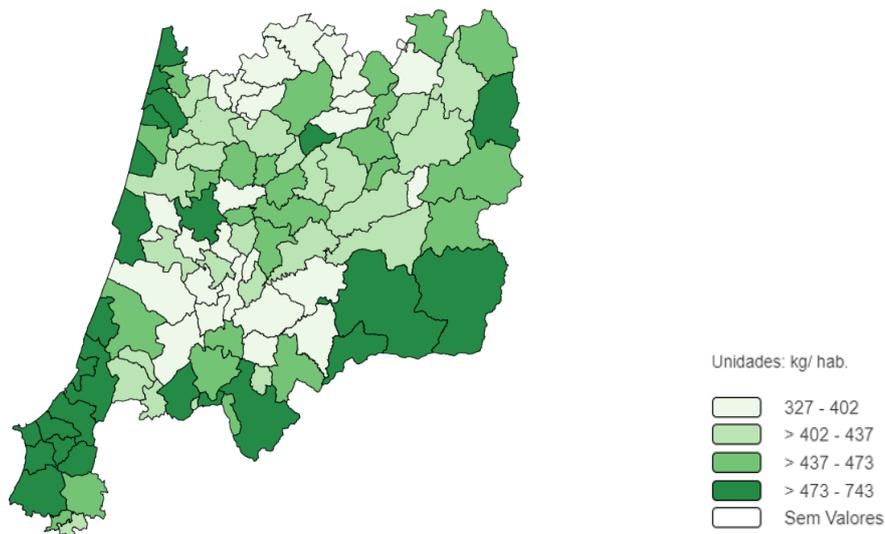


POR NUTS II, 2020



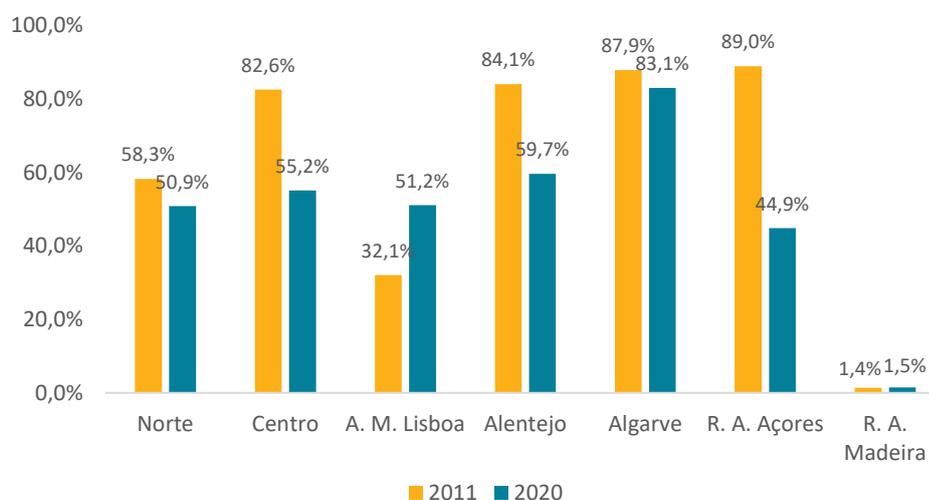
A nível territorial existiam diferenças assinaláveis entre as sub-regiões. Em 2020, as maiores quantidades de resíduos urbanos recolhidos por habitante registaram-se no Oeste (536kg), na Beira Baixa (482 kg) e na Região de Aveiro (480 kg), ao contrário das Beiras e Serra da Estrela e de Viseu Dão Lafões, que apenas registaram 423 kg e 427 kg, respetivamente. Os municípios de Sever do Vouga (327 kg), Penacova (335 kg) e Alvaiázere (336 kg) apresentaram os menores valores, enquanto que os municípios de Peniche (743 kg), Nazaré (725 kg) e Idanha-a-Nova (603 kg) apresentaram os maiores valores neste indicador.

RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS POR HABITANTE POR MUNICÍPIO, 2020



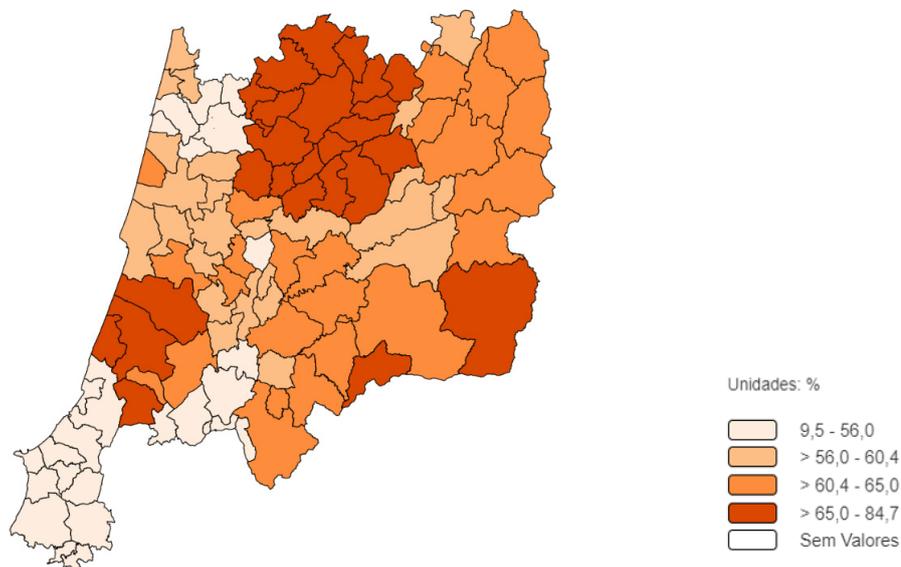
Na Região Centro, em 2020, 55,2% dos resíduos urbanos foram depositados em aterro, a terceira percentagem mais reduzida no Continente, a seguir ao Norte (50,9%) e à Área Metropolitana de Lisboa (51,2%). Na última década, este indicador teve uma evolução positiva na Região Centro, decrescendo 27,4 pontos percentuais. Em 2011 a percentagem de resíduos depositados em aterro no Centro era de 82,6%. Ainda assim, foi a segunda região do país com a maior quebra, depois da Região Autónoma dos Açores que diminuiu 44,1 pontos percentuais.

PROPORÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS DEPOSITADOS EM ATERRO



A nível territorial existem disparidades relevantes na Região Centro. As regiões que apresentaram as maiores percentagens de resíduos urbanos depositados em aterro foram Viseu Dão Lafões (80,7%), de forma mais destacada, a Beira Baixa (65,1%) e a Região de Leiria (65,0%). Os municípios com maiores valores neste indicador situavam-se em Viseu Dão Lafões, nomeadamente Oliveira de Frades (84,7%), Castro Daire (83,4%), Vouzela (82,7%) e São Pedro do Sul (82,6%). Por oposição, os municípios com menores percentagens de resíduos urbanos depositados em aterro situavam-se maioritariamente no Oeste e no Médio Tejo, as duas sub-regiões com os menores valores deste indicador, nomeadamente Óbidos (9,5%), Caldas da Rainha (13,6%), Constância (17,7%), Ferreira do Zêzere e Vila Nova da Barquinha (ambos com 17,8%).

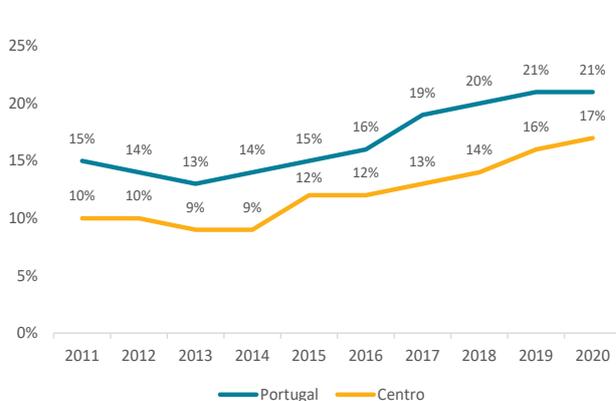
PROPORÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS DEPOSITADOS EM ATERRO POR MUNICÍPIO, 2020



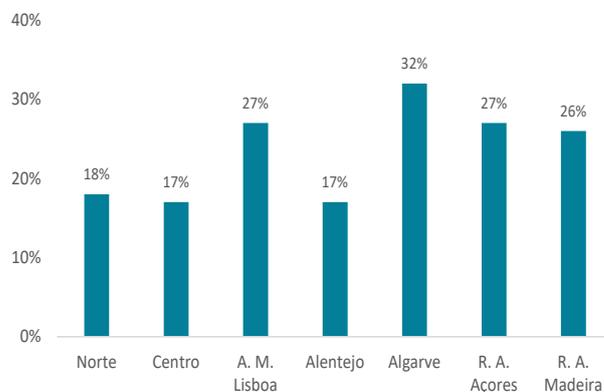
Quanto à recolha seletiva de resíduos, em 2020, na Região Centro, 17% dos [resíduos urbanos foram recolhidos seletivamente](#) com finalidade de serem reciclados. Este indicador tem apresentado uma tendência de aumento na última década, particularmente após uma ligeira quebra registada entre 2011 e 2014. Ainda assim, o Centro era a região, a par com o Alentejo, com a percentagem de recolha seletiva mais reduzida, sendo inferior à média nacional (21%). O Algarve, com 32%, a Área Metropolitana de Lisboa e a Região Autónoma dos Açores, ambas com 27%, foram as regiões com melhor desempenho neste indicador.

PROPORÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS SELETIVAMENTE

EVOLUÇÃO (2011-2020)

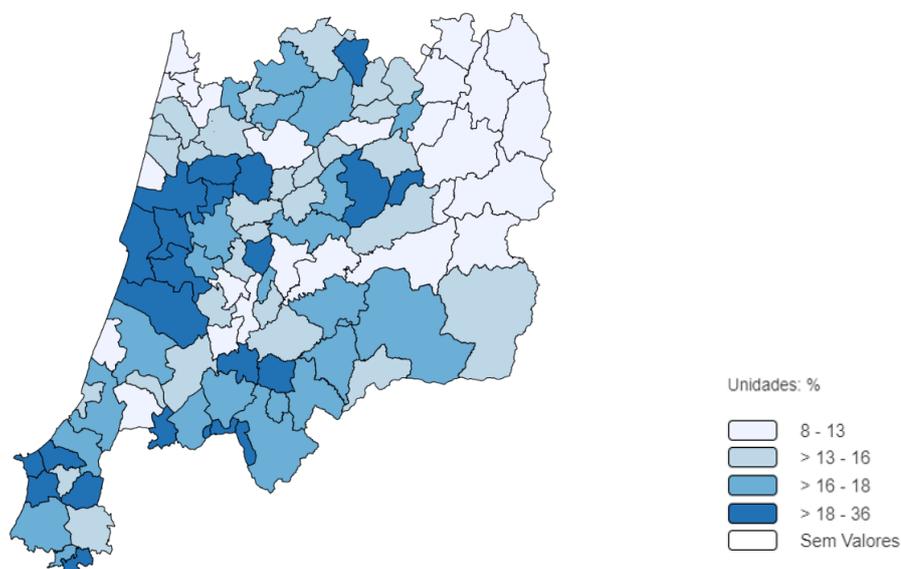


POR NUTS II, 2020



No Centro subsistiam diferenças intrarregionais assinaláveis quanto à recolha seletiva de resíduos urbanos. As percentagens mais elevadas concentraram-se no Oeste (19%), no Médio Tejo e na Região de Coimbra (18%). Os municípios de Cadaval, Peniche e Vila de Rei destacaram-se pelas percentagens mais elevadas de recolha seletiva (36%, 27% e 26%, respetivamente). As Beiras e Serra da Estrela (13%) e a Região de Aveiro (14%) apresentaram as percentagens mais reduzidas. Os municípios de Almeida (8%) e Pampilhosa da Serra (9%) foram onde se registaram os valores mais reduzidos neste indicador.

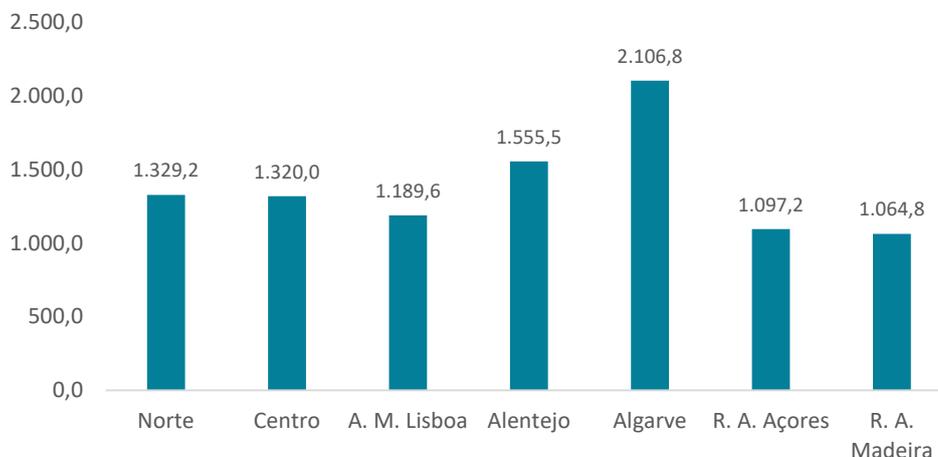
PROPORÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS SELETIVAMENTE POR MUNICÍPIO, 2020



NA ÚLTIMA DÉCADA AUMENTOU O CONSUMO DOMÉSTICO DE ENERGIA ELÉTRICA POR HABITANTE NA REGIÃO CENTRO

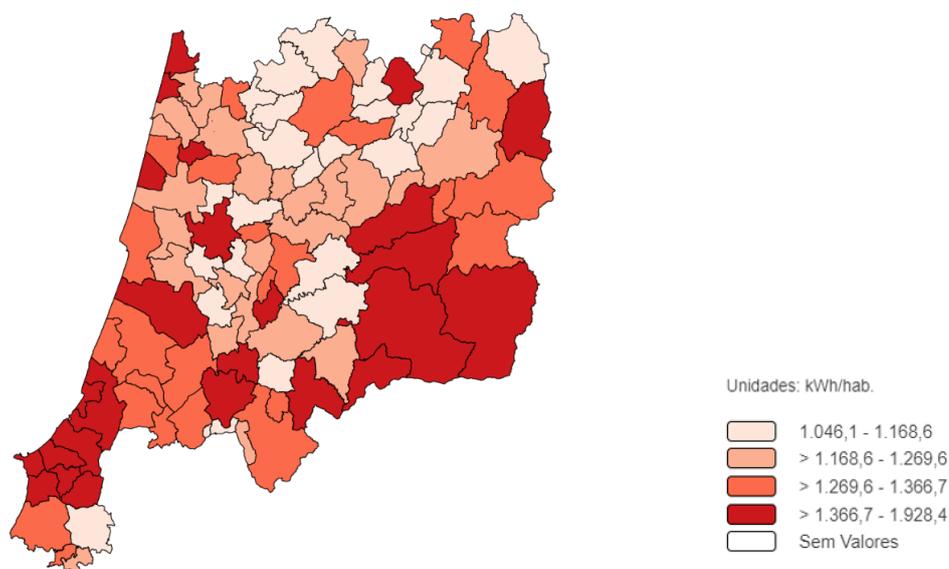
O [consumo doméstico de energia elétrica](#) na Região Centro atingiu, em 2020, 1.320,0 quilowatts hora (kWh) por habitante, tendo-se assistido a uma tendência de aumento após a quebra registada entre 2011 e 2013. O consumo encontrava-se 5% acima do valor registado há uma década (1.253,4 kWh). O Centro era a terceira região com menor consumo de energia elétrica por habitante, apenas superior ao das duas regiões autónomas, sendo 37% inferior ao Algarve e 15% inferior ao Alentejo, as regiões com os consumos domésticos mais elevados a nível nacional.

CONSUMO DOMÉSTICO DE ENERGIA ELÉTRICA POR HABITANTE (KWH), 2020



Quando se analisa a disparidade dos consumos domésticos de energia elétrica por habitante na Região Centro, verifica-se que os maiores valores se registaram na Beira Baixa (1.410,1 kWh), no Oeste (1.378,3 kWh) e na Região de Leiria (1.367,4 kWh). Já os municípios com maiores valores foram Óbidos, Oliveira do Bairro e Idanha-a-Nova (1.928,4 kWh, 1.894,8 kWh e 1.620,6 kWh, respetivamente). Por oposição, foi nos territórios de Viseu Dão Lafões (1.212,2 kWh) e da Região de Coimbra (1.285,2 kWh) que se registaram os menores valores de consumo doméstico de energia elétrica por habitante. Os municípios que apresentaram consumos menores foram Fornos de Algodres (1.046,1 kWh), Entroncamento (1.048,1 kWh) e Condeixa-a-Nova (1.055,8 kWh).

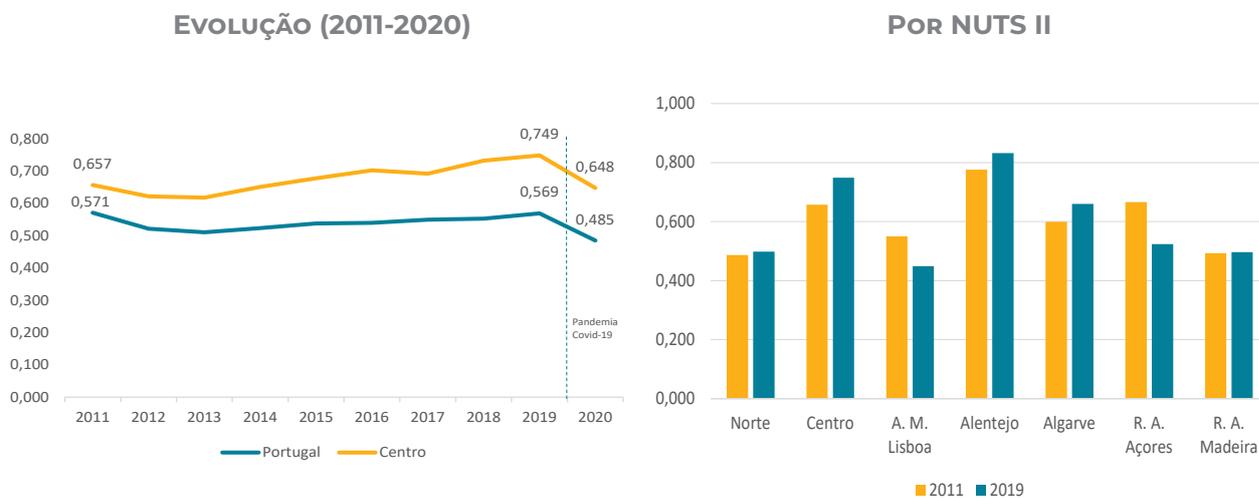
CONSUMO DOMÉSTICO DE ENERGIA ELÉTRICA POR HABITANTE E POR MUNICÍPIO, 2020



A PANDEMIA DE COVID-19 TEVE UM IMPACTO SIGNIFICATIVO NO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL AUTOMÓVEL

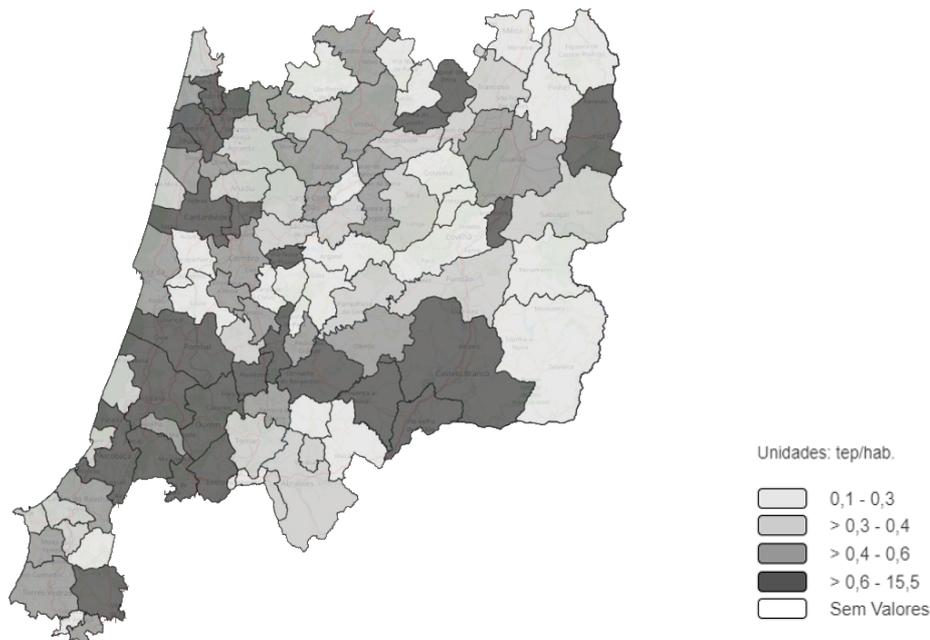
O consumo de combustível automóvel por habitante na Região Centro registou uma quebra de 13,5% em 2020, de 0,749 toneladas equivalentes de petróleo (tep) por habitante para 0,648 tep por habitante, invertendo a tendência de crescimento que se tinha vindo a verificar desde 2014. Este efeito teve como causa provável os confinamentos decretados durante a pandemia de Covid-19, que limitaram fortemente as deslocações e, por consequência, o consumo de combustível automóvel. Ainda assim, o consumo no Centro manteve-se superior à média nacional, apenas atrás do valor registado no Alentejo, o que poderá indiciar uma maior utilização individual do meio de transporte automóvel no Centro face a outras regiões, nomeadamente o Norte e a Área Metropolitana de Lisboa (em que o uso de transportes públicos é mais elevado). Comparando o ano de 2011 com o ano de 2019 (pré-pandemia), verifica-se que o Centro foi a região que aumentou mais o consumo na última década (14,0%). Em oposição, no mesmo período, a Região Autónoma dos Açores e a Área Metropolitana de Lisboa reduziram o consumo em 21,3% e 18,4%, respetivamente.

CONSUMO DE COMBUSTÍVEL AUTOMÓVEL POR HABITANTE (TEP)



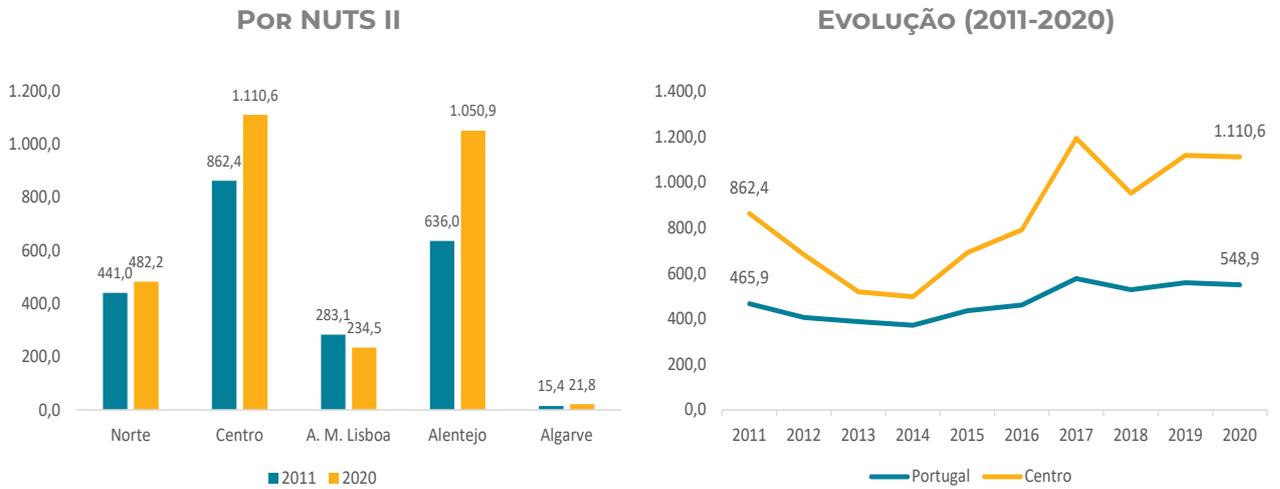
A nível municipal existiam grandes disparidades na Região Centro. Os valores mais elevados registaram-se em municípios servidos por vias rodoviárias nacionais e dotados de plataformas logísticas, com um valor muito elevado, como, Alcanena (15,53 tep) e Aveiro (1,70 tep). Por outro lado, os valores mais reduzidos foram registados em Idanha-a-Nova (0,06 tep) e Vila Nova da Barquinha (0,11 tep).

CONSUMO DE COMBUSTÍVEL AUTOMÓVEL POR HABITANTE E POR MUNICÍPIO, 2020



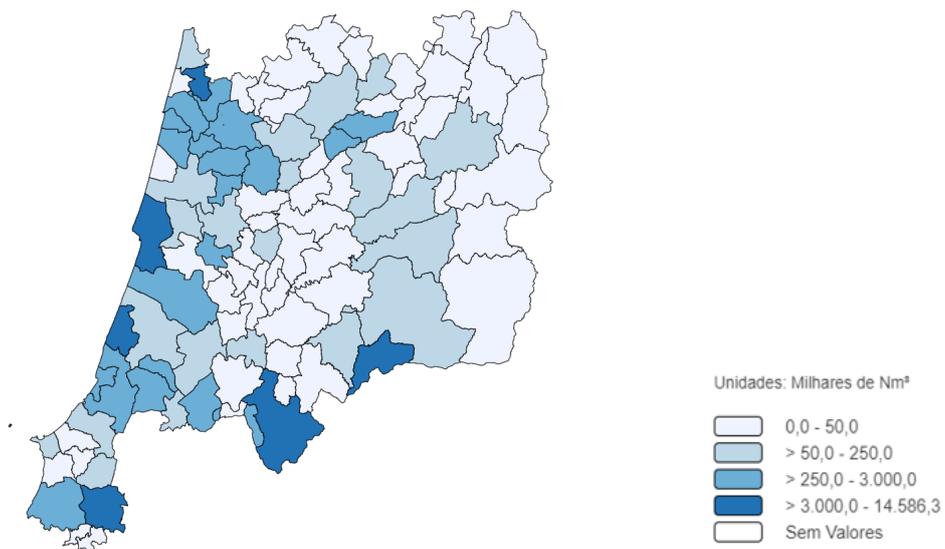
Em 2020, o [consumo de gás natural por 1.000 habitantes](#) na Região Centro era de 1.110,6 milhares de metros cúbicos normais (Nm³). Este valor cresceu 28,8% desde 2011 sendo, em 2020, mais do dobro da média nacional. Os valores mostram um maior consumo desta fonte de energia por habitante no Centro, comparando com outras regiões a nível nacional, principalmente por aqui se localizarem algumas das principais centrais de produção de eletricidade a gás natural.

CONSUMO DE GÁS NATURAL POR 1.000 HABITANTES (EM MILHARES DE NM³)



Os municípios de Abrantes, Figueira da Foz e Alenquer apresentaram os maiores valores de consumo, sendo também os locais onde estão localizadas as centrais de produção de energia com recurso a gás natural, nomeadamente a Central do Pego (Abrantes), onde foi desativada em 2021 a central termoelétrica a carvão, a Central do Ribatejo (Alenquer) e a Central de Lares (Figueira da Foz). Os municípios mais industrializados e os mais populosos apresentaram também um maior consumo por 1.000 habitantes. Pelo contrário, os municípios menos povoados ou com menor acesso a esta fonte de energia apresentaram consumos reduzidos ou mesmo nulos, como é o exemplo de Pampilhosa da Serra, Penela, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande.

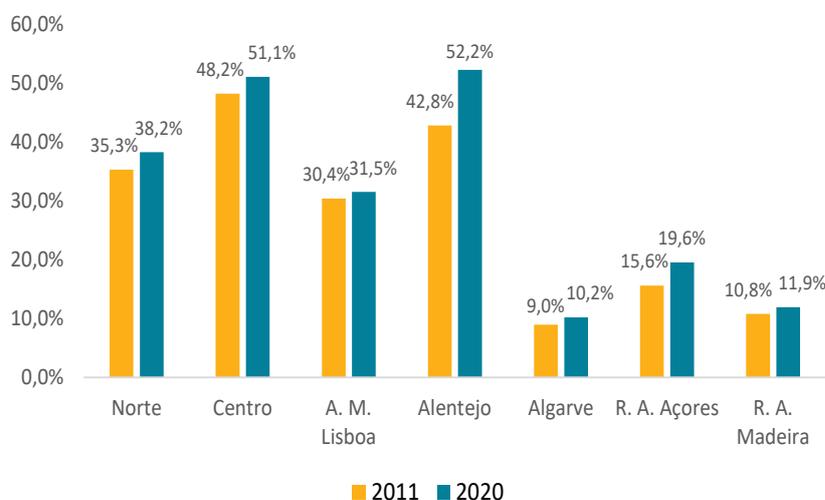
CONSUMO DE GÁS NATURAL POR 1.000 HABITANTES E POR MUNICÍPIO, 2020



A INDÚSTRIA ABSORVEU 51,1% DA ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO CENTRO

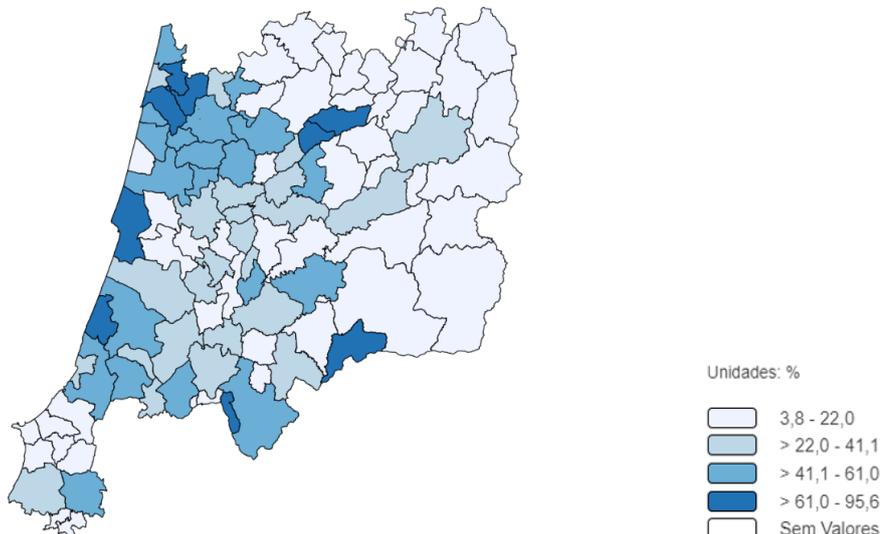
Na Região Centro, em 2020, 51,1% da energia elétrica foi consumida pela indústria, um peso apenas inferior ao Alentejo (52,2%) e acima da média nacional (39,4%). Na última década a indústria aumentou o seu peso no consumo de energia elétrica em todas as regiões, particularmente no Alentejo (9,4 pontos percentuais), na Região Autónoma dos Açores (4,0 pontos percentuais) no Norte e no Centro (2,9 pontos percentuais).

PROPORÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA CONSUMIDA PELA INDÚSTRIA



No Centro existiam grandes disparidades inter-municipais. Nos municípios de Vila Velha de Ródão (95,6%), Figueira da Foz (87,8%) e Estarreja (87,6%) registaram-se os maiores pesos, que poderão ser justificados pelas indústrias intensivas em energia que aí se encontram localizadas, nomeadamente, indústrias de pasta de papel, cerâmica e química. Por outro lado, em Idanha-a-Nova (3,8%), Manteigas (4,3%) e Almeida (4,6%) apresentavam as menores percentagens neste indicador, resultantes do peso residual que a indústria tem nos respetivos territórios.

PROPORÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA CONSUMIDA PELA INDÚSTRIA POR MUNICÍPIO, 2020





Fonte: DataCentro – Informação para a Região (<http://datacentro.ccdrc.pt/>)

Conceitos:

Sistemas públicos urbanos de serviços de águas: Sistemas de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais que visam servir as populações, sendo instalados, em regra, na via pública, em terrenos da entidade gestora associada ou de outros, cuja ocupação é do interesse público.

Abastecimento de água: Conjunto coerente de órgãos interligados que, no seu todo, tem como função fornecer água para consumo humano, em quantidade e qualidade adequadas. Consideram-se quantidade e qualidade adequadas aquelas que satisfazem as exigências quantitativas que são estabelecidas na normativa local e na legislação nacional aplicável. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, rede de distribuição.

Drenagem de águas residuais: Sistema constituído por um conjunto de órgãos cuja função é a coleta das águas residuais e o seu encaminhamento e, por vezes, tratamento em dispositivo adequado, de forma a que a sua deposição no meio recetor (solo de água), não altere as condições ambientais existentes para além dos valores estabelecidos como admissíveis na normativa local e na legislação nacional aplicável. Deste modo na sua forma completa, um sistema de drenagem de águas residuais é constituído pelos seguintes órgãos principais: rede de drenagem, emissário, estação elevatória, interceptor, estação de tratamento e emissário final.

Consumo autorizado: Volume de água, incluindo água exportada, que é fornecido a consumidores registados, à própria entidade gestora e a outros, implícita ou explicitamente autorizados, para uso doméstico, comercial e industrial, durante o período de referência. O consumo pode ser faturado ou não faturado, medido ou não medido, de acordo com a prática local.

Gestão de resíduos sólidos urbanos: Operações de recolha, transporte, tratamento, valorização e eliminação dos resíduos, incluindo o autocontrolo destas operações e a vigilância dos locais de descarga depois de encerrados. Relativamente aos sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos, podem ser especificadas as seguintes fases: recolha, recolha seletiva, transportes, valorização e eliminação.

Recolha de resíduos: Operação de apanha, triagem e/ou mistura de resíduos, com vista ao seu transporte.

Recolha seletiva de resíduos: Recolha especial de resíduos que são objeto de deposição separada por parte do detentor, com a finalidade de serem reciclados (Ex.: os vidrões e os denominados 'ecopontos').

Energia elétrica: Energia produzida por centrais hidroelétricas, nucleares e térmicas convencionais, de ondas e marés, eólicas e solares fotovoltaicas.

População residente: Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Gás natural: Gás constituído essencialmente por metano, que existe em estado natural em depósitos subterrâneos, associado ao petróleo bruto ou ao gás recuperado das minas de carvão (grisu).

Fórmulas de Cálculo:

Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água = Número total de alojamentos serviços por abastecimento de água/ Número total de alojamentos familiares clássicos

Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais = Número total de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais/ Número total de alojamentos familiares clássicos

Água distribuída por habitante = Volume de água distribuída/ População residente

Proporção de água segura para consumo humano = Corresponde à percentagem de água controlada e de boa qualidade, sendo este o produto da percentagem de cumprimento da frequência de amostragem pela percentagem de cumprimento dos valores paramétricos fixados na legislação, tal como definido no Anexo II do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto. Em que a Percentagem de análises realizadas = $[1 - (\text{N.º de análises em falta}) / (\text{N.º de análises regulamentares obrigatórias})] \times 100$ e a Percentagem de análises em cumprimento do valor paramétrico = $[(\text{N.º de análises em cumprimento do valor paramétrico}) / (\text{N.º de análises realizadas com valor paramétrico})] \times 100$

Resíduos urbanos recolhidos por habitante = Resíduos urbanos recolhidos/ População média anual residente. Devido a alterações aos formulários MRRU utilizados pela APA, desde 2015, na recolha de dados online sobre resíduos urbanos, verificou-se consequentes modificações no modelo de apuramento e por isso alerta-se para quebra de série no ano de 2015, não obstante o paralelismo e continuidade das variáveis



correspondentes utilizadas no cálculo do indicador disponibilizado.

População média = População calculada pela média aritmética dos efetivos em dois momentos de observação, habitualmente em dois finais de anos consecutivos

Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro = (Resíduos urbanos depositados em aterro/ Resíduos urbanos recolhidos) x 100

Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente = (Resíduos urbanos recolhidos seletivamente/ Resíduos urbanos recolhidos) x 100

Consumo doméstico de energia elétrica por habitante = Consumo doméstico de energia elétrica/ População média residente

Consumo de combustível automóvel por habitante = Venda de combustível automóvel/ População média residente. O combustível automóvel inclui o gás auto, a gasolina sem chumbo 95, a gasolina sem chumbo 98 e o gasóleo rodoviário.

Consumo de gás natural por 1.000 habitantes = Consumo de gás natural/ População média residente x 1.000

Proporção de energia elétrica consumida pela indústria = Consumo de energia elétrica pela indústria/ Consumo total de energia elétrica x 100. Os valores apresentados para o consumo de energia elétrica dizem respeito ao universo das empresas de produção/distribuição do país (e não apenas aos fornecimentos da EDP) e incluem o autoconsumo e a cogeração. Em 2018 os valores apresentados correspondem aos valores por setores de atividades convertidos em tipo de consumo, efetuado pelo INE.

Abreviaturas:

Kg - quilograma

kWh - quilowatts hora

M³ - metros cúbicos

Nm³ - metros cúbicos normais

tep - toneladas equivalentes de petróleo



TURISMO



TURISMO NA REGIÃO CENTRO

TURISMO VOLTA A CRESCER NO PERÍODO PÓS-PANDEMIA

A atividade turística registou crescimentos muito elevados na região desde 2014. No entanto, em 2020, as restrições impostas para contenção da pandemia por COVID-19 tiveram um forte impacto negativo. Em 2021, com o plano gradual de desconfinamento do país (levantamento das restrições de circulação entre concelhos aos fins-de-semana, reabertura das fronteiras terrestres, reabertura do comércio não essencial e dos espaços culturais), com a evolução muito positiva do plano de vacinação e maior testagem da população, o setor do turismo voltou a crescer de forma exponencial.

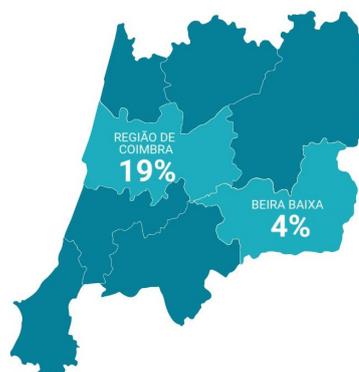


Na Região Centro existiam, em 2021, 1.323 [alojamentos turísticos](#), concentrando 21,1% do total nacional e traduzindo um crescimento de 93% face ao ano de 2014.

Cerca de 56% destes alojamentos estavam concentrados nas sub-regiões da Região de Coimbra, Oeste e Beiras e Serra da Estrela. Observou-se uma grande heterogeneidade territorial, com a Região de Coimbra a ser a mais representativa da região, com cerca de 19% dos alojamentos, e a Beira Baixa a sub-região menos representativa, com apenas 4%. Ao nível municipal, a maior concentração de alojamentos registava-se nos municípios de Ourém, Coimbra, Peniche e Seia, enquanto a menor concentração observava-se em Vila Nova de Paiva, Constância, Entroncamento e Sobral de Monte Agraço.

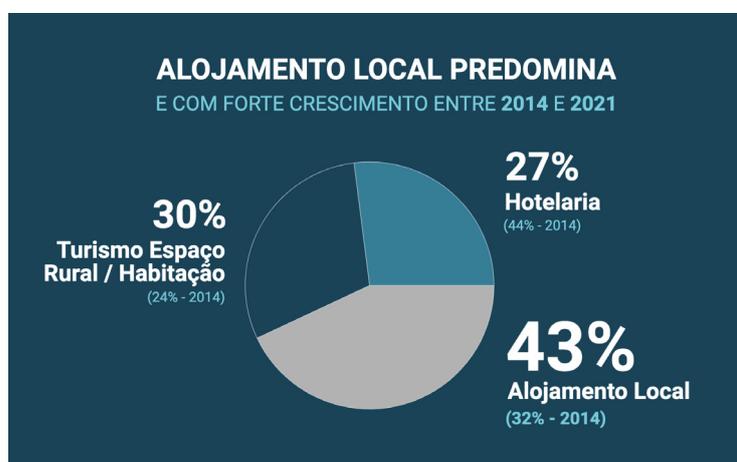
HETEROGENEIDADE TERRITORIAL

56%
dos alojamentos turísticos
concentram-se na
Região de Coimbra,
Oeste e Beiras
e Serra da Estrela,



ALOJAMENTO LOCAL É A TIPOLOGIA PREDOMINANTE

A tipologia predominante do alojamento turístico, na Região Centro e em Portugal, registou uma alteração relevante nos últimos anos. Se em 2014, na Região Centro, a Hotelaria era a tipologia mais representativa, com 44% dos alojamentos (43% a nível nacional), em 2021, a tipologia predominante passou a ser o Alojamento Local, concentrando 43% dos alojamentos (45% a nível nacional). No período 2014-2021, destacava-se o forte crescimento do Alojamento Local em 11 pontos percentuais (p.p.) na Região Centro e 13 p.p. em Portugal. Igualmente relevante foi o crescimento do Turismo Rural e de Habitação em (6 p.p.), no mesmo período, sendo agora a segunda tipologia predominante na Região Centro com cerca de 30% dos alojamentos. A Hotelaria passou, assim, a ser a tipologia com menor peso na região concentrando 27% dos alojamentos turísticos.

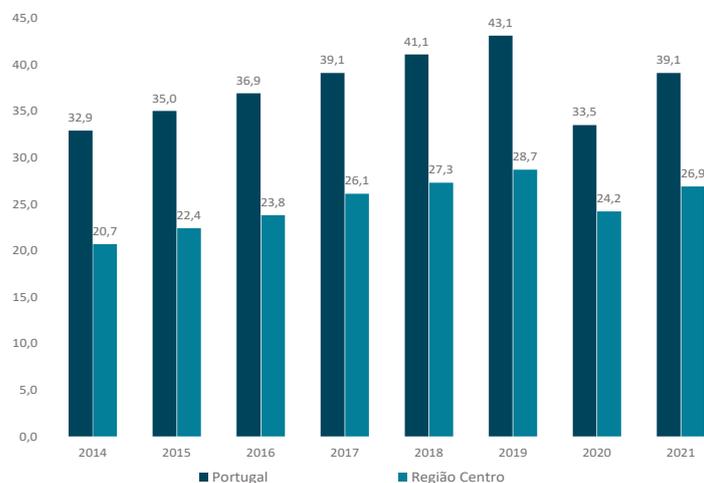


CAPACIDADE DE ALOJAMENTO CRESCE NA REGIÃO

O setor do turismo apresentava uma capacidade de alojamento por 1.000 habitantes crescente na região, registando, em 2021, em média 26,9 camas (mais 6,2 camas face a 2014), sendo a média nacional de 39,1 camas. Face às restantes regiões do país, apenas o Norte apresentou uma capacidade média inferior ao Centro (com 19,9 camas), enquanto o Algarve apresentava a média mais elevada (com 266 camas). A Região Autónoma dos Açores foi, no entanto, a região portuguesa que observou maior crescimento (56%) da capacidade de alojamento, entre 2014 e 2021.



CAPACIDADE DE ALOJAMENTO EM ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO POR 1.000 HABITANTES (N.º DE CAMAS)



No contexto regional, destacavam-se as sub-regiões do Médio Tejo e Beiras e Serra da Estrela, com médias acima das 40 camas (45,3 e 40,6 camas, respetivamente). Observava-se, igualmente, uma elevada diferenciação municipal com Manteigas (213,6), Ourém (161,9) e Óbidos (154,6) a registarem a média mais elevada de camas, por oposição a Alenquer (3,4), Sátão (5,8) e Oliveira do Bairro (6,2) com médias de capacidade de alojamento mais reduzidas. Entre 2014 e 2021, a capacidade de alojamento da Região Centro cresceu 30%, destacando-se a sub-região Beiras e Serra da Estrela, com um significativo aumento de 60%.

ESTADA MÉDIA NA REGIÃO COM O MESMO VALOR DE 2014

A [estada média de cada hóspede nos estabelecimentos de alojamento turístico](#) na Região Centro foi de 1,8 noites, o mesmo valor de 2014, sendo a média nacional de 2,6 noites. O Centro, a par do Norte, é a região portuguesa onde os hóspedes permaneciam, em média, menos noites (1,8) e a Região Autónoma da Madeira onde permaneciam mais noites (4,7).

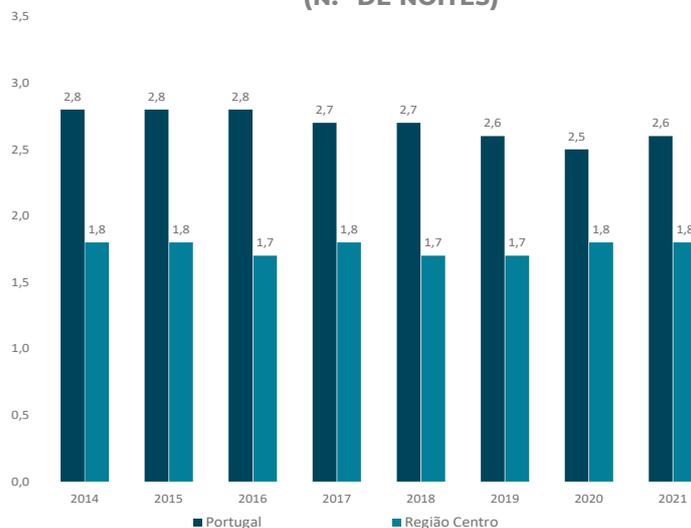


Estada média de cada turista é de
1,8 NOITES
O MESMO VALOR DE HÁ 8 ANOS
média nacional 2,6 noites

ELEVADA HETEROGENEIDADE

→ PAMPILHOSA DA SERRA 4,4 NOITES → ALMEIDA 1,1 NOITES

ESTADA MÉDIA NOS ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO (N.º DE NOITES)

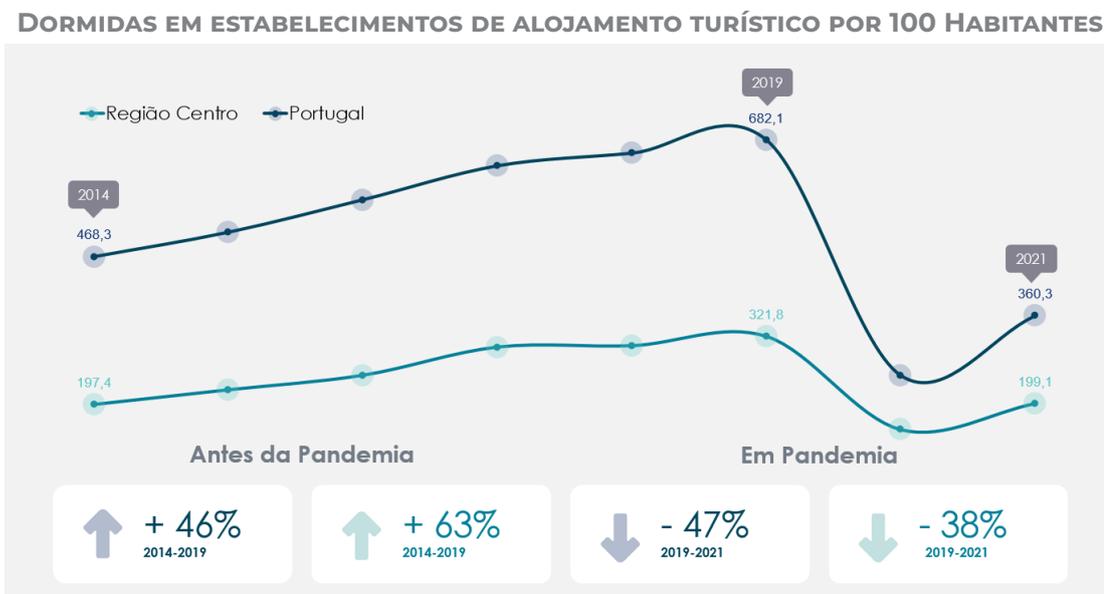


Na Região Centro, a variação intrarregional era reduzida (0,5), encontrando-se o mínimo de 1,6 noites, em média, no Médio Tejo e o máximo de 2,1 noites no Oeste. Já em termos municipais, observavam-se algumas disparidades com relevo na estada média, com Pampilhosa da Serra a registar 4,4 noites e Almeida apenas 1,1 noites de estada média por hóspede.

AS DORMIDAS POR 100 HABITANTES DIMINUÍRAM NA REGIÃO E NO PAÍS

Em 2021, as [dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes](#) foram, em média, de 199,1 na Região Centro e 360,3 a nível nacional. No conjunto das regiões portuguesas, apenas a Região Norte, com 171 dormidas, registava uma média inferior à Região Centro. Nenhum outro indicador revelava tão explicitamente o impacto da COVID-19 no setor do Turismo. Antes da pandemia, entre 2014 e 2019, as dormidas tiveram um crescimento de 63% na região e de 46% a nível nacional. Já no período da pandemia, de 2019 a 2021, observou-se uma forte contração, com decréscimos nas dormidas de 38% na região e 47% a nível nacional. Ainda assim, no período 2014 a 2021, a Região Centro, registou um aumento de 197,4 para 199,1 dormidas por 100 habitantes, enquanto a média nacional diminuiu de 468,3 para 360,3. Acima da média da região, em 2021, destacavam-se com os valores mais elevados neste indicador, respetivamente, as sub-regiões Beiras e Serra da Estrela, Médio Tejo, Oeste e Região de Coimbra.

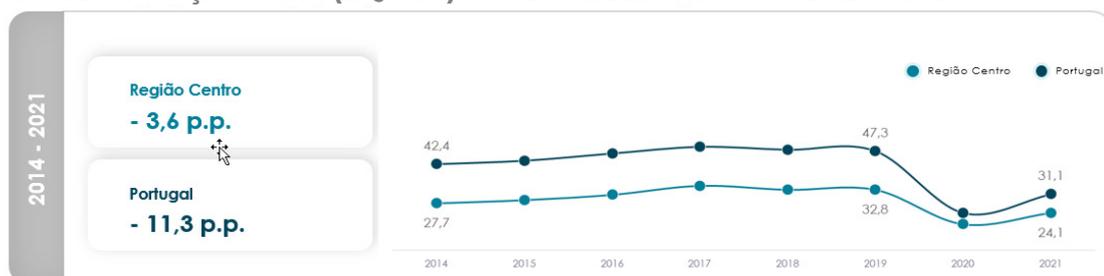
Relativamente aos municípios da região, os maiores valores foram registados em Manteigas, Óbidos, Nazaré, Ourém, São Pedro do Sul e Peniche.



A TAXA DE OCUPAÇÃO-CAMA E A PROPORÇÃO DE HÓSPEDES ESTRANGEIROS DIMINUIU A NÍVEL REGIONAL E NACIONAL

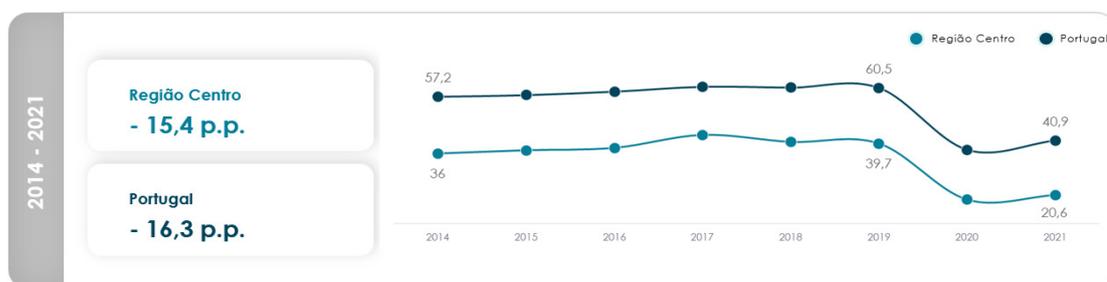
Em 2021, a taxa de ocupação-cama (líquida) nos estabelecimentos de alojamento turístico foi de 24,1 % na Região Centro e 31,1% a nível nacional, verificando-se uma diminuição face aos valores registados no período 2014-2019 mas observando-se já uma recuperação relativamente ao ano de 2020 (muito marcado pela pandemia por COVID-19 e pelo encerramento das atividades económicas). A Região Centro apresentou a taxa de ocupação-cama mais baixa a nível do país, enquanto a Região Autónoma da Madeira registou a taxa mais elevada (44,6%). Observou-se ainda alguma disparidade intrarregional, com valores da taxa de ocupação-cama que vão desde os 19,2% no Médio Tejo aos 29,6% na Região de Aveiro, em 2021. A nível municipal, encontravam-se assimetrias relevantes que importa salientar: em Ílhavo a taxa de ocupação-cama era de 39,2%, enquanto em Vila Nova de Poiares era de apenas 8,3%.

TAXA DE OCUPAÇÃO-CAMA (LÍQUIDA) NOS ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO



A proporção de hóspedes estrangeiros em estabelecimentos de alojamento turístico, em 2021, foi de 20,6 % na Região Centro e 40,9% a nível nacional, registando uma diminuição face aos valores observados entre 2014 e 2019. Com as restrições à atividade económica e à circulação de pessoas devido à pandemia, as regiões que mais impacto sofreram, na proporção de hóspedes estrangeiros, foram o Algarve e a Região Centro (registando os maiores decréscimos entre 2019 e 2021). Mesmo com a recuperação sentida no ano de 2021, após o plano de desconfinamento do país, entre 2014 e 2021, a Região Centro e Portugal registaram decréscimos de 15,4 p.p. e 16,3 p.p., respetivamente. Todas as sub-regiões registaram quebras, sendo que o Médio Tejo registou a maior redução: em 2014 detinha a maior proporção de hóspedes estrangeiros (53,4%) da Região Centro, mas em 2021 registou uma forte redução de 30,7 p.p. (22,7%). A nível municipal, Ourém registou a maior diminuição na proporção de hóspedes estrangeiros, com uma redução de 34,4 p.p. entre 2014 e 2021 (de 61,6% para 27,2%).

PROPORÇÃO DE HÓSPEDES ESTRANGEIROS EM ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO





Fonte: DataCentro – Informação para a Região (<http://datacentro.ccdrc.pt/>)

Conceitos:

Estabelecimento hoteleiro: Estabelecimento cuja atividade principal consiste na prestação de serviços de alojamento e de outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, mediante pagamento.

Alojamento Local: Estabelecimento de alojamento com licenciamento atribuído pelo respetivo município e que se apresentam numa das seguintes modalidades: moradia, apartamento ou estabelecimento de hospedagem.

Empreendimento de turismo de habitação: Estabelecimento de natureza familiar que se destina a prestar serviços de alojamento e que, sendo representativo de uma determinada época, está instalado em imóveis antigos particulares, nomeadamente palácios e solares, em função do seu valor arquitetónico, histórico ou artístico, podendo localizar-se em espaços rurais ou urbanos e não podendo possuir mais de 15 unidades de alojamento destinadas a hóspedes.

Empreendimento de turismo no espaço rural: Estabelecimento que se destina a prestar serviços de alojamento em espaços rurais, dispendo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, de modo a preservar e valorizar o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico da respetiva região.

Estabelecimentos de alojamento turístico: abrange a hotelaria (hotéis, hotéis-apartamentos, pousadas, apartamentos, aldeamentos turísticos e Quintas da Madeira), o alojamento local (com 10 e mais camas no Continente) e o turismo no espaço rural e turismo de habitação.

Fórmulas de Cálculo:

Capacidade de alojamento em estabelecimentos de alojamento turístico por 1.000 habitantes = (Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico / População residente) x 1.000

Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico = Número de dormidas / Número de hóspedes que deram motivo a essas dormidas

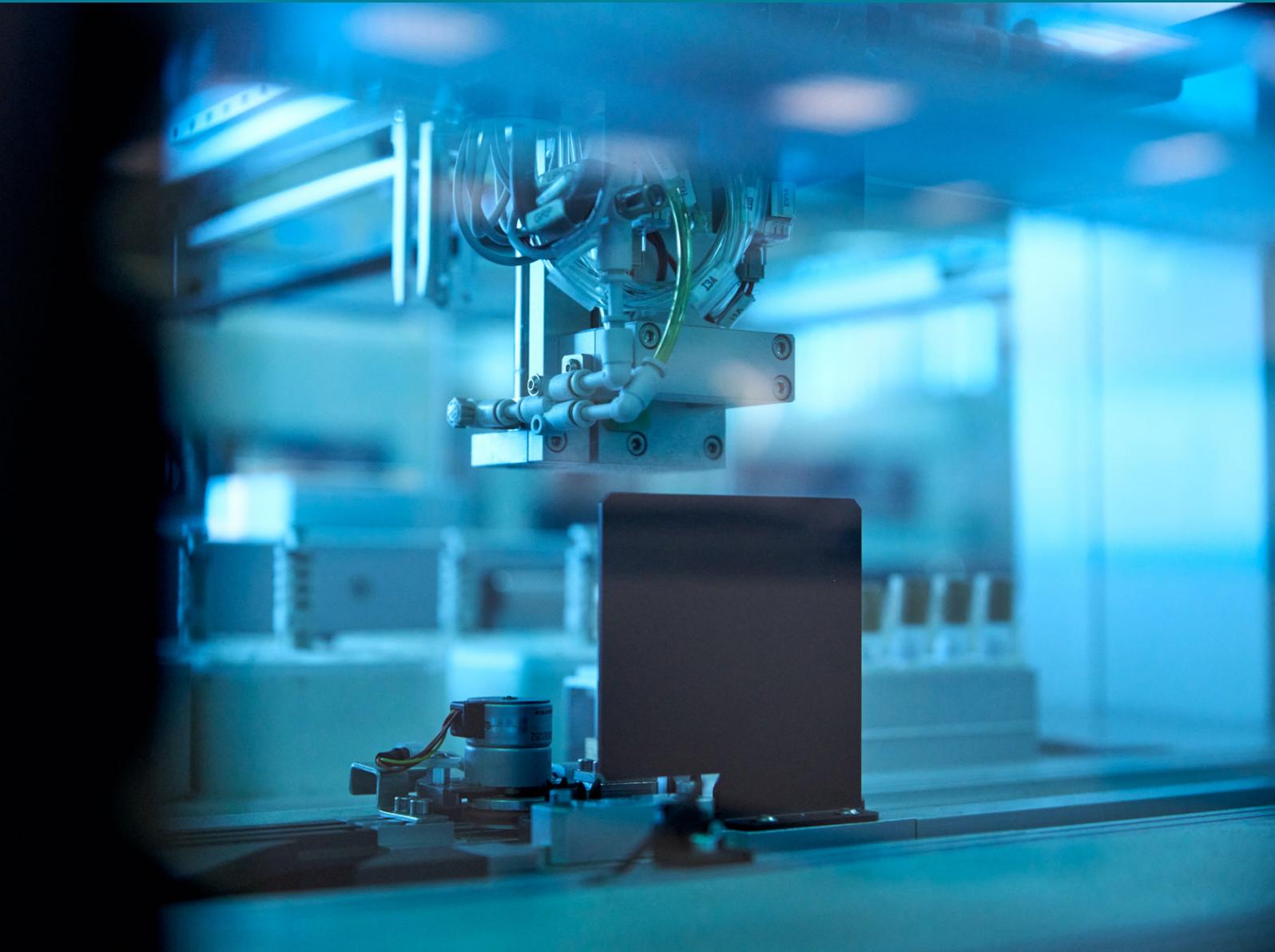
Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes = (Número de dormidas em estabelecimentos turísticos / População residente) x 100

Proporção de hóspedes estrangeiros em estabelecimentos de alojamento turístico = (Número de hóspedes com residência habitual no estrangeiro / Total de hóspedes) x 100

Taxa de ocupação-cama (líquida) nos estabelecimentos de alojamento turístico = (Número de dormidas durante o período de referência / Número de camas disponíveis no período de referência (considerando como duas camas as camas de casal)) x 100



INOVAÇÃO



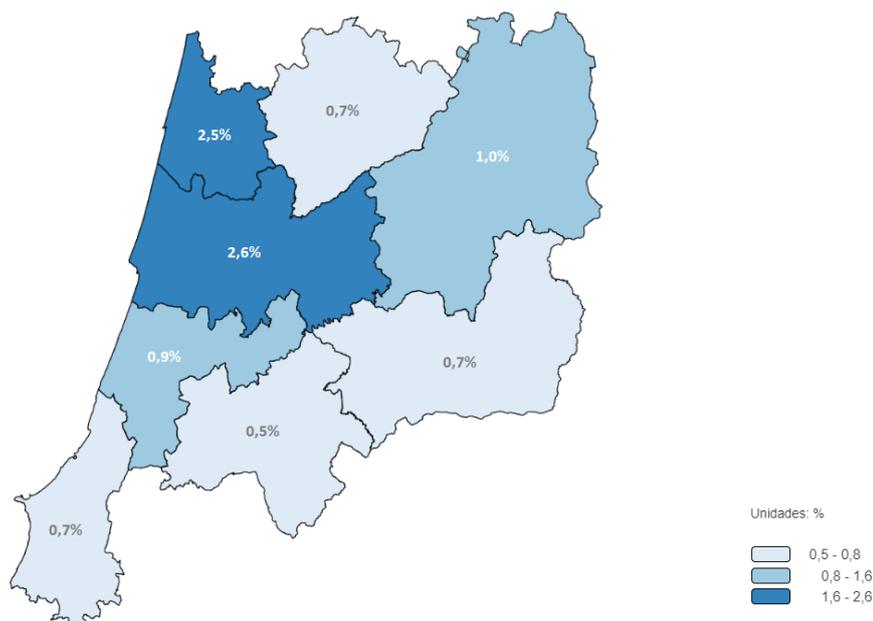
INOVAÇÃO NA REGIÃO CENTRO

Em 2020, a despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D) em percentagem do PIB atingiu valores máximos dos últimos 10 anos, na Região Centro (1,43%) e em Portugal (1,62%). Na última década, a Região Centro manteve-se sempre como a terceira região do país com o valor mais elevado, tendo a [despesa em I&D em percentagem do PIB](#) oscilado entre o mínimo de 1,23% (2015) e o máximo de 1,43% (2020). Os dados dos últimos anos reforçam a tendência de crescimento recente, confirmando o processo de convergência com a Europa no que respeita às despesas em I&D.



Em termos sub-regionais, observou-se uma grande disparidade territorial ao longo da última década. Em 2020, apenas duas NUTS III, a Região de Coimbra e a Região de Aveiro, registaram uma despesa em I&D em percentagem do PIB superior à média regional e à média nacional. No lado oposto, com os menores valores, surgiam o Médio Tejo (0,51%) e o Oeste (0,66%).

DESPESA EM I&D EM PERCENTAGEM DO PIB POR SUB-REGIÕES NUTS III, 2020



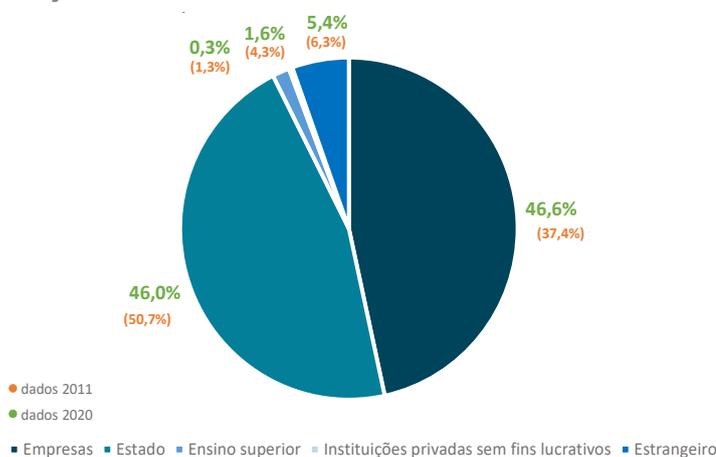
A [despesa média em I&D por unidade de investigação](#) registou, em 2020, na Região Centro 427,3 mil euros e em Portugal 637,7 mil euros. Destaque para a Região de Coimbra que superou as médias regional e nacional com 638 mil euros de despesa média em I&D por unidade de investigação.

O INVESTIMENTO EM I&D NO CENTRO É MAIORITARIAMENTE SUPOSTO PELAS EMPRESAS

A despesa em I&D é particularmente expressiva no setor das empresas, tanto a nível de execução como de financiamento.

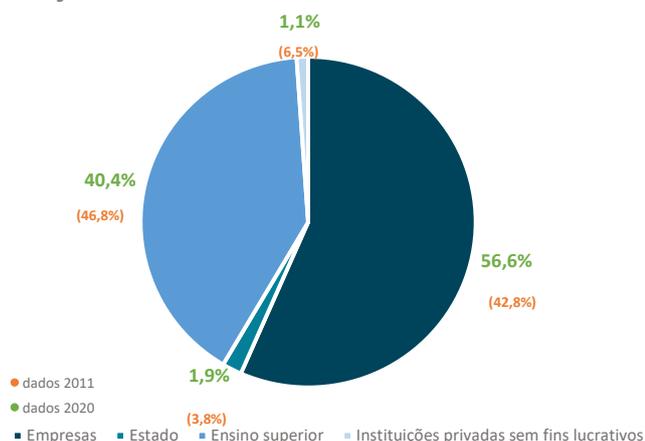
Por setor de financiamento, a proporção da despesa em I&D financiada por empresas, na última década, cresceu 9,2 pontos percentuais (p.p.), representando, em 2020, 46,6% da despesa total em I&D (era 37,4% em 2011). Conjuntamente com a proporção da despesa em I&D financiada por instituições privadas sem fins lucrativos (0,3%) e pelo estrangeiro (5,4%) superavam o financiamento da inovação pelo Estado e pelo Ensino Superior pelo quinto ano consecutivo.

PROPORÇÃO DA DESPESA EM I&D POR SETOR DE FINANCIAMENTO



Por setor de execução, a proporção da despesa em I&D das empresas, na última década, cresceu 13,8 p.p. e registava, em 2020, 56,6% da despesa total em I&D (era 42,8% em 2011). Pelo quinto ano consecutivo, a despesa em I&D das empresas, conjuntamente com a das instituições privadas sem fins lucrativos (1,1%), superava a execução efetuada pelo Estado e pelo Ensino Superior.

PROPORÇÃO DA DESPESA EM I&D POR SETOR DE EXECUÇÃO



Na última década, o ano de 2015 foi o ano de viragem, já que foi o último em que a proporção da despesa em I&D financiada e executada pelo setor privado ainda era inferior à do setor público. A nível sub-regional, na última década, existiu grande heterogeneidade ao nível do financiamento e execução da despesa em I&D.

A INOVAÇÃO EMPRESARIAL NA REGIÃO CENTRO DESTACA-SE COM VALORES ACIMA DA MÉDIA NACIONAL

O aumento da despesa em I&D pelas empresas e instituições privadas reflete uma maior aposta do setor privado no desenvolvimento científico e tecnológico e na inovação, aproveitando a capacidade instalada na Região Centro e em Portugal. Um maior investimento em I&D e uma mais intensa absorção de transferência de conhecimento implica também uma intensificação da absorção de recursos humanos altamente qualificados.

A [proporção de empresas com atividades de inovação](#), na Região Centro, tem-se destacado ao longo da última década no contexto nacional. Ligeiramente superado pela Área Metropolitana de Lisboa (52%), o Centro registou, no biénio 2018-2020, uma proporção de empresas com atividades de inovação de 51,1%, acima da média nacional de 48,0%. No que respeita à [proporção de empresas com cooperação para a inovação](#), a Região Centro, nos últimos 10 anos, destacou-se sempre entre as três regiões que melhores resultados apresentaram e com valores acima da média nacional. O Centro é também, desde 2016, a região do país com a maior [proporção de empresas que conseguiu captar financiamento público para a inovação](#), tendo sido de 13,6 % (10,0% em Portugal) no biénio de 2018-2020.

Completando a breve análise sobre a inovação empresarial na Região Centro, a [proporção do volume de negócios resultante da venda de produtos novos](#) é um indicador em que a região tem vindo a perder preponderância a nível nacional desde 2016, tendo, ainda assim, registado o valor de 29,5% no biénio 2018-2020, superior à média nacional (25,3%).

2018 - 2020		
Região Centro		Portugal
↑ 51%	Proporção de empresas com atividades de inovação	48%
↑ 12%	Proporção de empresas com cooperação para a inovação	11%
↑ 14%	Proporção de empresas com financiamento público para inovação	10%
↑ 30%	Volume de negócios resultantes da venda de produtos novos	25%

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NA REGIÃO CENTRO COM ELEVADO CRESCIMENTO

Para a transformação digital são fundamentais as alterações graduais dos canais de comunicação tradicionais para canais de comunicação digitais. Na Região Centro, nos últimos 10 anos, tem-se assistido a alguns sinais positivos no sentido desta transição digital, a avaliar pela análise de diversos indicadores.

Os acessos à Internet em banda larga por 100 habitantes mais do que duplicaram na última década, sendo de 38,9% em 2021 (face a 17,5% em 2011). No contexto nacional, a região apresentou sempre valores inferiores à média nacional, tendo, no entanto, atingido em 2021 a menor diferença da última década (2,7 p.p.). A nível sub-regional, apenas o Oeste, desde 2019, apresentou valores superiores à média nacional. Considerando a proporção de agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de banda larga, a análise é muito similar ao anterior indicador. A região Centro, apesar de ter registado nos últimos 10 anos valores inferiores à média nacional, revelou uma evolução bastante positiva. Em 2021, a proporção de agregados domésticos privados da região com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de banda larga era de 80,9% quando, em 2011, era 50,7%. Adicionalmente, registou-se o menor diferencial do valor regional deste indicador face à média nacional (84,1%) (3,2 p.p. em 2021 quando em 2011 era 5,9 p.p.).

A proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet formulários oficiais para organismos da administração pública para fins privados (nos últimos 12 meses) registou, em 2021, pela primeira vez na última década, um valor (34,8%) superior à média nacional (34,2%). No contexto regional, ao longo da última década, o Centro foi vários anos a segunda região do país com maior valor deste indicador, a seguir à Área Metropolitana de Lisboa. Já a proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram comércio eletrónico para fins privados nos primeiros 3 meses do ano quase quadruplicou o valor na última década, tendo registado em 2021, 39,8% na região (10,5% em 2011) e 40,4% em Portugal (10,3% em 2011). Por fim e indiciando igualmente a transformação digital evidenciada nos indicadores anteriores, a proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram internet para realizar serviços avançados para fins privados nos primeiros 3 meses do ano revelou uma evolução bastante favorável na região, tendo registado 78,0% em 2021 (44,2% em 2011).

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NA REGIÃO CENTRO



VALORES RELEVANTES DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL NA REGIÃO CENTRO

A REGIÃO CENTRO COM VALORES ACIMA DA MÉDIA NACIONAL, DESTACA-SE NOS PEDIDOS DE INVENÇÕES NACIONAIS (1.º LUGAR) E NOS PEDIDOS DE DESIGN (2.º LUGAR) A NÍVEL REGIONAL

É inegável a importância do investimento na área da Propriedade Industrial como motor da economia e da inovação bem como a promoção da sua valorização económica. Os dados finais relativos ao ano de 2021 refletem a tendência de anos anteriores no que respeita às diferentes modalidades de Propriedade Industrial, pelo que a proteção dos direitos e uma maior consciencialização dos seus benefícios deve continuar a ser valorizada.

Em 2021, as regiões Norte e Centro foram as que registaram a maior concentração de [objetos incluídos nos pedidos de design por milhão de habitantes](#) (172 e 107, respetivamente), enquanto a média registada em Portugal foi de 98. Nos dois anos imediatamente anteriores, o Centro foi a região portuguesa que mais se evidenciou, com 495 (2020) e 504 (2019) objetos incluídos nos pedidos de design por milhão de habitantes, valores bastante superiores à média nacional (167 e 186, respetivamente).

Considerando os [pedidos de invenções nacionais \(patentes e modelos de utilidade\) realizados por residentes por milhão de habitantes](#), a Região Centro tem-se destacado, registando na última década a primeira (consecutivamente desde 2018) ou a segunda posição entre as regiões portuguesas com maiores valores deste indicador. Em 2021, o Centro registou 96 pedidos de invenções nacionais por milhão de habitantes, sendo a média nacional de 75.

Por fim, os [pedidos de marcas realizados por residentes por milhão de habitantes](#) é um indicador em que a Região Centro registou, ao longo da última década, valores sempre inferiores à média nacional. Em 2021, o número de pedidos de marcas por milhão de habitantes situou-se em 1.990 na Região Centro e em 2.250 em Portugal.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL EM 2021





Fonte: DataCentro – Informação para a Região (<http://datacentro.ccdrc.pt/>)

Conceitos:

Propriedade industrial: A Propriedade Industrial é um direito que permite assegurar o monopólio ou o uso exclusivo sobre: 1) Invenções: os resultados da atividade inventiva em todos os domínios tecnológicos podem ser protegidos, a título temporário, através de: Patentes, Modelos de Utilidade, Certificados Complementares de Proteção (CCP) e Topografias de Produtos Semicondutores. 2) Sinais: um elemento gráfico, como uma figura ou uma palavra, que sirva para identificar no mercado produtos ou serviços, estabelecimentos ou entidades pode ser protegido através de: Marcas, Logótipos, Recompensas, Denominações de Origem e Indicações Geográficas. 3) Design (criação estética): a aparência ou o design de um objeto (a configuração estética resultante da atividade criativa das empresas e dos designers) pode ser protegido através de desenhos ou Modelos.

Fórmulas de Cálculo:

Investigação e desenvolvimento (I&D) = Todo o trabalho criativo prosseguido de forma sistemática, com vista a ampliar o conjunto dos conhecimentos, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, bem como a utilização desse conjunto de conhecimentos em novas aplicações

Despesa em I&D no PIB = (Total da despesa em I&D / PIB a preços de mercado) x 100

Despesa média em I&D por unidade de investigação = Total da despesa em I&D / Unidades de investigação

Proporção da Despesa em I&D por sector de financiamento = Despesa em I&D financiada por setor / Despesa total em I&D x 100

Proporção da Despesa em I&D por sector de execução = Despesa por setor em I&D / Despesa total em I&D x 100

Proporção de empresas com atividades de inovação = Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço com atividades de inovação / Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço x 100

Proporção de empresas com cooperação para a inovação = Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço com cooperação para a inovação / Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço com atividades de inovação x 100

Proporção de empresas com financiamento público para inovação = Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço com financiamento público para atividades de inovação / Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço x 100

Proporção de volume de negócios resultantes da venda de produtos novos = Volume de negócios resultante da venda dos produtos de inovação das empresas com 10 e mais pessoas ao serviço com inovação de produto / Volume de negócios das empresas com 10 e mais pessoas ao serviço com inovação de produto x 100

Acessos à Internet em banda larga por 100 habitantes = (Acessos à Internet em banda larga / População média anual residente) x 100

Proporção de agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de banda larga = Agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de banda larga / Agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos x 100

Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet formulários oficiais para organismos da administração pública para fins privados (nos últimos 12 meses) = (Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet formulários oficiais para organismos da administração pública para fins privados nos últimos 12 meses / População residente com idade entre 16 e 74 anos) x 100

Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram comércio eletrónico para fins privados nos primeiros 3 meses do ano = Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram comércio eletrónico para fins privados nos primeiros 3 meses do ano / População residente com idade entre 16 e 74 anos x 100

Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram internet para realizar serviços avançados para fins privados nos primeiros 3 meses do ano = Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram Internet para realizar serviços avançados para fins privados nos primeiros 3 meses do ano / População residente com idade entre 16 e 74 anos x 100

Objetos incluídos nos pedidos de design nacional por milhão de habitantes = Objetos incluídos nos pedidos de design nacional (desenhos ou modelos) de origem portuguesa / População média anual x 1.000.000



Pedidos de invenções nacionais (patentes e modelos de utilidade) realizados por residentes por milhão de habitantes = Pedidos de invenções nacionais (patentes e modelos de utilidade) realizados por residentes / População média anual x 1.000.000

Pedidos de marcas realizados por residentes por milhão de habitantes = Pedidos de marcas e outros sinais distintivos do comércio realizados por residentes / População média anual x 1.000.000

Abreviaturas:

I&D - Investigação e Desenvolvimento

PIB - Produto Interno Bruto



<https://datacentro.ccdrc.pt/>